

# A cidade de São Paulo e a era dos *melhoramentos materiaes*<sup>1</sup>

Obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863

**Eudes Campos<sup>2</sup>**

RESUMO: Tomadas entre os anos de 1862 e 1863, as primeiras fotos paulistas de autoria de Militão Augusto de Azevedo são sempre evocadas por documentarem a vetustez, a precariedade e a letargia da cidade de São Paulo dos meados do século XIX. Nossa interpretação, no entanto, baseada na leitura de fontes primárias da época, propõe um sentido substancialmente oposto a esse. Entre os anos de 1850 e 1860, a arquitetura e os espaços urbanos de São Paulo já apresentavam significativas modernizações, que aparecem nas fotografias de Militão de Azevedo, hoje pertencentes ao acervo do Museu Paulista e também da Divisão de Iconografia e Museus, do Departamento do Patrimônio Histórico paulistano.

PALAVRAS-CHAVE: São Paulo. Militão Augusto de Azevedo. Arquitetura. Neoclassicismo. Fotografia. Espaço urbano.

ABSTRACT: The first photographs of São Paulo, taken by Militão Augusto de Azevedo between 1862 and 1863, are always cited as documentary evidence of the city's backwardness, deterioration, and lethargy in the mid 19<sup>th</sup> century. However, our view is that things were quite different, based on a reading of prime sources dating back to that period. In fact, the architecture and urban spaces of São Paulo already showed clear signs of modernization between the years 1850 and 1860, as depicted in Azevedo's photographs, which belong to the collection of Paulista Museum and also of the Iconography and Museums Division of the São Paulo Heritage Department.

KEYWORDS: São Paulo. Militão Augusto de Azevedo. Architecture. Neoclassicism. Photography. Urban Space.

1. O presente estudo foi concebido como uma forma de comemorar o centenário do Arquivo Histórico Washington Luís, da Prefeitura do Município de São Paulo. Essa celebração se dá neste ano de 2007, de maneira simbólica, a partir da Lei nº 1.051, de 17 de outubro de 1907, que determinou a criação de um arquivo dentro da Prefeitura (3ª Seção da Secretaria Geral) e a transferência para o órgão executivo municipal da antiga documentação pertencente à Câmara e à ex-Intendência de Obras. Os antigos papéis camarários - compostos basicamente de Atas da Câmara, dos Registros Gerais da Câmara e das Cartas de Datas de Terra -, relativos ao período que vai do século XVI ao XIX, constitui hoje o cerne, a parte mais essencial do acervo do AHMWL, e o estudo que ora apresentamos não seria possível sem a leitura dessa preciosa documentação.

2. Arquiteto. Doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisador do Arquivo Histórico Municipal

## Introdução

*Ha muita gente que quer ver S. Paulo crescer em riqueza, e attingir um insigne desenvolvimento, mas pouco se lhes dá se será com perda das feições proprias do character Paulistano [quer dizer, paulista] ou a custa de um abalo na posição dos paulistas. Olham para a Provincia como uma machina productora e um elemento de possível augmento da receita do orçamento. Eu, porém, com quanto não quero ceder a estes em amor á Provincia, não ambiciono uma transformação tão rapida. Quero que o augmentado desenvolvimento da Provincia symbolise fielmente a augmentada felicidade da velha população Paulistana [paulista] e não quero que esta seja deslocada ou que se rompam os fios da tradição, entre o S. Paulo liberrimo do seculo 17º. e o S. Paulo do tempo de D. Pedro II. Eu não concebo verdadeira grandeza em um povo sem um passado, – sem um forte sentimento de nacionalidade – sem homogeneidade – e estremesço do progresso que se faz em aplainar as saliencias e as distinctivas do character e dos costumes Paulistanos [paulistas] que rapidamente se effectua e que alguns aplaudem como uma garantia de unidade do Imperio! – No meu ver, a uniformidade de pensamento – de costume – de gosto – de character é um presagio de decadencia de qualquer grande Imperio, porque sendo em si uma cousa forçada e não natural só pode provir de indebita influencia da Corte ou de \*qualquer centro e é sempre indício de uma falta de seiva – de virilidade – nos povos assim uniformizados que ficam desta sorte preparados para o Despotismo.*

*Tenho por isso uma muito positiva birra com a tendência estrangeira de grande parte dos homens educados em nossas faculdades de Direito, que á idéas centralisadoras unem uma insensata admiração para as instituições de outros paizes e outras raças querendo nos tratar como se São Paulo tivesse sido uma taboa rasa onde tudo esteve para principiar como qualquer colonia Nort’Americana... Logo pois que se despreza a historia Paulistana [paulista] em qualquer de suas ramificações – logo que se quer assumir que nada ha que distingue profundamente S. Paulo da semi-extrangeira Rio de Janeiro – logo que se quer sustentar que S. Paulo não tinha uma velha civilização – robusta e fértil – nem o Governo poderá nos reger a contento nosso e nem a opposição poderá indicar o remedio...*

*Itu veio a ser em certo sentido a antithese da cidade de S. Paulo e o centro onde o velho paulistanismo se refugiou i. é. quanto ao sul da Provincia. Hoje tambem soffre o mal do estrangeirismo ainda que não tanto e as mesquinhas luctas politicas (degenerada prole do systema representativo) que aqui tem se identificado com a vida intima de todos tem contribuido para abastardar a phisionomia moral do lugar e em tudo uma deterioração é sensível, mas não obstante isso, o numero de ituanos que ocupam elevadas posições é tal que excita vivos ciumes entre muitos da Capital da Provincia que falam de Itu sempre com mais ou menos azedume... Eu distingo entre [a Província de] S. Paulo e o mais do Brasil. Talvez Pernambuco deve ser exceptuado, mas em geral penso que S. Paulo não é sómente muito superior ás outras Provincias mas que apresenta traços de uma quasi distincta nacionalidade – traços que infelizmente cada dia mais se apagam.*

(RIO DE JANEIRO. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Carta de Ricardo Gumbleton Daunt a Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo*. 4 de agosto de 1856. Lote 8, ms. 148. Apud MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 167 e 168.)

Na análise e interpretação da iconografia paulistana, já se tornou habitual apresentar as vistas da cidade fotografadas no início da década de

60 do século XIX como o fruto do peculiar imobilismo da Capital, ainda imersa, àquela altura, no torpor colonial.

Todos os capacitados especialistas que esmiuçaram as imagens da urbe paulistana de quase 145 anos atrás – imagens que se acham entre as mais antigas fixadas no Brasil por meio de equipamento fotográfico – fizeram questão de chamar a atenção para os aspectos arcaicos, *coloniais*, então ciosamente mantidos pela cidade: a pavimentação irregular, o casario modesto e mal conservado, as rótulas, os largos beirais dos telhados, a taipa, os carros de bois, os muars, os lampiões a óleo de baleia presos a esteios de canela e a curiosidade algo arredia dos transeuntes, que desafiavam a implacável objetiva do fotógrafo<sup>3</sup>.

Na opinião dos críticos, esses traços de pobreza e atraso paulistanos ficam ainda mais ressaltados quando postos em confronto com os registros executados por Militão Augusto de Azevedo 25 anos mais tarde. Comparadas às fotografias de 1887, as da década de 1860 parecem documentar inequivocamente uma povoação bastante atrasada. Afinal, era essa justamente a intenção do autor do *Álbum Comparativo*: expor à satisfação do público paulista de fins do oitocentismo o *espantoso* progresso atingido pela capital da Província no exíguo período de um quarto de século.

Contudo, quando aqui chegou em 1862, Militão, ao invés do que normalmente se afirma, não encontrou apenas um pequeno e introspectivo núcleo acaipirado imerso na mesmice entorpecedora. De fato, pairava sobre a modesta Capital uma atmosfera provinciana, sim, porém cheia de otimismo, uma febricitante atividade voltada para as realizações materiais, uma agitação que, na sua intensidade, só seria superada a partir da gestão do presidente João Teodoro (1872-1875). O próprio João Teodoro, aliás, reconheceu isso ao afirmar, em seu relatório datado de 14 de fevereiro de 1875, que “desde a administração do Senador Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres [1857-1859] nenhum gasto considerável se fez em obras da capital, cujo passado era nesta ordem de coisas de triste aspecto, incompatível com sua rápida e progressiva importância” (MARTINS, 1973, p. 211).

Nos anos de 1860, os que adquiriam as imagens paulistanas então comercializadas pelos fotógrafos aqui estabelecidos decerto o faziam por motivos não só meramente sentimentais, mas porque as estampas patenteavam a modernização, já na época tão valorizada e desejada e que começava, enfim, a transformar a fisionomia da cidade<sup>4</sup>.

Fisionomia, aliás, muito pouco colonial. Como teremos a oportunidade de observar, a São Paulo de 1862 constituía, na realidade, uma cidadezinha imperial. A aparência de muitas ruas e logradouros paulistanos era então recente. E até o patrimônio edificado, documentado pelas chapas de vidro recobertas de colódio úmido, remontava na sua maior parte, no máximo, aos inícios do século XIX. Com exceção dos grandes edifícios, conventos e algumas igrejas, e de alguns poucos exemplares de arquitetura oficial, praticamente tudo era oitocentista. De fato, difícil é localizar algum prédio de propriedade particular

3. Consultem-se, a esse respeito, Azevedo (1991); Lago (2001); São Paulo (Estado) (1982); Taunay ([1953-1955], v. 3).

4. Neste trabalho, ver a epígrafe em: Militão de Azevedo e as fotos paulistanas de 1862, p. 27.

5. Variavam muito as opiniões acerca de São Paulo nessa época. As fontes oficiais vêem-na como uma cidade em transformação, enquanto os cronistas e os viajantes só reconhecem estagnação. Ferreira de Rezende, que deixara a cidade em 1853, ao voltar, em 1868, chegou ao cúmulo de afirmar que São Paulo de 'novo' só tinha a recém-construída ferrovia de Santos a Jundiá. Zaluar, em 1860, viu comércio e indústrias, mas também monotonia. E fez prognósticos errôneos a respeito do futuro da Capital: supervalorizou a Academia como fator de desenvolvimento da cidade e minimizou o papel de centro financeiro, que deteria depois da inauguração da ferrovia de Santos a Jundiá e da decorrente expansão da economia do café. Engano em que incorreram outros, como Codman e Godói. Ver Bruno (1954, v. 2, p. 451 e 452).

6. Já em 1852, a Câmara, ao representar à Assembléia Provincial acerca da necessidade de criação de mais um cargo de fiscal para a Capital, fundamentava essa solicitação no notório aumento das obras públicas que a cidade vinha tendo e no crescimento da população “e com ella a necessidade de se velar mais pela salubridade publica, e de se prover de medidas policiaes por meio de posturas”.

Em 1858, a Câmara reivindicava o restabelecimento do direito de conceder parceladamente os terrenos devolutos da cidade, direito esse suspenso por aviso imperial de 1854. O efeito de tal suspensão era prejudicial ao progresso e engrandecimento da Capital, porque era incalculável o número de edificios que poderiam ter sido construídos em seus arrabaldes se a edildade não houvesse sido privada dele. Em breve se estabeleceria a estrada de ferro na Província, argumentavam os vereadores, e era preciso ceder ao povo os terrenos do patrimônio público (rossio)

cujas construções possa ser atribuída a um período anterior à segunda metade do século XVIII.

São Paulo já conhecera uma onda de intensa atividade renovadora das obras públicas, iniciada nos fins do Setecentos e prolongada até a Independência, fase em que os capitães-generais, com o auxílio dos competentes oficiais militares do Real Corpo de Engenheiros, lograram impor a presença da coroa portuguesa numa paragem até então esquecida pelos interesses metropolitanos – interesses esses despertados pela necessidade de consolidação político-administrativa e militar da região meridional do Brasil, sujeita a hostilidades fronteiriças (TOLEDO, 1981). Depois desse período áureo da engenharia em São Paulo, a cidadezinha parece submergir aos poucos na estagnação material, reflexo sem dúvida do período confuso das Regências, e só a partir dos anos de 1840 é que os cofres provinciais passam a liberar verbas significativas para os melhoramentos urbanos da Capital (TAUNAY, 1949-1977, v. 5 e 6.).

À conta disso é que os dez anos imediatamente anteriores aos primeiros registros fotográficos que têm por tema a cidade de São Paulo são cheios de realizações. Realizações essas pouco perceptíveis, é certo, sobretudo aos olhos da posteridade acostumada às conquistas vistosas do *progresso* ulterior, e nem sempre suficientemente valorizadas pelos próprios contemporâneos, sem dúvida ansiosos por intervenções de maior alcance e feitas com mais competência e menos improvisação. Realizações ora comparadas de modo desfavorável com o passado quase mítico dos capitães-generais, ora simplesmente ignoradas pelos observadores superficiais ou forasteiros<sup>5</sup>, mas que chegaram a provocar pessimismo nas pessoas de natureza mais sensível, e de posição política muito conservadora, apegadas às tradições regionais, como o médico irlandês Richard Gumbleton Daunt (1818-1893). Em carta cujo trecho serve de epígrafe a essa introdução, Daunt, imbuído de ardoroso bairrismo, já antevia, em 1856, com grande desgosto, o *progresso* material sufocando de modo irremediável a individualidade da cultura paulista.

O que se propõe neste trabalho, portanto, não é pousar o olhar indiferente que só vislumbra o continuísmo do tempo da colônia, mas, ao contrário, pretende-se perscrutar esses registros fotográficos com os olhos daqueles que sabem que a pequena Capital, naquele momento, dava os primeiros passos em direção à *modernização* e tinha alteradas, aos poucos, a aparência e a rotina. Aguardava-se serenamente, mas com muita expectativa, a inauguração da estrada de ferro de Santos a Jundiá, na esperança de, a partir de então, ser possível usufruir a prosperidade gerada pela conseqüente expansão econômica da Província<sup>6</sup>.

Desejamos, em suma, que neste estudo os leitores mergulhem conosco para trazer à tona os sinais do *progresso material* ainda hoje conservado incógnito nestas fotos tantas vezes contempladas, sinais em certas ocasiões recebidos pela imprensa local de modo excessivamente crítico, é certo, mas ao qual nunca faltava uma ponta de ácida – e saborosa – ironia.

## São Paulo nos Anos 1850: A Era dos “Melhoramentos Materiaes”

*Nunca vi lugar tão insípido como hoje está São Paulo – Nunca vi coisa mais tediosa e inspiradora de spleen – Se fosse eu só o que o pensasse, dir-se-ia que seria moléstia – mas todos pensam assim – A vida aqui é um bocejar infindo. Nem há passeios que entretenham, nem bailes, nem sociedades – parece isto uma cidade de mortos – não há nem uma cara bonita em janela, só rugosas caretas desdentadas – e o silêncio das ruas só é quebrado pelo ruído das bestas sapateando no ladrilho das ruas [...] pode-se dizer que a vida é um sono perpétuo.*

(AZEVEDO, Álvares de. Carta à mãe, datada de junho de 1849. In: *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976, p. 111)

*Melhoramentos materiaes.*

*É a mania da quadra, não se falla senão em melhoramentos materiaes, vamos caminhando ao que parece a passos de gigante para o dominio da materia. Vejamos porém, onde estão esses melhoramentos.*

*Se olharmos para a edificação alguma cousa há na realidade de novo, mais sólido e de melhor gosto, graças á innundação de 1850, que lançou por terra oitenta e tantas casas da antiga edificação de terra e bosta; mas isto é em relação aos particulares, porque no que diz respeito a obras públicas nada vemos por ahi que atraia a attenção.*

*Examinemos:*

*Havia no largo da Misericórdia um chafariz de pedra, de elegante e solida construcção. Que elle só até ha poucos annos abastecia soffrivelmente esta cidade de agua potavel, “agua que todos alli ião buscar em potes”, veio a gente do progresso material, pintou a pedra fingindo madeira, estragou o canal, e deixou-nos sem agua.*

*Havia no Acú uma bellissima ponte do tempo dos Aracatyts, de pedra de cantaria, garbosa, elegantemente construida, uma verdadeira obra d’arte.*

*A innundação de 1850 levou essa ponte, e o progresso material construiu no lugar uma massa bruta, pezada, informe, irregular, brutal, estúpida, que faria vergonha ao mais ordinario pedreiro. Tinhamos um jardim botanico que attrahia a attenção de estrangeiro pelo escolhido de suas plantas, pelo viço de seus arvoredos, pela regularidade e symetria de seu arranjo, veio o progresso material e converteu esse oásis em uma Arabia pétrea.*

*Tínhamos no largo do Carmo um pateo irregular, é verdade, mas limpo e transitavel; veio o progresso material e plantou no meio d’elle um morro immenso; obstruiu a passagem com cisco e formou alli uma rocha Tarpeia onde podem ir despenhar-se os atacados de spleen.*

*Tinhamos na rua do Commercio quitandeiras a venderem suas hortaliças, suas fructas, etc. O progresso material dispersou as quintandeiras, espalhou-as para longe em todos os rumos, e foi no lodo da várzea do Carmo construir um sisqueiro immundo a que se deu o nome de praça do mercado que há de concluir-se lá para os tempos futuros.*

*Melhorou-se o pavimento das ruas, graças a alguns presidentes achacados de callos que estavam por isso privados de passearem pelos antigos e infernaes calçamentos; mas ficou apenas nisso o tal melhoramento material, não se aformoseou uma praça, está tudo como sahio das mãos da natureza.*

*Na Luz plantarão-se algumas figueiras bravas e entregarão-se á protecção dos moleques, que se encarregão de derissal-as.*

*Ora, perguntemos a esses sacerdotes do progresso material onde estão os seus beneficios? É verdade, esqueciamo-nos da limpeza publica. Antigamente quando se passeava em noite de lua ahi por essas ruas, sentia-se o aroma das flores das laranjeiras dos quintaes, agora quando algum infeliz cansado dos trabalhos do dia quer á noite dar seu passeio hygienico, divisa logo de longe um enorme e assustador Bucentauro, precedido de um cortejo de aromas que fazem espirrar o mais heróico nariz e chama-se a esse grande incensador – Aceio publico.*

reclamados para edificações, pois, com a ferrovia, haveria afluência muito maior de gente.

Anos depois, em 1861, ao dar seu parecer sobre a proposta de Francisco de Siqueira Queirós para a construção do mercado municipal, a Comissão Permanente afirmava: “A praça do Mercado é uma obra de summa urgencia para esta Capital, e presentemente mais da que nunca, porquanto, tendendo a engrandecer-se sua população pelo facto da construcção da estrada de ferro, torna-se indispensavel um centro para a compra e venda de comestiveis, impedindo-se assim que o monopolio tire partido das primeiras necessidades do povo[...]”. Ver: *Registro Geral da Camara Municipal de São Paulo, 1917-1946* (1852, v. 35, p. 88); *Actas da Camara Municipal de São Paulo, 1914-1951* (1858, v. 44, p. 198 e 199); *Atas...* (1861, v. 47, p. 132).

7. Muito embora, tão logo sancionado o Regimento das Câmaras, em 1828, a idéia de realizar essas melhorias urbanas passe a freqüentar o texto das *Atas*, a concretização das obras municipais só se dará muito tempo depois, ao longo dos anos de 1850, mediante significativo auxílio provincial. Ver *Atas...* (1829-1830, v.25; 1848-1849, v. 37, p. 69; 1853-1854, v. 40, p. 172, 202 e 219).

*Quando antigamente cahia uma chuva forte, da sua janella cada cidadão inspeccionava por si o que se lançava nas enchurradas; agora a nova decantada camara municipal mandou fazer umas cavernas a que se deu o nome de bocas de lobo que são insupportaveis pelo aroma que exhalão.*

*Srs., do progresso material, não nos atormenteis os ouvidos com vossos decantados beneficios; se alguma cousa tem melhorado. [sic] é a algibeira de tres ou quatro espertalhões.*

(MELHORAMENTOS materiaes. *O Doze de Maio*, São Paulo, p. 3 e 4, 8 jun. 1863.)

Antes, porém, de dar início à análise iconográfica, objeto deste trabalho, convém passar em revista os dez anos, ou pouco mais, que antecedem as mais antigas vistas fotográficas conhecidas da cidade de São Paulo. A reconstituição da atmosfera otimista e de *progresso* que passou a preponderar na Capital a partir dos anos de 1850 – confrontem-se a esse respeito as duas epígrafes que abrem esta seção, uma datada de 1849 e a outra de 1863 – servirá de pano de fundo contra o qual deverão ser projetadas as imagens feitas por Militão durante os anos de 1862 e 1863. Confronto que possibilitará a interpretação das mais antigas fotos paulistanas sob uma ótica diversa daquela a que estamos habituados.

A lei imperial de 1º de outubro de 1828, conhecida como *Regimento das Câmaras Municipais*, havia delimitado com rigor o campo de atuação dessas corporações. Em virtude do artigo 66 desta lei, a edilidade paulistana viu-se às voltas com diversas questões públicas, algumas das quais, durante muito tempo, não enfrentadas de modo eficaz, em consequência da crônica insuficiência das rendas municipais. O paredão do Carmo, o matadouro, o cemitério, a abertura de novas ruas circundando a colina central foram obras, entre outras, sistematicamente postergadas, pois, em relação a elas, nada poderia ser feito diante da má situação dos cofres públicos<sup>7</sup>.

Esse estado de coisas perdurou por cerca de duas décadas, e a mudança das circunstâncias só pode ser atribuída ao lento mas progressivo crescimento dos orçamentos da Província, efetuado no transcorrer dos anos de 1840, graças à boa fase das lavouras cultivadas na Província. Verifiquemos:

Para o ano financeiro de 1840-1841 estava prevista uma receita de 290:848\$000 réis, valor que foi progredindo até o ano financeiro de 1846-1847, cuja receita, arbitrada em 319:660\$000, atingiu de fato 696:512\$000 réis, segundo a mensagem proferida a 7 de junho de 1847 pelo presidente Lima e Silva (1844-1847). No quadriênio de 1848-1852, no entanto, as receitas orçadas em 1:326\$810 só chegaram a 1:087\$498; isso porque houve, durante esses anos, um decréscimo na exportação, motivado pelas geadas de 1847, que destruíram cafezais e canaviais, e pelas chuvas intensas de 1850 e 1851, “que dificultaram o amanho das terras e o cultivo de outras plantações”, conforme o *Quadro estatístico demonstrativo da importação de mercadorias na Provincia de S.Paulo, e da exportação de generos da mesma Provincia nos oito annos financeiros...* correspondentes ao período de 1846-1854. Quadro esse datado de 14 de novembro de 1855 e incluso nos documentos que instruíram o relatório apresentado, a 15 de novembro de 1856, à Assembléia Provincial pelo vice-

presidente Antônio Roberto de Almeida (1857). Durante esses quatro anos, de 1848 a 1852, as finanças provinciais mantiveram-se deficitárias, mas, a partir de então, conforme levantamento das leis orçamentárias de anos posteriores, os valores orçados referentes às receitas provinciais tenderam ao crescimento, sendo prevista, para o ano financeiro de 1857-1858, a soma de 705:900\$000 réis<sup>8</sup>.

De fato, a atitude em relação às obras públicas começou a mudar em 1849, quando a Câmara de São Paulo, preponderantemente liberal, solicitou à Assembléia Legislativa, onde prevalecia a mesma orientação política, um significativo aumento de suas rendas para a realização de numerosos projetos. Em resposta a essa solicitação, foi aprovada a lei provincial nº 2, de 5 março daquele ano, concedendo às municipalidades paulistas o produto de vários impostos provinciais, o que redundou, para a cidade de São Paulo, num orçamento verdadeiramente excepcional, cerca de 18:000\$000 réis, nada menos do que o dobro dos recursos habitualmente calculados. De posse de tão larga quantia, tratou a edilidade de principiar várias obras e, numa atitude ousada, contratou, para projetá-las e dirigi-las, o primeiro engenheiro municipal, Antônio Alexandrino dos Passos Ourique (TAUNAY, 1949-1977, v. 6, p. 218; ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 137 e 153).

A intenção dos vereadores era, basicamente, abrir duas das ruas formadoras daquilo que poderíamos qualificar de o primeiro anel perimetral da cidade. Desde ao menos 1844, vinha-se cogitando a abertura de vias que, traçadas fora da colina onde o núcleo urbano se assentava, interligassem as entradas mais movimentadas da capital. Agora, em 1849, planejava-se criar a futura 25 de Março e prolongar a rua da Casa Santa (atual Riachuelo), possibilitando assim que tropas e carros de bois vindos do norte e do oeste alcançassem a estrada de Santos sem os habituais transtornos provocados por sua passagem através das estreitas e tortuosas ruas centrais. Além disso, a Câmara tencionava mandar abrir uma outra rua, a futura Municipal (atual General Carneiro), que pusesse em comunicação o largo de Palácio (pátio do Colégio) com a várzea do Tamanduateí; e, ainda, entre outros trabalhos secundários, mandar calçar, por um novo sistema de pavimentação, uma das mais importantes saídas da cidade, a ladeira do Carmo, cujo estado, péssimo naquela altura, não permitia o trânsito de carros (ATAS..., 1844-1845, v. 35, p. 58; 1848-1849, v. 37; REGISTRO GERAL..., 1852, v. 35, p. 90 e 91).

No entanto, logo se viram baldadas as intenções camarárias. Em setembro daquele ano, num ato radical ditado por mal disfarçados motivos partidários, a edilidade foi dissolvida pelo presidente da Província, o ultraconservador Padre Vicente Pires da Mota (1848-1851). A nova corporação, formada por suplentes na sua maioria conservadores, logo no início dos trabalhos, acrescentou à lista de obras a serem realizadas a construção de um muro de arrimo no pátio do Carmo, com o objetivo de criar aí um belvedere de onde pudesse ser apreciado o extenso panorama da várzea do Tamanduateí (TAUNAY, 1949-1977, v. 6, p. 231 a 233; ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 223 e 224).

No início de 1850, a Câmara substituta, orientada pela Assembléia Legislativa que considerou irregular a sua contratação, despede o engenheiro

8. Cf. Taunay (1949-1977, v. 5, p. 72; v. 6, p. 163 e 290); Oliveira (1856); e, também, os *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo, 1923-1930*.

9. A respeito dos orçamentos municipais paulistanos referentes à década de 1850, consultar as leis que marcam as receitas e fixam as despesas das Câmaras Municipais, publicadas nos *Anais da Assembléia Legislativa Provincial* relativos àqueles anos. Quanto ao aumento progressivo de investimentos provinciais em obras da cidade, isso se torna mais evidente nos últimos anos de 1850. Em 1858, por exemplo, na Assembléia, o deputado R. de Andrada afirmava não ser da opinião daqueles que julgavam que São Paulo devesse viver sempre às custas dos cofres provinciais. Opinião contrária à que esposava o deputado R. da Silva no ano seguinte, ao defender a aplicação de recursos provinciais na Capital. Já em 1860, o deputado Pinto Júnior queixava-se do fato de a Capital andar monopolizando os recursos da Província. Cf. *Annaes...* (1858, p. 430; 1859, p. 312; 1860, p. 127 e 128).

10. Na *Planta do Município da Capital de São Paulo*, executada por Gomes Cardim em 1897, há um destaque na escala de 1:300 000. Aí, entre outras coisas, nota-se um quadrado feito de linhas pontilhadas, representando o *Perímetro antigo*, com 6 600 metros de lado. Trata-se do rossio da Capital, concedido em 1724 pelo governador Rodrigo César de Meneses. No século XIX, havia o rossio correspondente à área urbanizada da cidade, abrangendo as três freguesias centrais (Sé, Brás e Santa Ifigênia), e os rossios, com áreas reduzidas à metade, correspondentes às freguesias distantes (Penha, Freguesia do Ó, Pinheiros, Coitia etc.).

Numa época em que estava em vigor o sistema de propriedade comunal da terra urbana, cabia à Câmara administrar os terrenos integrantes do patrimônio municipal, reservando áreas de servidão pública destinadas a pasto de animais, cata de gra-

municipal. Mas, em 15 de maio do ano seguinte, uma portaria do governo provincial anunciava que o acórdão do Tribunal da Relação mandava reintegrar a Câmara suspensa. A primeira atitude do corpo municipal então reempossado é mandar paralisar as obras do paredão do Carmo e reiniciar a pavimentação da ladeira, trabalho, ao que parece, levemente desprezado pelos vereadores anteriores. E, já na sessão seguinte, nomeia para a direção das obras públicas paulistanas o segundo engenheiro municipal, João José Soares, que, por seu turno, será dispensado tão logo assumam os vereadores do quadriênio subsequente, iniciado em 1853 (TAUNAY, 1949-1977, v. 6, p. 233 e 305; ATAS..., 1850-1851, v. 37, p. 25, 137, 139, 145; 1853-1854, v. 40, p. 16).

O que vimos relatando aqui sucintamente revela, de modo exemplar, alguns sintomas que, em tempos posteriores, só se acentuaram: de um lado, o partidarismo extremado, que usava as obras públicas e os engenheiros como bodes expiatórios de rivalidades políticas, e, do outro, a tendência de os políticos do Partido Liberal se mostrarem mais sensíveis às questões relativas aos melhoramentos urbanos. Geralmente, esforçavam-se por incrementar esse setor da administração municipal, procurando estribar-se, sempre que possível, em pareceres técnicos de profissionais abalizados.

Nos anos seguintes, os valores orçamentários previstos para a cidade voltaram a níveis mais baixos; porém isso foi compensado pelo fato de, paulatinamente, a Província ir aumentando sua participação direta nos melhoramentos da Capital<sup>9</sup>.

Outra preocupação da Câmara liberal reempossada em 1851 foi o aumento das rendas municipais, única maneira de poder dar conta dos encargos que lhe eram cometidos pelo *Regimento* de 1828, sem depender a cada passo dos recursos provinciais. Para tanto, tencionava ela poder aforar os terrenos devolutos do rossio<sup>10</sup> (ATAS..., 1852, v. 39, p. 125). Indicação nesse sentido já fora feita, aliás recentemente, em 1846, quando se fez ver a conveniência de ser a municipalidade autorizada pela Assembléia Provincial a aforar os terrenos que até então só podia dar gratuitamente (ATAS..., 1846-1847, v. 36, p. 83).

Agora, em 1852, essa sugestão era renovada, e os deputados, através dos artigos 4º e 5º da lei provincial nº 13, de 17 de julho desse ano, acederam à representação camarária enviada ao legislativo provincial; uma portaria de outubro, no entanto, condicionava o aforamento ou venda de datas de terra à apresentação ao governo da Província de um mapa onde estivessem especificados quais os terrenos pertencentes aos rossios da Capital e de suas freguesias distantes estavam devolutos; quais deveriam ser reservados para logradouros públicos; e quais reservados para arruamentos, cemitérios e outras edificações públicas. A essas exigências a Câmara paulistana não pôde atender imediatamente, razão pela qual o assunto foi sendo protelado até o Aviso do Ministério dos Negócios do Império – Repartição Geral das Terras Públicas, de 12 de outubro de 1854, vir suspender, por tempo indeterminado, a alienação de terras devolutas. Para recuperar esse direito, seria necessário que os municípios cumprissem uma série de obrigações, entre elas a remedição dos respectivos



rossios (ATAS..., 1852, v. 39, p. 164; 1857, v. 43, p. 158 e 164; 1858, v. 44, p. 139).

Mais tarde, em fins de 1857, antevendo a expansão da cidade motivada pela futura construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, a Câmara deliberou rogar ao presidente da Província que intercedesse para a revogação daquele aviso, muito danoso aos interesses municipais (ATAS..., 1857, v. 43, p. 158). No ano seguinte, a edilidade comunicava não dispor de meios para acatar a exigência feita pelo artigo 77 do regimento relativo àquele aviso, que cobrava a confecção de um mapa com informações detalhadas e atualizadas a respeito da situação das terras municipais (ATAS..., 1858, v. 44, p. 198).

Finalmente, por intermédio de uma portaria expedida em 12 de janeiro de 1859, o governo provincial, de modo muito político, deu-se por satisfeito com os dados fornecidos pela Câmara (esta lhe enviara apenas uma cópia da escritura de doação de terras feita por Martim Afonso para a constituição do patrimônio público da Câmara paulistana) e aprovou a continuação da concessão de terrenos devolutos. Comprometeu-se, inclusive, a solicitar ao governo central a ampliação do terreno do rossio, atendendo à solicitação da edilidade paulistana, expressa em ofício datado de 29 de setembro do ano anterior (ATAS..., 1859, v. 45, p. 12, 13, 171 e 207; 1860, v. 46, p. 22 a 29).

A partir daí, o poder municipal põe-se a alienar rapidamente os terrenos vagos existentes dentro do perímetro do rossio, sendo assentadas, nas *Atas da Câmara*, longas listas de nomes de suplicantes e de beneficiados. Desde então, a política de concessão de datas se baseou na prática das “nações cultas e modernas”, que, segundo a teoria econômica liberal, deveria facilitar a privatização das terras desocupadas. Para os “economistas modernos”, as terras apropriadas por particulares eram de maior proveito e vantagem do que as terras que ficavam em comunhão (ATAS..., 1860, v. 46, p. 22).

Como já foi pertinentemente notado (SILVA, 1984, p. 134 e ss.), naquela altura as terras eram distribuídas de modo socialmente injusto, sendo privilegiados os poderosos – grandes proprietários e “capitalistas” (pessoas ricas que emprestavam dinheiro a juros, numa época em que ainda inexistiam bancos em São Paulo). Embora os vereadores justificassem a distribuição de terras devolutas para evitar o monopólio dos proprietários, o que fazia aumentar “fabulosamente” o preço dos terrenos urbanos, o resultado era, infalivelmente, a concentração de datas nas mãos de poucos, conforme denúncias surgidas no seio da própria Câmara (ATAS..., 1860, v. 46, p. 22 e 134).

Sentindo-se politicamente respaldada, a edilidade paulistana ousou contrariar vários interesses ao pretender urbanizar um local de servidão pública, a várzea do Carmo. Muitas discussões foram provocadas por essa atitude, que afrontava a *Lei das Terras*, de 1850 (ATAS..., 1859, v. 45, p. 214). Entretanto, preponderou a visão privatista, e José Porfírio de Lima (c. 1810-1887), engenheiro e vereador, chegou a apresentar um plano de arruamento da várzea, acompanhado do respectivo padrão normalizador das construções que aí viessem a ser erguidas<sup>11</sup>. Na verdade, durante as sessões da Câmara, o edil teve várias oportunidades de fazer a defesa da alienação daquela parte da cidade, que,

vetos etc., áreas para a abertura de ruas, e áreas para a distribuição gratuita (no caso de São Paulo), entre os munícipes, de datas de terra para habitação e cultivo.

Durante quase toda a época imperial – de fato desde a promulgação do *Regimento das Câmaras Municipais*, em 1828 –, a municipalidade de São Paulo sonhou com a possibilidade de aforar as terras do rossio como meio de aumentar as rendas municipais, o que, no entanto, nunca ocorreu.

11. De fato, o plano de arruamento da várzea e o padrão apresentado à Câmara eram propostas da comissão do melhoramento de edificações da cidade, porém, uma vez que o engenheiro Porfírio de Lima fazia parte dessa comissão, é razoável apontá-lo como responsável senão pela totalidade, pelo menos por grande parte dos trabalhos então executados. Ver *Atas...* (1859, v. 45, p. 78 e 79).

12. Foram várias as fontes consultadas referentes à origem dos engenheiros: *Annaes...* (1842-1843, p. 102 e 121 [sobre Monteiro e Ourique]; 1856, p. 37, 266 e 267 [sobre Elliot e Cameron]; 1857, p. 563 [sobre Bastide e Martin d'Estadens]). E também Blake (1883-1902, v. 3, p. 213 a 215 [sobre Beaurepaire-Rohan]; v. 5, p. 141 e 142 [sobre Porfírio de Lima]); Campos (2004, v. 2, p. 206 [sobre Bresser]); Ribeiro (1899-1901, v. 2, parte 1, p. 87 [sobre Rath]); Taunay (1949-1977, v. 6, p. 240, 278 e 313 [sobre Gerard]). E, ainda, um manuscrito que cita Gomide, Morais, Vaz e Vilalva (SÃO PAULO (Estado). Apesp. Obras Públicas. *Lista dos alumnos do 1º anno do Gabinete Topographico com todas as notas e materias que cursarão*. 11 set. 1844 (assinado pelo 1º ten. engenheiro José Jacques da Costa Ourique, diretor; ordem 5144).

em seu modo de ver, nada mais era do que um pasto inundável no meio da povoação (ATAS..., 1860, v. 46, p. 28). Os lotes deveriam ser distribuídos a pessoas de recursos, para que construíssem casas de aluguel destinadas às camadas menos abastadas. Na opinião de outro vereador, a ocupação da várzea favoreceria não só as pessoas pobres, que teriam a oportunidade de morar próximo ao Centro, como também propiciaria o dessecamento da região, impedindo que novas inundações viessem a ocorrer (previsão que, naturalmente, o futuro se encarregaria de desmentir) (ATAS..., 1859, v. 45, p. 151 a 154).

Paralelamente à tentativa de ocupar a área alagável do Tamandateí, efetuaram-se o arruamento do Campo Redondo e o prolongamento e a abertura de ruas em diversos pontos da cidade e suas freguesias. Iniciava-se, enfim, a expansão física da Capital. Em 1863, na Assembléia, o então deputado João Teodoro recordava que a consequência imediata dessa política de ocupação do solo desenvolvida pela administração municipal de São Paulo fora o encarecimento súbito da mão-de-obra e dos materiais de construção (ANNAES..., 1863, v. 2, p. 346).

Outro aspecto pelo qual a década de 1850 chama a atenção é o grande número de engenheiros nacionais e estrangeiros que, por estarem a serviço da Província, trabalhavam na Capital – infelizmente, muitos deles não possuíam a competência necessária: os alemães Karl Abraham Bresser, Hermann Bastide e Karl Friedrich Josef Rath; os ingleses William Elliot e John Cameron; o francês Achille Martin d'Estadens, que aqui atuava como empreiteiro de obras públicas; os nacionais Henrique de Beaurepaire-Rohan, Luís José Monteiro e José Jacques da Costa Ourique, engenheiros militares oriundos da Corte; os paulistas Saturnino de Freitas Vilalva, Francisco Gonçalves Gomide, Gil Florindo de Morais, capitão João José Soares e Antônio José Vaz – todos engenheiros práticos, antigos alunos da escola do Gabinete Topográfico (ativa entre os anos de 1836-1838 e 1842-1849) – e, ainda, o alferes José Porfírio de Lima, paulistano formado, entre 1840 e 1843, na Aula de Arquitetos Medidores, de Niterói. Marcelino Gerard, por sua vez, era um empreiteiro de obras públicas a quem era atribuída ora a nacionalidade italiana ora a francesa<sup>12</sup>.

A mão-de-obra, que até então fora escassa na cidade, também se viu beneficiada com a chegada de canteiros, pedreiros e calceteiros alemães e portugueses, engajados em 1854, por ordem do presidente José Antônio Saraiva (1854-1855), para serem empregados no serviço das estradas paulistas. Sob a direção do engenheiro Rath, trinta deles trabalharam no empedramento da rua da Glória (1855). Esses trabalhadores estrangeiros, no entanto, não suportaram as rudes condições a que eram submetidos, principalmente na estrada de Santos, e muitos se evadiram. O governo provincial decepcionou-se com a experiência e rescindiu o contrato com a maioria deles, dos quais muitos vieram juntar-se aos trabalhadores alemães que haviam chegado antes, trazidos pelo governo provincial em 1838 para, sob a liderança de Carlos Abraão Bresser, construir a estrada da Maioridade. Tal como acontecera com os de 1838, os de 1854 também acabaram por vir trabalhar na Capital, onde engrossaram o mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria do deficiente desempenho da mão-

de obra local<sup>13</sup> (ANNAES..., 1855, p. 372; 1856, p. 260, 264, 359 e 360; 1858, p. 515).

Nos meados do século XIX, são realizadas importantes obras públicas na cidade, numa seqüência inimaginável em décadas anteriores: o matadouro municipal (1849-1853), com projeto e construção de C. A. Bresser; a reconstrução da ponte do Acu ou da Abdicação, destruída pela enchente de 1850, e para cuja reconstrução foi apresentado primeiro um projeto de Beaurepaire-Rohan (1850), depois substituído por outro, de Hermann Bastide, com execução a cargo de Martin d'Estadens (1851-1853); o teatro provincial, conhecido por Teatro de São José, que teve nada menos do que quatro projetos, o primeiro, de Beaurepaire-Rohan (1851 ou 52), o segundo e o terceiro, de Porfírio de Lima (1854), e o último, adotado em 1858 após várias modificações, elaborado, ao que parece, pelo engenheiro Francisco Antônio de Oliveira, segundo atribuição nossa; o cemitério público (1855-1858) e a respectiva capela (1857-1860), de autoria de Rath; a caixa d'água (1857), de Elliot, construída com tijolos por operários alemães; e o mercado municipal, interrompido logo depois de iniciado, cujos programa e edital (1859) se devem ao arquiteto medidor Porfírio de Lima, à época vereador da edilidade paulistana (e cuja edificação só seria realizada a partir de 1865, com projeto do engenheiro inglês naturalizado Newton Bennaton). Isso sem citar o Seminário da Luz (1853-1860), de iniciativa diocesana, considerado um dos maiores edifícios da cidade. Sua autoria talvez possa ser atribuída ao mestre-carpinteiro trazido de Piracicaba, de nome Benedito Morato, que trabalhou na obra da primeira ala e capela (1853-1856). Quanto à segunda ala (1858-1860) e conclusão da capela, atribuímos o respectivo plano ao próprio reitor do Seminário, o frade capuchinho Eugênio de Rumilly, que, ao que parece, gostava de projetar nas horas vagas (a planta da Santa Casa de Campinas, datada de 1875, por exemplo, era de sua autoria)<sup>14</sup>.

Dentre os melhoramentos urbanos realizados, a par dos já citados, destaca-se o aperfeiçoamento da malha viária central, atividade que, na época, implicava na adoção de novos sistemas de pavimentação, na abertura de novas ruas e, ainda, na retificação do traçado existente de vias e logradouros, mediante o método de realinhamentos lote a lote, que, aliás, se mostrou totalmente inadequado para o realinhamento geral da estrutura viária paulistana.

O novo sistema de pavimentação compreendia o abaulamento do leito viário, algum tipo de revestimento sobre esse leito – empedramento, macadame ou apedregulhamento – e a criação de esgotos (sarjetas) e passeios laterais para pedestres. A princípio, nas ruas mais importantes, foi adotado na parte carroçável um revestimento de mais qualidade, feito com pedras toscamente desbastadas na face superior (como aconteceu na ladeira do Carmo, em 1852, e na rua Direita, em 1855), e os respectivos passeios, calçados com lajes de pedra (em geral, varvito de Itu) ou cantaria toscamente lavrada, e marginados por guias de cantaria<sup>15</sup>. Em outras ruas, por uma questão de custos, optou-se pela macadamização, como na rua da Glória (1855) e na rua de São Bento (1858), ou pelo simples apedregulhamento, como as 18 ruas que deveriam ser

13. É o caso, por exemplo, do pedreiro e mestre-de-obras Frederico Riedel, mencionado no *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o ano de 1858* (editado em 1857, p. 122), e que, nas *Atas* de 1857, aparece como tendo fugido da estrada de Santos. Agora trabalhava para a Câmara de São Paulo, empreitando concertos na rua do Comércio. Talvez fosse o caso também de Cristiano Siegrist, que aparece no mesmo almanaque e que trabalhava para o governo provincial na construção do muro de fecho do quintal do Palácio do Governo na rua Municipal (*ATAS*, 1857, p. 166). No ano seguinte surgem na cidade os empreiteiros Valentino Kanz, que atuara na estrada de Santos em 1856, João Roos e Cristiano Enderess (*ATAS*, 1856, p. 60; 1858, p. 44 e 45). Há ainda o caso do mestre calceteiro alemão Conrad (Konrad?) Thomas, que, em 1856, não se adaptou aos trabalhos provinciais e tentou voltar para a sua terra. Quatro anos depois, trabalhava como empreiteiro de obras públicas municipais em São Paulo (*BASTOS*, 2001, p. 275 a 279).

14. Acerca das obras públicas, consultem-se as seguintes fontes: sobre o matadouro, *Atas...* (1848-1849, v. 37, p. 122 e 178; 1853-1854, v. 40, p. 71); sobre a Ponte do Acu e Beaurepaire-Rohan, *Atas...* (1850-1851, v. 38, p. 104 e 161); sobre a Ponte do Acu e Bastide, *Atas...* (1853-1854, v. 40, p. 59); sobre o teatro provincial e Beaurepaire-Rohan, *Annaes...* (1852-1853, p. 182); sobre o teatro provincial e Porfírio de Lima, *Annaes...* (1855, p. 250 a 252, 375); sobre o projeto definitivo, *Annaes...* (1858, p. 429 e 431); sobre a caixa d'água e Elliot, Martins (1973, p. 18 e 19). Já sobre prováveis projetistas, ver Jorge (1988, p. 76), acerca de Benedito Morato, mestre carpinteiro do Seminário da Luz; e Pupo (1969, p. 157), sobre frei Eugênio de Rumilly.

15. Ver o manuscrito *Posturas de 14 de maio de 1855*,

conservadas em 1859, entre elas a rua do Carmo (atual Roberto Simonsen), a de São José (atual Líbero Badaró) e a rua Municipal (atual General Carneiro). Depois, o macadame acabou generalizado nas vias principais, estando a rua Direita e a do Rosário, por exemplo, em plena obra de macadamização em 1862. O governo da Província encarregou-se de todo esse trabalho que, iniciado pela ladeira do Carmo (1852), considerada parte integrante da estrada do Rio de Janeiro, e pela rua da Glória (1855), parte integrante da estrada de Santos, foi estendido a todas as vias centrais a partir da gestão do presidente José Joaquim Fernandes Torres (1857-1859) (ANNAES..., 1856, p. 264 e 265; 1858, p. 532; 1860, p. 730). Manteve-se em uso durante muito tempo, sendo substituído por paralelepípedos nas ruas principais ao longo dos anos de 1870 (ATAS..., 1877, v. 63, p. 90 e 182).

A renovação do revestimento das ruas é certamente a obra pública mais evidente nas fotos tomadas por Militão entre 1862 e 1863, sendo possível, algumas vezes, datá-las de modo aproximado a partir do acompanhamento da marcha dos trabalhos urbanos, feito por meio da leitura da documentação camarária, principalmente das *Atas da Câmara*. Não eram muitas as vias que conservavam naquela altura o calçamento antigo, executado a tição, com frágeis pedras ferruginosas locais, famoso por sua irregularidade e pelo desconforto que apresentava ao ser pisado, conforme o depoimento de vários memorialistas. Há uma fotografia de Militão em que é possível, mesmo, surpreender a execução da nova modalidade de pavimento na rua da Cruz Preta, ou do Príncipe (Quintino Bocaiúva), obras em andamento em janeiro de 1863, pelo que se depreende das *Atas da Câmara*. E, em montagens fotográficas do conjunto das ladeiras do Piques, feitas a partir de imagens tomadas em seqüência por Militão, podemos confrontar, lado a lado, o aspecto grosseiro do calçamento antigo existente na rua do Meio, também chamada ladeira do Ouvidor, com sua calha de águas pluviais correndo pelo meio da via, com o aspecto regular e “civilizado” das ruas próximas, já revestidas pelo novo sistema, tais como a ladeira de Santo Antônio, ou do Dr. Falcão (1858), e de São Francisco (1861). Segundo as *Atas*, a execução do novo calçamento da ladeira do Ouvidor só ficou decidida pela Câmara em sessão realizada em 5 de março de 1863.

O macadame, introduzido no tempo do presidente Torres (1857-1859), tinha a vantagem de propiciar uma locomoção mais confortável aos veículos, mas era muito frágil, quase tanto como o simples apedregulhamento, por isso necessitando de constante manutenção. As águas das chuvas, lançadas aos jorros pelos buzínos (pequenos tubos de metal em forma de buzina postados nos frontispícios), logo abriam crateras no leito das ruas, e, para evitar esse inconveniente, propôs-se na Câmara uma postura que obrigasse, nos edifícios novos, a instalação de calhas e condutores; as águas captadas nos beirais dos telhados seriam despejadas, já sem força, próximas do nível do solo. A indicação partiu do engenheiro Porfírio de Lima, em 1857, mas não foi aprovada imediatamente. Reapresentada em 1860 (sessão de 19 de janeiro), só obteve aprovação da Assembléa Provincial no ano seguinte (6 de abril de 1861). Mesmo assim, esse assunto voltaria a ser objeto de novas disposições tempos

depois (1869 e 1889). Em algumas fotos de Militão tomadas da rua do Rosário, por exemplo, é possível observar, aliás, uns poucos sobrados novos obedecendo a essa determinação municipal, o que faz com que essas construções sejam datadas dos anos de 1860 a 1862-1863.

Quanto às novas ruas abertas na área central e na região circundante, foram executadas – do anel perimetral – a rua Formosa (1855), projeto do engenheiro prático Gomide, e a rua Bela (1858), futura 25 de Março; foi igualmente traçada a rua Municipal (1849-1857), atual General Carneiro, a princípio sob a responsabilidade do engenheiro militar Ourique e, mais tarde, sob a direção de Bastide; e, nas sessões camarárias, várias vezes foi proposto o arruamento completo da Chácara do Chá, só efetuado décadas depois (ATAS..., 1855, v. 41, p. 47 e 88; 1858, v. 44, p. 10; 1848-1849, v. 37, p. 176, 184; 1857, v. 43, p. 166; 1855, v. 41, p. 17; 1856, v. 42, p. 36 e 76; 1857, v. 43, p. 163).

No tocante à retificação da malha viária, foi exemplar a atuação dos vereadores do quadriênio 1857-1860, período em que tiveram a oportunidade de sugerir várias expropriações para alargamento ou regularização de ruas e largos da Capital, das quais só uma se acabou realizando. E, como forma de aprimoramento do traçado viário por meio de alinhamentos dados lote a lote, não devemos esquecer a adoção do canto cortado nas esquinas, ao qual se juntou o canto arredondado. Soluções que influíam na concepção arquitetônica interna e externa dos edifícios localizados nesses pontos, ao mesmo tempo em que não deixavam de colaborar na criação de uma nova paisagem urbana (ATAS..., 1856, v. 42, p. 40; 1859, v. 45, p. 111).

Durante os anos de 1850, pouquíssimas transformações foram introduzidas na área de serviços urbanos, então muito incipiente: na iluminação pública, desde 1847 passou-se a empregar o hidrogênio líquido; para o abastecimento de água potável, sempre precário, instalaram-se 15 ou 16 “fontes pilastras” de ferro, distribuídas por diferentes pontos da cidade (fontes que nunca funcionaram perfeitamente), e, ainda, se criou um serviço municipal de coleta do lixo de pessoas pobres, iniciado em 1855 (MARTINS, 1973, p. 325 e 326; ANNAES..., 1857, p. 559 a 560; 1858, p. 530; 1857, p. 559 a 560; 1858, p. 530; ATAS..., 1855, v. 41, p. 188).

O período que aqui nos retém a atenção é, por mais um motivo, notável: contém o início da nova fase da arquitetura paulistana, representada pela gradual introdução da técnica construtiva tijoleira e pela ocorrência das primeiras edificações puramente neoclássicas. No caso da adoção do novo sistema construtivo, admitimos como marco inicial a inundação de 1850, que provocou a conseqüente reconstrução da ponte do Acu, acima citada – em cuja abóbada foram empregados tijolos de fabricação local, recozidos pelo empresário da obra, o engenheiro francês Martin d’Estadens –, e a reconstrução de várias casas particulares situadas na região afetada pela enchente (ao longo das margens do ribeirão Anhangabaú). Em tais edificações, sabemos ter sido o tijolo empregado como forma de garantir que, numa futura inundação, as paredes

16. Ver Mendonça (1862, p. 48; 1868).

17. Ver o manuscrito *Posturas confeccionadas em 9 de abril de 1850 e publicada por editaes em 16 de abril de 1853* (SÃO PAULO (Cidade), AHMWL, artigo 6º, livro CM-1-39); e, também, *Atas...* (1850-1851, v. 38, p. 28 e 29; 1852, v. 35, p. 94 e 95); além de Campos (1997, v. 3, cap. 6).

dos prédios não fossem estruturalmente afetadas pelo contato direto com a água da inundação (CAMPOS, 1997, v. 2, p. 375 e ss.).

Do ponto de vista estilístico, podemos tomar como fatos significativos para a introdução do neoclassicismo erudito referenciado nos edifícios da Corte o pedido de alinhamento da casa de chácara de Fidélis Nepomuceno Prates (futuro solar do marquês de Três Rios), datado de 1857, o da casa de José Maria Gavião Peixoto (1858) e o lançamento da pedra fundamental do Teatro de São José, ocorrido em março de 1858, cujo projeto neoclássico sabemos ter sido aprovado por especialista radicado na capital do Império (ATAS..., 1857, v.43, p.141 ; ANNAES..., 1858, p.392).

Data, portanto, daqueles anos a intensificação da influência da cidade do Rio de Janeiro, então sede imperial, sobre a capital paulista: de lá eram enviados a São Paulo não só materiais de construção aí inexistentes, mas engenheiros e até mão-de-obra especializada. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os operários que vieram fazer o macadame da rua de São Bento (1858) e com o "hábil" mestre carpinteiro trazido em 1860, por Antônio Bernardo Quartim, para armar o telhado do Teatro de São José (ATAS..., 1858, v. 44, p. 181 e 182; LIMA, 1861).

Anos otimistas, em que se idealizou muito além do que permitiam as possibilidades concretas de realização, tanto no nível material quanto no das mentalidades. A esse respeito, basta lembrar o "prospecto" do mercado municipal executado por Porfírio de Lima em 1861, julgado pelo governo provincial como muito pretensioso para ser erguido, e o próprio plano do Teatro de São José, que foi edificado de modo vil pelo famigerado empreiteiro de obras públicas Antônio Bernardo Quartim e deixado inacabado durante anos<sup>16</sup>.

Também no campo das posturas municipais, o decênio que nos ocupa se mostrou extremamente fértil. Iniciou-se com o padrão de 1850, o primeiro em vigor na cidade a determinar alturas e proporções mínimas para as partes externas das edificações paulistanas, criando assim um patamar mínimo tolerável de dignidade estética. A Câmara empossada em 1851 tentou substituí-lo, no ano seguinte, por uma variante, mas a que acabou sendo aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial em 1853 não passava de uma versão que combinava os dois padrões anteriores. O padrão de 1853 teve vida muito longa, pois, após a tentativa frustrada de criar um novo padrão em 1874, acabou revogado somente em 1886, quando então já estava completamente desatualizado ante as novas concepções arquitetônicas de tendência estilística eclética. O padrão de 1886, por sua vez, foi trocado por outro, muito elaborado e minucioso, datado de 1889, e este foi o último do Império, tendo sobrevivido intacto até 1915<sup>17</sup>.

Muitos dos preceitos então elaborados visavam a incutir um novo comportamento nos paulistanos, sobretudo com relação ao uso do espaço público. É quando ocorre a valorização das vias públicas e também sua especialização. A rua, agora, é destinada primordialmente à circulação de carros, animais e pedestres, e todo o resto deverá subordinar-se a isso. São propostas e aprovadas medidas objetivando disciplinar, ou proibir, várias

atividades que até então se praticavam livremente nas ruas da Capital: o trânsito e o estacionamento de carros e animais, o comércio de ambulantes, o exercício de profissionais manuais ao ar livre. Com o fito de não embarçar o trânsito de pedestres, que ocupavam agora os passeios que estavam sendo criados juntos às testadas das casas, foram regulamentados o sentido de abertura das rótulas instaladas nas envasaduras do pavimento térreo das construções e a disposição, nas portas das lojas, dos objetos expostos à comercialização. E, como já foi dito páginas atrás, nas ruas recém-calçadas tornou-se obrigatória, ainda, a instalação de calhas e condutores nos edifícios, para que as águas pluviais corridas pelos beirais dos telhados não danificassem os frágeis revestimentos que estavam sendo executados nas ruas<sup>18</sup>.

Foi também nessa época que surgiram as primeiras normas para a localização de estabelecimentos poluidores ou perigosos (fábricas e curtumes), motivadas pela febre que, àquela altura, se alastrava na Província (ATAS..., 1855, v. 41, p. 127 e 128; 1856, v. 42, p. 24).

De todas essas determinações municipais, no entanto, muitas provavelmente não foram acatadas pela população, sendo talvez essa a razão de algumas delas terem sido indicadas e aprovadas repetidas vezes em quadriênios diferentes<sup>19</sup>.

Aquela mesma década de 1850 brindou a Câmara com uma oportunidade singular: nela tomou assento por vários anos (1857-1862) José Porfírio de Lima, um dos dois vereadores engenheiros da época imperial (o outro foi Domingos Correia de Moraes, genro dos barões da Limeira, durante o último quadriênio sob o regime monárquico, iniciado em 1887 e suspenso em 1890). Na verdade, como vimos anteriormente, Porfírio, embora considerado engenheiro civil, havia cursado a Aula de Arquitetos Medidores, de Niterói, um curso equivalente ao do Gabinete Topográfico, de São Paulo, que formava engenheiros práticos, quase simples agrimensores. No início, além de atuar como edil, fez, informalmente, as vezes de engenheiro da Câmara, executando planos e orçamentos de obras públicas e elaborando pareceres. Como vereador, ofereceu várias posturas e indicações destinadas a melhorias urbanas. Desempenhou relevante papel na definição do programa e, sem dúvida, na redação do edital do mercado municipal, do qual acabou por realizar o prospecto não executado (1861). Propôs calçamento de ruas, alargamentos de logradouros e desapropriações para a retificação do arruamento do centro da cidade. Como vimos antes, defendeu a ocupação da várzea do Carmo e a alienação das terras devolutas do rossio, temas recorrentes nas Atas até a dissolução da corporação municipal, em 1890. O plano de urbanização da várzea e o padrão para as construções a serem erguidas naquela região, realizados em 1859, também eram de sua autoria. Após a reorganização do serviço dos engenheiros em 1861, Porfírio, que detinha o cargo de engenheiro da Província, foi designado chefe do 1º Distrito de Obras Públicas, em que se incluía a Capital. Sob sua responsabilidade ficou a execução e manutenção do calçamento das vias paulistanas e a execução do respectivo sistema subterrâneo de captação de águas pluviais. Renunciou ao cargo eletivo de vereador em 1862, mas

18. Acerca de posturas sobre circulação de carros e animais, ver *Atas...* (1857, v. 43, p. 95, 96 e 102; 1861, v. 47, p. 75); e *Registro Geral...* (1857-1863, v. 47, p. 113). Para posturas sobre ambulantes, ver *Atas...* (1857, v. 43, p. 115, 116 e 123). A respeito de posturas sobre a disposição de mercadorias expostas na parte externa das lojas, *Atas...* (1857, v. 43, p. 96 e 151; 1858, v. 44, p. 203; 1861, v. 47, p. 75). No que toca a posturas sobre calhas e condutores, cf. *Atas...* (1855, v. 41, p. 85; 1860, v. 46, p. 19); e o manuscrito *Postura aprovada pela Assembléa Provincial em 6 de abril de 1861* (SÃO PAULO (Cidade), AHMWL, Artigo único, livro CM-1-39).

19. As posturas que regulavam o sentido de abertura das rótulas, por exemplo, foram propostas em 1855 e, de novo, em 1860. O mesmo aconteceu com as posturas que exigiam calhas e condutores nos edifícios: primeiramente em 1857 e, depois, em 1860. A verdade é que os arquivos camarários não estavam em ordem. Nem o delegado de polícia, responsável pelo cumprimento das determinações municipais, possuía cópia de todas as posturas vigentes. Ver: sobre rótulas, *Atas...* (1855, v. 41, p. 85; 1860, v. 46, p. 19); sobre calhas e condutores, *Atas...* (1857, v. 43, p. 173; 1860, v. 46, p. 19 e 20); e, também, a proposta de revisão de posturas, de um vereador, em *Atas...* (1858, v. 46, p. 130 e 131).

20. Porfírio de Lima foi exonerado pelo governo provincial em virtude da lei orçamentária referente ao ano financeiro de 1863-1864 (nº 711, de 21 de abril de 1863, artigo 13). Por esse dispositivo legal, ficavam extintos os cargos de engenheiro da Província. O governo deveria contratar outros engenheiros tão logo fosse sancionada a lei. No final da década, Porfírio voltaria a trabalhar para a Província, desta feita sob contrato; mais tarde, na década de 1870, foi por algum tempo o engenheiro municipal da Capital.

21. No início dos anos de 1850, o encarregado pelo encanamento das águas potáveis da cidade e pela instalação de novos chafarizes de ferro era o francês Afonso Milliet. Mais tarde, foi substituído pelo engenheiro Elliot, contratado especialmente em Londres para trabalhar na Província. Elliot desempenhou mal a tarefa. Em 1858, chegou a confessar a Fernandes Torres, Presidente da Província, que a tubulação encomendada em Ponta de Areia fora subdimensionada, o que deixava os chafarizes secos e fazia transbordar as águas do Tanque Municipal. A seguir, foi contratado pela Câmara para refazer o encanamento. Ao analisar, em 1861, a sua proposta para a canalização das águas da Cantareira, a Comissão Permanente levantou sérias dúvidas sobre a integridade e a competência deste engenheiro inglês. Cf.: *Atas...* (1850-1851, v. 38, p. 233; 1855, v. 41, p. 40; 1859, v. 45, p. 101 e 102; 1860, v. 46, p. 34); e *Annaes...* (1852-1853, p. 183; 1857, p. 559 e 560; 1858, p. 530 e 531).

permaneceu trabalhando nas obras públicas da Capital até ser exonerado, no ano seguinte, pelo governo provincial<sup>20</sup>.

Ao lado de tantas realizações, modestas mas efetivas, é forçoso reconhecer que, durante todos esses anos, um grave problema jamais foi resolvido a contento na cidade. Referimo-nos ao abastecimento de água potável, sempre em estado de extrema precariedade. A falta de profissionais competentes e de recursos vultosos para a canalização das águas da Cantareira fez com que muito dinheiro acabasse desperdiçado<sup>21</sup>.

Diante do quadro acima esboçado em largos traços, fica impossível confirmar, na São Paulo eternizada pelas fotografias de 1862 e 1863, o burgo letárgico tantas vezes evocado. De fato, o que se verifica é justamente o contrário: nunca a Província e a Câmara Municipal se haviam empenhado tanto na modernização da modesta cidadezinha quanto naqueles anos de 1850.

E essa constatação nos induz a formular uma pergunta crucial: o que se ocultava, afinal de contas, atrás de toda essa agitação, de todas aquelas obras públicas realizadas pelo governo provincial e pela administração municipal, de toda a massa considerável de posturas que pretendiam reformar os hábitos tradicionais dos paulistanos, de todas as medidas que procuravam reorganizar o "urbano" em novas bases?

O que significava tudo isso, senão a busca da acumulação de aquisições materiais capazes de transformar a vida da cidade de acordo com a lógica do capital, que então aos poucos se desenvolvia?

Pois, afinal, é disso que se trata. Como já foi demonstrado muitas vezes (SILVA, 1984, p. 125-169), as transformações impostas a São Paulo nesse período nada mais eram que os primeiros passos em direção à fase capitalista da cidade; constituíam, com efeito, a etapa inicial de sua "segunda fundação", quando passaria a ser ordenada – produzida, como dizem – pela iniciativa privada, conforme as leis do mercado imobiliário.

Obviamente, o impulso dado a essas transformações, ainda sob a ação governamental, é anterior ao advento da economia plenamente capitalista. É, porém, contemporâneo de uma fase de transição que principia no País por volta de 1850, fase essa inaugurada por eminentes figuras do oitocentismo, mediante reformas institucionais e sociais. Figuras que "interpretando as sugestões e os interesses do capitalismo mundial, principalmente inglês, preconizavam a modernização, naquele tempo denominada 'progresso'" (IANNI, 1990, p. 21). Personagens ilustres, da estatura de um Mauá (SODRÉ, 1983, p. 11) – o primeiro capitalista da história brasileira –, não por mero acaso o idealizador da ferrovia de Santos a Jundiá.

Os principais fatores responsáveis pelo surgimento de uma nova ordem econômica brasileira, nascida por volta de 1870 nos cafezais do Oeste Paulista, ainda estavam por vir (GRAZIERA, 1979), mas, já nos anos que precedem a década de 1860, é possível surpreender na Capital os primeiros momentos da reorganização de sua estrutura urbana.

Por conseguinte, é impensável qualificar as fotografias da cidade que documentam justamente tão relevante fase como meros suportes para as



invocações nostálgicas daqueles que aqui viviam ou que aqui moravam temporariamente; muito provavelmente, tais imagens, registradas pelos primeiros equipamentos fotográficos, constituíam instrumentos de divulgação do estágio de *progresso* jamais, até então, alcançado pela pequenina Capital. Conclusão que teremos a oportunidade de ver confirmada em cada uma das fotografias examinadas a seguir.

## Militão Augusto de Azevedo e as fotos paulistanas de 1862-1863

AOS SENHORES ESTUDANTES DO 5º ANNO

*Album com 30 vistas dos principaes edificios e ruas desta cidade vende-se por comodo preço na rua Direita n. 36, loja. Estas vistas são tiradas a photographia: os srs. quinto-annistas, que teem de retirar-se desta cidade para o seio de suas familias [sic] e que quizerem levar comsigo este album terão assim uma recordação agradável da cidade onde passarão talvez a melhor epoca da vida e onde vierão receber um pergaminho e habilitar-se para occuparem os altos cargos sociaes o que sem duvida será tambem agradável a suas famílias que não conhecendo a capital de S. Paulo, podem por meio deste album fazer uma idéa dos principaes edificios e ruas della.*

J. C. MÜLLER.

(CORREIO Paulistano, São Paulo, 22 out. 1863. Apud LAGO, Pedro Corrêa do. *Militão Augusto de Azevedo*. Rio de Janeiro: Capivara, 2001, p. 19.)

Em 1862, o jovem ator carioca Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) transferiu-se da Corte para São Paulo. E pouco depois, ainda mal ambientado na cidade, deu início à famosa série de fotos documentando aspectos variados da paisagem urbana paulistana. Os detalhes das circunstâncias que envolveram essa incipiente atividade de fotógrafo não foram até hoje bem esclarecidos, e talvez jamais o sejam.

A hipótese aventada por Pedro Corrêa do Lago (2001, p. 19) – e adotada por nós nesta obra – é a de que Militão teria produzido as fotos entre os anos de 1862 e de 1863 para compor o álbum anunciado no reclame da Ambrotipia Müller que se vê como epígrafe desta seção. Após a realização das fotos, Militão teria deixado a comercialização dos álbuns a cargo de J. C. Müller, em seu estabelecimento localizado na rua Direita, n. 36. O produto final de seu trabalho, no entanto, na suposição de Lago, não teria sido capaz de atrair a atenção da clientela almejada: nem dos estudantes de Direito originários de diferentes províncias do País, nem ao menos de um ou outro visitante fortuito, redundando a empreitada num grande fracasso comercial. A produção fotográfica de Müller, por seu turno, não nos é conhecida hoje – em novembro de 1859 e em outubro de 1860, ele anunciava no *Correio Paulistano* a venda de vistas da Academia de Direito para estudantes que deixavam a Capital – e é até possível aventar a hipótese de que algumas das imagens cuja autoria é, hoje, atribuída pela crítica especializada a Militão sejam, de fato, da autoria de Müller ou de

outro fotógrafo contemporâneo. A verdade é que, sobre esse assunto, nada está perfeitamente esclarecido, tornando-se urgente encetar pesquisas mais aprofundadas a respeito.

As imagens paulistanas que se admitem ser da autoria de Militão têm como tema básico ruas e largos. Além disso, há edifícios de porte, públicos e privados, e também algumas sedes de chácaras. Foram ademais executadas fotos, poucas, que, postas lado a lado, compõem amplos panoramas das cercanias da cidade.

Como notou apropriadamente o pesquisador Ricardo Mendes (2004, p. 390), o enquadramento das ruas registradas por Militão foi feito de modo muito singelo, quase monótono, ficando a máquina, em geral, posicionada de forma centralizada sobre o eixo longitudinal do leito carroçável. Assim, o campo visual apreendido pela objetiva abarcava o espaço da via pública em sua totalidade, de forma perspectivada, sem privilegiar nenhum edifício ou detalhe em particular.

Segundo Mendes (2004, p. 392 e 293), a foto da igreja da Sé constitui notável exceção a essa regra. As linhas oblíquas formadas pelos beirais dos telhados em primeiro plano, ao convergirem para o frontispício da velha catedral, disposto obliquamente no centro da imagem, em plano médio, imprimem grande força dramática à composição. A configuração viária peculiar do local de onde foi tomada a foto – confluência da antiga rua do Rosário (atual rua 15 de Novembro) com o largo da Sé e a rua Direita – parece ter favorecido muito a criação dessa imagem, cujo alto nível de qualidade compositiva, infelizmente, não mais seria atingido.

Não foram muitas as construções de propriedade particular que mereceram a atenção individualizada por parte de Militão. Entre elas, podemos citar o Hotel Palm, a Confeitaria do Leão, a casa de José Maria Gavião e a de seu irmão Camilo. Quanto aos interiores dos edifícios, estão eles completamente ausentes da obra do fotógrafo, com exceção da vista interna da capela do Seminário da Luz.

Tudo indica que as fotos foram realizadas entre o segundo semestre de 1862 e o primeiro do ano seguinte. Como afirmamos antes, o acompanhamento das obras públicas então em andamento pode ser feito por meio da leitura das *Atas da Câmara* e elas nos fornecem uma base aproximada, mas muito segura, para essa datação. Supomos que a maioria das imagens feitas nas ruas tenha sido tomada em horas de pouco movimento (algumas, pela posição das sombras, parecem ter sido fotografadas de manhã), em razão da longa exposição necessária à sensibilização dos negativos. A presença de grande quantidade de pessoas e animais em movimento poderia prejudicar o resultado final das tomadas, como quase aconteceu, por exemplo, com uma foto da rua do Carmo, onde, em meio a uma pequena multidão que transitava por essa rua, em primeiro plano se vêem cinco figuras bastante desfocadas. Nas imagens de Militão não se nota grande número de tropas cruzando as vias da cidade, e é difícil constatar carros de bois ou carroças. Em termos de meios de transporte, o que mais se vê são as resignadas bestas de carga estacionadas nas frentes das casas comerciais ou concentradas na região do largo do Bexiga.

A imagem do largo da Cadeia, por exemplo, que, por intermédio das *Atas*, sabemos ser o local por onde saíam as infindáveis tropas rumo ao porto de Santos, está estranhamente deserta. Alguns personagens postados no centro do logradouro se ocupam em abrir uma vala para algum mister não identificado, talvez para o encanamento de um chafariz ou para a instalação da rede de captação de águas pluviais, que vinha sendo construída na cidade desde 1861, por ordem do governo provincial.

Outro aspecto que nos chama a atenção na São Paulo daquele tempo é o fato de o espaço das ruas fazer parte do privilegiado universo masculino. Via de regra, são os homens que param e espreitam, desejando participar do registro fotográfico. São exclusivamente eles, com suas longas barbas, cavanhaques e bigodes, que compõem a assistência presente nas cerimônias oficiais realizadas no largo de Palácio; que se perfilam na frente da Academia de Direito, ou que se alinham ao longo da fachada do Seminário Episcopal. Vestidos de calças brancas de brim – às vezes de calças-balão, assim denominadas por serem largas nas pernas e muito estreitas na altura dos tornozelos –, sobrecasacas de casimira escura ou paletós-sacos de lã grossa, portando chapéus de palha, de copas baixas e abas largas e flexíveis, chamados chapéus-do-chile, ou cartolas muito altas e direitas, trazem quase sempre à mão, ou debaixo do braço, uma bengala ou um chapéu-de-sol, que é como eram conhecidos os guarda-chuvas de antanho. À porta dos negócios, vêem-se comerciantes de cabeça descoberta e em mangas de camisa; defronte ao Seminário, padres de sotaina, capa e barrete quadrangular, ornado com pompom, ou com chapéu eclesiástico de copa baixa e abas largas, o chamado *chapéu romano* ou *saturno*; e em toda parte, escravos, de calça e camisa de algodão rústico, de pés descalços, em geral com potes ou barris à cabeça. Maculando certas imagens, como mencionado, surgem às vezes estranhos vultos indefinidos e fantasmagóricos, vestígios de transeuntes que decidiram não permanecer imóveis diante da objetiva do fotógrafo.

As grandes ausentes nessas fotos, na verdade, são as mulheres. As poucas que se vêem pertencem às camadas mais humildes do povo: lavadeiras na beira do Tamanduateí ou negras envoltas em pedaços de baeta esfarrapada, portando cestos ou tabuleiros. Praticamente não aparecem as senhoras das camadas superiores. Meninas ricas só as que, elegantemente trajadas, com suas saias curtas entufadas e calças compridas aparecendo, posaram em frente do convento da Luz. Por outro lado, alguns meninos bem vestidos foram recentemente revelados em surpreendentes ampliações publicadas em livro de autoria de Pedro Corrêa do Lago. Na foto que fixa uma cerimônia cívica realizada na frente do Palácio do Governo (antigo convento dos jesuítas), é possível flagrá-los, sentados lado a lado na calçada, apreciando as evoluções militares que se desenvolviam à sua frente.

Nas fotos de 1862-1863, a ausência da mulher branca de condição senhorial é facilmente explicada pelo tradicional costume ibérico de confinamento do elemento feminino, consignado em depoimentos de contemporâneos, como o de Maria Pais de Barros (1851-1952), por exemplo (BARROS, 1998). As poucas senhoras que se deixaram fotografar não se mostravam no espaço promíscuo das ruas; ou apareciam no balcão do primeiro andar de suas casas urbanas, ou no

jardim ou na varanda de suas chácaras, com as saias entufadas por vastas armações feitas de aros metálicos (saias-balão ou crinolinas), características da moda de então, como é o caso das imagens da Chácara Loskiell ou da chácara do engenheiro John Henderson, antiga Chácara de Sharpe (foto de 1868) – tratando-se, supostamente, em ambos os casos, de senhoras de origem estrangeira.

Não podemos afirmar com todas as letras que Militão privilegiava de maneira consciente o novo e o moderno em suas fotos da capital paulista. Nas imagens que tomou havia lugar não apenas para o excepcional, mas sobretudo para o característico. Mesmo assim, podemos surpreender nelas obras públicas e privadas então muito recentes e esse é o objetivo principal de nossa pesquisa: indicar o *novo* na São Paulo de 1862-1863, demonstrando que a cidade dessa época aos poucos se modernizava, mesmo que o fizesse de forma para nós imperceptível, quase irrelevante.

### Análise iconográfica

*[...] Não queremos com isto dizer que a civilização de um povo consiste somente no luxo da arte – não – porque outras cousas também concorrem para esse fim [...]*

*[...] o espirito de progresso já começa a desenvolver-se, as associações trabalham em projectos; os melhoramentos materiaes são com urgencia reclamados, porque sem elles não há civilização nem riquezas; e a grandiosa idéa de innovações já começa a espalhar seus beneficos resultados.*

*O passado foi um somno bem longo, mas o acordar é brilhante e esperançoso!*

(O – Y ao – Z, II. *Correio Paulistano*. São Paulo, 19 de julho de 1854, p. 1)

### Saídas da cidade

Discorreremos abaixo sobre obras públicas executadas na década de 1850 e visíveis nas fotografias de Militão realizadas no início da década seguinte, entre elas, o calçamento do trecho inicial da estrada do Rio de Janeiro, a construção de um muro de arrimo no morro do Carmo, os trabalhos de nivelamento surgidos por ocasião da macadamização do largo do Pelourinho e a ereção do Chafariz do Piques, obra realizada em 1844 entre as saídas de Sorocaba e de Jundiá e Campinas.

#### Ladeira do Carmo

Observamos aqui o registro fotográfico da saída leste da cidade de São Paulo (Figura 1). Quem descesse a ladeira e seguisse em frente pelo aterrado que cruzava a várzea iria ter no agradável arrabalde chacareiro do Brás; mais adiante, ficava a pitoresca freguesia da Penha, e, após quinze dias de viagem, atingia-se a capital do Império.



Figura 1 – Militão Augusto de Azevedo. Ladeira do Carmo, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

Todos os melhoramentos urbanos vistos nesta foto foram efetivados ao longo da década de 1850. O calçamento da ladeira do Carmo, por exemplo, era considerado uma das obras prioritárias da Câmara empossada em 1849 e deveria ser executado segundo um novo sistema de pavimentação – abaulamento do leito viário e esgotos laterais de pedra (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 177). Após os desagradáveis incidentes ocorridos entre a presidência da Província e a edilidade, em setembro daquele ano, o corpo municipal substituído, acatando a indicação do barão de Iguape, resolveu complementar os serviços a serem realizados no local com a construção de um muro de arrimo, que transformaria o informe morro do Carmo num terraço de onde o panorama da várzea pudesse ser devidamente apreciado<sup>22</sup> (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 223 e 224). Tanto o projeto de pavimentação de via pública, quanto o do mirante foram elaborados pelo primeiro engenheiro da Câmara Antônio Alexandrino dos Passos Ourique (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 177, 223, 242, e 248).

Reempossados em 1851, os vereadores suspensos retomaram os trabalhos de calçamento da ladeira preteridos pela Câmara anterior, mandando fazê-los conforme um dos três planos apresentados pelo engenheiro Bresser (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 139 e 158). Examinando a foto, é possível verificar que o engenheiro alemão seguiu em linhas gerais o que ficara decidido

22. A idéia de transformar o morro do Carmo num belvedere fora, sem dúvida, inspirada pelo regimento de 1828. O seu artigo 66 declarava ser um encargo municipal a construção de muros de arrimo. Em 1830, o engenheiro militar Daniel Pedro Müller chegou a desenvolver um projeto para o local.

23. Nem os operários imigrados em 1837 nem os chegados em 1855 se deram bem nos trabalhos provinciais. No *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857* (editado em 1856, p. 152) vemos, entre os nomes de pedreiros e mestres-de-obras: Carlos Zapp, Cristino Siegrist, João Beck e Cristiano Franck. Talvez este último fosse um dos imigrantes de 1837, pois trabalhava na reconstrução do chafariz do Piques, em 1844, como veremos oportunamente.

em 1849, de acordo com o engenheiro municipal Ourique. Seriam feitos o abaulamento da calçada, os esgotos laterais de pedra e, do lado esquerdo, o passeio pavimentado (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 223). A realização da obra ficou a cargo de Marcelino Gerard, empreiteiro de obras públicas (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 241), e, em 29 de março de 1852, uma comissão da Câmara, acompanhada de João José Soares, o novo engenheiro municipal, e do engenheiro militar a serviço da Província Henrique de Beaurepaire-Rohan, presidiu pessoalmente a confecção de algumas braças quadradas do empedramento da ladeira. Segundo a comissão, seria este o melhor pavimento da cidade e deveria servir de modelo para outros calçamentos (ATAS..., 1852, v. 39, p. 90 e 91).

Em 24 de maio do mesmo ano, a municipalidade dirigiu à Assembléia Provincial uma representação em que pedia acréscimo de verba para poder efetuar o pagamento da obra, já que os fundos com que contava para esse trabalho haviam sido consumidos no Paredão do Carmo. Por esse documento se sabe que a ladeira, uma das mais freqüentadas estradas da cidade, estivera desde muito "obstruída principalmente para os transportes de rotação" (REGISTRO GERAL..., 1852, v. 35, p. 90 e 91).

O sistema de revestimento aí adotado não foi o macadame, proposto pela primeira vez na cidade em 1851 pelo engenheiro d'Estadens e empregado na ponte do Acu, então em reconstrução, após ter sido abatida pela enchente de 1850. Na ladeira foi executada uma pavimentação de melhor qualidade, o empedramento: ao abaulamento, seguiu-se a aplicação de revestimento com pedras justapostas. Toscamente desbastadas na superfície superior, tinham 8 polegadas de altura, 8 de comprimento e 4 de largura; as faces do passeio (guias), por sua vez, eram feitas de lajes de 6 polegadas de largura por 16 de profundidade, lavradas nas partes aparentes, conforme o mesmo sistema que seria empregado na rua Direita anos depois (ANNAES..., 1856, p. 264 e 265).

Quanto ao muro de arrimo, sua construção foi extremamente lenta, em decorrência da crônica escassez de material de construção e mão-de-obra especializada que então afligia a Capital.

Até fins do século XVIII, o emprego da pedra nas edificações paulistas fora de grande raridade, daí a inexistência de operários aptos no trato desse material de construção. Poucos, dois ou três, foram os que se destacaram como canteiros na cidade nos primeiros anos do oitocentismo: o lendário Tebas e o hábil Vicente Gomes Pereira, o mestre Vicentinho, construtor do Obelisco do Piques; e, da leva de canteiros, pedreiros e calceteiros alemães trazidos pelo major Blöm em 1838, para a construção da nova estrada de Santos, depois conhecida pelo nome de estrada da Maioridade, não saberíamos dizer quantos deles estavam em atividade na cidade no início da década de 1850<sup>23</sup> (ANNAES..., 1835-1836, p. 173; 1838-1839, p. 405).

O convento do Carmo oferecera à Câmara substituta dois pedreiros escravos para dar princípio ao paredão; isso, no entanto, não deve ter dado certo, pois a Ata referente à sessão de 18 de julho de 1850 consigna que o

fiscal da Câmara ainda não começara os trabalhos por estar à espera de um pedreiro que, muito provavelmente, era de fora da cidade (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 245; 1850-1851, v. 38, p. 64).

As obras evoluíam com dificuldade, e, em sua fala de 15 de fevereiro de 1851, o presidente da Província notava que “a careza de pedra” e “a falta de mestres e de pedreiros hábeis” eram as principais causas dessa situação (ANNAES..., 1850-1851, p. 428).

Acabada a primeira parte do paredão em maio daquele ano, foram empreitadas por Marcelino Gerard as etapas subseqüentes: a execução dos pilares, o assentamento dos gradis e a continuação do muro (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 182).

No discurso proferido na Assembléia em 1º de maio de 1852, o presidente Nabuco de Araújo (1851-1852) afirmava:

Esta obra importante, que dá segurança á montanha, e tanto aformoseia aquelle ponto da cidade, certamente o mais bello della pela vista pitoresca, Marcelino Gerard se compromette, conforme a planta que me apresentou, a emprehender essa obra dentro de tres annos por 60:000\$000 reis [...] esta obra [...] não tem somente a vantagem de aformosear e decorar a cidade, mas tambem a de evitar os desmoronamentos, que obstruïrem a ladeira do Carmo (ANNAES..., 1852-1853, p. 182).

Só no ano seguinte, Gerard teve condições de começar a chumbar o gradeamento de ferro nos grossos pilares de tijolos<sup>24</sup> (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 180), trabalho logo interrompido porque o vereador Araújo sugeriu fazer, em todo o paredão, uma moldura de um palmo de largura para evitar os estragos que as águas pluviais pudessem causar (ATAS..., 1853-1854, v. 40, p. 99), elemento arquitetônico bastante visível na foto que estamos analisando.

Por fim, o primeiro lanço ficou inteiramente pronto em 1854 (ATAS..., 1853-1854, v. 40, p. 144 e 149), mas, a partir daí, as outras etapas de construção foram se arrastando, a ponto de a obra encontrar-se inacabada no início dos anos de 1860, como podemos confirmar por meio da imagem que aqui está sendo comentada (notar os pilares derruídos sobre o paredão).

O problema continuava o mesmo desde o princípio: falta de material de construção. Em 1856, a Câmara solicitava ao governo provincial que não fizesse descer ao Cubatão o mestre pedreiro Valentino Kans e mais dois oficiais, como estava designado, mas que os deixasse permanecer na Capital para concluir o trabalho que estavam fazendo no paredão; afinal, em São Paulo ainda não havia “mestres e oficiais para obras desta natureza”. Ficariam aqui e extrairiam material da pedreira de Santana (ATAS..., 1856, v. 42, p. 60).

No segundo semestre de 1857, contratado para o assentamento dos gradis nos seis lanços restantes do paredão, achava-se o arrematante Francisco Taques Alvim (REGISTRO GERAL..., 1857-1863, v. 38, p. 28 e 87); agora, havia falta de balaústres de ferro e, se não aparecesse quem os fizesse, deveriam ser encomendados no Rio de Janeiro (ATAS..., 1857, v. 43, p. 102 e 126). Um ano se passou e Alvim não conseguiu instalá-los, porque a Fábrica do Ipanema, que aceitara a encomenda, não estava em situação de poder executá-

24. Na sessão de 26 de agosto de 1851 é feita menção aos tijolos espalhados pelo largo do Carmo, destinados à “cimalha em que se deve collocar as grades de ferro no paredão da ladra, do Carmo”.

la (ATAS..., 1858, v. 44. p. 88). Depois de muito esperar, sugeriu à municipalidade substituí-los por balaústres de “gosto moderno”, mas de ferro forjado (ATAS..., 1858, v. 44, p. 55 e 178). A Câmara repudiou tal idéia: o ferro batido era facilmente oxidável e mais sujeito ao roubo; talvez fosse o caso de se erguer um peitoril de tijolos revestidos de cantaria lavrada (ATAS..., 1859, v. 45, p. 22 e 23). Tempos depois, Alvim voltou à carga e, de novo, propôs assentar, em quatro meses, balaústres “existentes n’esta cidade”, caso contrário, seriam necessários mais oito para o cumprimento do contrato que assumira com a edilidade. A Câmara, persistindo na determinação de utilizar um material mais durável, preferiu conceder o prazo de oito meses para o empresário instalar os balaústres de ferro fundido (ATAS..., 1859, v. 45, p. 55 e 178).

Contudo, nem começou este serviço e, na estrutura do paredão, já apareciam erros de execução– desnivelamento – que necessitavam ser sanados e graves sinais de deterioração – rachaduras no gigante recém-feito –, de cujo exame foi encarregado o engenheiro provincial Gil Florindo de Moraes, então posto à disposição da Câmara (ATAS..., 1859, v. 45, p. 115, 148, 170, 171 e 177).

Em fins de 1859, já ia o empresário fixar os balaústres que chegavam, quando um preocupado vereador acusou, mais uma vez, a ruína iminente do paredão sobre a ladeira do Carmo (ATAS..., 1859, v. 45, p. 200 e 215). Ainda três anos mais tarde, Alvim pedia para ser avaliado o que restava a ser feito no paredão, obra ironicamente comparada, pela imprensa liberal, à terrível rocha Tarpeia dos romanos (ATAS..., 1862, v. 48, p. 178; MORSE, 1970, p. 178).

O paredão, afinal, acabou abandonado, e só no governo João Teodoro (1874) patamares escalonados substituiriam parte das altas muralhas arruinadas que enfeavam o morro do Carmo (XAVIER, 1875, p. 37).

Antes de passarmos para a próxima fotografia, gostaríamos de chamar a atenção, ainda, para o muro visto à esquerda da ladeira, muro que desce em direção às famosas Casinhas da Câmara, espécie de mercado municipal. Parte dele estava então descascada, e é possível reparar que, na sua fatura, fora empregada a alvenaria de tijolos.

Esse fecho cercava um terreno da Câmara continuamente erodido durante décadas, a ponto de constituir um dos mais sérios problemas municipais. Foi erguido depois de 1851, porquanto naquele ano, ao iniciar o novo calçamento da ladeira, Marcelino Gerard fez ver à edilidade a necessidade de erigir um muro tapando aquele que era um dos depósitos de lixo oficiais da cidade, o chamado “buracão do Carmo”. O arrematante das obras da ladeira pretendia realizá-lo em “parede de mão, com allicerce de pedra”, mas um dos vereadores optou por indicar uma emenda, no sentido de que fosse executado de uma maneira “mais solida, e mais ecommica [sic]”, pois que substituiria “a parede de mão, pela de taipa, cuja solidez, sendo feito [o muro] com alicerces de pedra”, seria “incontestavel”. Em sua concepção, tal muro deveria ter “5 palmos de alicerce de pedra e cal, e um palmo mais, na superfície, tendo de largura 3 palmos, e de comprimento 17 braças”, e, em cima disto, seria socada



uma taipa de “9 palmos de altura e 2 ? de largura, sendo ella rebocada, caiada, cuberta de 2 agôas, orçada [sic] tudo pela quantia de Rs 424\$000 rs [sic]” (ATAS..., 1850-1951, v. 38, p. 147 e 150).

Embora a emenda tenha sido aprovada, o que se divisa na foto é um muro de tijolos, que não possuía cobertura alguma. Assim, nesta foto paulistana de 1862, surpreendemos outro exemplo de emprego recente da técnica construtiva de tijolos em obras públicas da Capital, o que, de outra forma, ia passar-nos completamente despercebido. Técnica geralmente divulgada, na época, pelos engenheiros vindos de fora, da Corte ou do Exterior, e executada muitas vezes por operários imigrantes, portugueses e alemães.

### Rua da Glória

Pela descida vista na fotografia abaixo iam os que demandavam o litoral (Figura 2). Seguindo para sudeste, a estrada atravessava subúrbios pobres e despovoados, bem diferentes daqueles situados ao norte, cortados pelas ruas Alegre (atual Brigadeiro Tobias) e do Comércio da Luz (atual avenida Tiradentes).

A zona sul da área urbana da cidade tinha, de fato, uma longa história de desprestígio, que se originava nos últimos anos do século XVI, ocasião em que os carmelitas, recém-instalados, representaram à Câmara solicitando a



Figura 2 – Militão Augusto de Azevedo. Rua da Glória, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

remoção da força das proximidades de seu convento (ARROYO, 1954, p. 85). O instrumento de suplício foi transferido para o caminho do Ibirapuera, na altura do atual largo da Liberdade e, desde então, só atraiu para as suas cercanias outros equipamentos insalubres, ou perigosos, e de desprestígio social: o cemitério dos enforcados e dos indigentes (1775); a Casa da Pólvora (1785), junto à qual, por razões de segurança, não podia haver assentamento humano; o Hospital da Misericórdia (em 1825, na Chácara dos Ingleses; em 1840, na rua da Glória); e também o matadouro municipal, construído no início dos anos de 1850, na altura da atual rua Humaitá (MARTINS, 1970, p. 85 e 86, 104, 84 e 157, 106).

Enfim, um suceder de estabelecimentos lúgubres e inconvenientes, que faziam com que a cidade não se expandisse para aquele lado. Sabe-se, aliás, de representações de moradores rogando a remoção de alguns deles, para que aquela parte da cidade pudesse desenvolver-se com tranqüilidade (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 220 e 223).

Ainda em 1851, o engenheiro municipal responsável pela medição do rossio sugeria que o centro desse perímetro (que delimitava as terras patrimoniais do município) fosse deslocado do largo da Sé para o largo de São Bento (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 213), pois era a região norte, a Luz, que então florescia, habitada principalmente pelas camadas mais abastadas, responsáveis pela construção, nesse bairro, durante os últimos 25 anos do século XIX, de elegantes residências suburbanas.

Ao sul, tudo era desolado. Segundo o barão de Paranapiacaba, a ladeira que conduzia ao Cambuci e ao Ipiranga era de terra avermelhada e cheia de boqueirões (BRUNO, 1981, p. 60), e deve ter permanecido assim até que o governo provincial decidiu calçá-la, em 1855. Desde 1851, denominava-se oficialmente rua da Glória (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 259), em alusão à chácara desse nome, postada à beira do caminho do Mar, onde estivera estabelecido o Seminário das Educandas.

Na macadamização dessa via, o engenheiro alemão Carlos Rath dirigiu uma equipe de trinta trabalhadores, com portugueses e uns poucos alemães, que haviam sido engajados na Europa para fazer a manutenção das estradas paulistas, entre elas, a estrada de Santos (ANNAES..., 1856, p. 262 e 264).

O macadame era um sistema de pavimentação criado na Inglaterra, no qual se baseava o sistema adotado na capital paulista. Nesse sistema, lançava-se sobre o terreno compactado uma ou mais camadas de pedra britada, que, em seguida, eram comprimidas com um cilindro juntamente com saibro espalhado sobre elas e ligadas com água ou outros aglutinantes. Durante as obras da rua da Glória, foram realizados o nivelamento do largo do Pelourinho (largo Sete de Setembro) e a regularização do perfil da ladeira. Ao que tudo indica, os trabalhos não puderam ser executados de modo contínuo, e isso deve ter originado, entre o largo e a saída da cidade, um grande desnível, perigoso e deselegante, do qual se vê uma parte à direita da fotografia.

O sobrado amplo e singelo que se nota em primeiro plano, junto desse desnível, era, então, de construção recente, e sobre ele encontramos algumas referências interessantes nas *Atas*.

Em 1856, Antônio José de Moraes pretendia construir na esquina da rua da Glória com o largo do Pelourinho, e foi Rath quem deu o respectivo alinhamento (ATAS..., 1856, v. 42, p. 57).

Como a construção do edifício devia seguir o declive da ladeira, o engenheiro, para evitar qualquer engano, prontificou-se a colocar estacas e recomendou, também, que a construção, naturalmente de taipa, fosse erguida sobre alicerces de pedra, a fim de “obstar qualquer desmoronamento ou perigo” (ATAS..., 1856, v. 42, p. 24).

Essa recomendação talvez fosse reflexo tardio da inundação de 1850, que derrubara algumas casas de taipa na cidade e que tanto temor gerara entre seus habitantes. Desde a ocorrência do sinistro, sistemas construtivos mais seguros vinham sendo experimentados na cidade: primeiro, nas reconstruções das casas desabadas situadas ao longo do ribeirão Anhangabaú, que fora a região paulistana castigada pela enchente de 1850; depois, aos poucos, em outras partes de São Paulo, o que conduziu à adoção de fundações de pedra (um elemento construtivo muito importante para manter a umidade longe das bases das paredes de terra socada e que, por economia, quase sempre era desprezado) ou à adoção de outros sistemas como o de barrotes, em que toda a construção era estruturada com madeira para, depois, os vãos das paredes serem fechados com tijolos; ou, ainda, à adoção da técnica da alvenaria autoportante de tijolos, em que as paredes que sustentavam as cargas da construção eram formadas apenas por tijolos, técnica essa que acabaria por dominar inteiramente a arquitetura da cidade a partir dos anos de 1870 (CAMPOS, 1997, v. 2, p. 375 e ss).

Um ano e meio depois, em janeiro de 1858, Moraes queixava-se à Câmara, afirmando ter pedido o nivelamento da calçada e ainda não ter sido atendido – a essa altura, a casa já devia estar praticamente pronta (ATAS..., 1858, v. 44, p. 18).

Constituiu-se então uma comissão, encarregada de examinar o nivelamento da rua da Glória no trecho que afetava o imóvel de Antônio José de Moraes (ATAS..., 1858, v. 44, p. 24), e, a esse respeito, exarou-se um parecer cuja opinião era de que o nivelamento seguisse o mesmo que, regularmente, vinha do passeio geral daquela via até a esquina, onde o proprietário deveria “colocar um gradil para obstar a queda de alguma pessoa” que porventura aí passasse. E isto provisoriamente, até que a Câmara adotasse, no futuro, o verdadeiro nivelamento da “praça do Pelourinho” (ATAS..., 1858, v. 44, p. 24).

Pela foto que estamos analisando, verificamos que, até 1862 ou 1863, o proprietário não havia acatado a decisão da Câmara: não existia nenhuma proteção no barranco artificialmente criado pelos trabalhos viários a cargo do governo. Só na foto comparativa feita por Militão de Azevedo e incluída em seu álbum de 1887 é que aparece a solução exigida já há três décadas

(Figura 3). Afinal, o desnível do largo, que deveria ser provisório, acabou persistindo por todos aqueles anos.

### Piques

Deste ponto partiam dois caminhos divergentes: à esquerda, a ladeira do Piques, que conduzia ao arraial dos Pinheiros, e daí a Sorocaba e à região sul do País; à direita, a ladeira da Palha, ou da Memória, que dava acesso à rua da Palha (Sete de Abril), trecho inicial do caminho de Jundiaí e Campinas (ATAS..., 1857, v. 43, p. 137 e 159), que se dirigia a Goiás (Figura 4).

Era por essa mesma rua da Palha que se penetrava na Cidade Nova, arruamento executado entre 1807 e 1808 pelo marechal Arouche Rendon (1756-1834) em suas antigas terras caídas em comisso. Recebera essa incumbência da Câmara e, até idade avançada, exerceu o cargo de inspetor do arruamento da região (REGISTRO GERAL..., 1824-1826, v. 18, p. 420; CARTAS DE DATAS DE TERRA, 1825 a 1829, v. 8, p. 18).

No traçado viário então realizado, constituído de uma malha não ortogonal de ruas retilíneas, destacavam-se dois amplos logradouros: a praça da Legião (atual largo do Arouche) e a praça da Alegria (atual praça da República), conhecida como largo dos Curros, desde que aí começaram a realizar-se corridas



Figura 3 – Militão Augusto de Azevedo. Rua da Glória, 1887. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.



Figura 4 – Militão Augusto de Azevedo. Largo do Piques, 1862/1863, fotografia Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

de touros, durante os festejos reais de 1817 (CARTAS DE DATAS..., 1801 a 1820, v. 6, p. 25, 26 e 28; SPIX e MARTIUS, 1981, v. 1, p. 137).

A princípio houve grande interesse por datas de terra localizadas na Cidade Nova; depois, aos poucos, a região foi caindo no abandono, com seus terrenos cheios de mato, cercados por taipas arruinadas (BRUNO, 1981, p. 64).

Com aspecto não muito diferente, Ferreira de Rezende recordava-se de ter conhecido o bairro, onde, em meados do século XIX, habitou durante certo tempo (BRUNO, 1981, p. 68).

A urbanização dessa parte da cidade foi sem dúvida estimulada pelo movimento crescente de tropas ao longo das estradas cujas saídas observamos na foto. Por aí chegavam tanto os carregamentos de açúcar e café vindos do interior da Província, que se dirigiam ao porto de Santos, como o gado e as manadas de muares que, provindos do sul do País, seguiam para Minas e Rio de Janeiro. A incorporação definitiva dessa região na área urbana da cidade, no entanto, somente ocorreria bem mais tarde, após o retalhamento da chácara do barão de Itapetininga, executado no final dos anos de 1870 e, sobretudo, após a inauguração do Viaduto do Chá, ocorrida em 1892. Ainda em 1881, na planta da Companhia Cantareira e Esgotos, nota-se quão pouco eram adensadas as paragens do morro do Chá e do Arouche (SÃO PAULO (Cidade), 1954, planta n. 10).

25. Esta passagem das Atas é muito importante, porque deixa claro que, nos meados do século XIX, a saída da cidade em direção oeste ainda se dava pelo Piques e pela rua da Palha, futura Sete de Abril, caminho em uso desde meados da centúria anterior. A rua São João parece ter sido aberta com a construção da primeira ponte do Acu, entre 1786 e 1788. Em 1808, foi prolongada, ao ser arruada a Cidade Nova pelo Marechal Arouche. Terminava, então, na rua que, mais tarde (1865), receberia o nome de Vitória. Maria Pais de Barros, quando menina, chegando à Capital vinda do interior com sua família, por volta de 1860, entrou na cidade pelo largo do Arouche, depois de percorrer o trecho da estrada de Jundiáí correspondente à futura Sebastião Pereira. Como morava na rua São João, não tomou à direita em direção à rua do Arouche, trecho do antigo caminho, tomou à esquerda, entrando na futura rua Vitória e logo em seguida na São João, em direção ao ribeiro Anhangabaú. Reafirmamos que as ruas Vitória e São João não compunham trechos do antigo caminho de Jundiáí: eram vias públicas abertas ou prolongadas em 1808 e, decerto, usadas apenas para encurtar o percurso de quem morava naquela parte da cidade. Só no século XX, depois de estendida até a rua Lopes de Oliveira, onde se entroncaria com a rua das Palmeiras e com a construção do viaduto General Olímpio da Silveira, é que a avenida São João se tornaria a saída mais usada por aqueles que, a partir do centro da cidade, dirigiam-se a Jundiáí e Campinas.

26. Cf. o manuscrito *Ofício do engenheiro Daniel Pedro Müller ao governo trino*, acompanhado de planta explicativa (SÃO PAULO (Estado), Apesp, Obras Públicas, 17 out. 1814, ordem 241).

Mais uma vez é possível observar, na imagem de Militão, que então o revestimento das vias públicas fotografadas era de execução bastante recente. Em fins de 1857, o vereador Bithancourt advertia sobre o estado lastimável das ruas da Palha e do Piques, pelo qual era responsável o “grande transito de tropas que” conduziam “generos do Municipio de Jundiahy e, outros alem para o de Santos”<sup>25</sup> (ATAS..., 1857, v. 43, p. 137).

Por isso era necessário que os reparos fossem efetuados pela quota da barreira do Cubatão, já que, no entender do edil, a rua da Palha fazia parte do caminho de Santos. Pouco tempo depois, era o engenheiro e vereador Porfírio de Lima que reiterava a urgência de recalçar a ladeira do Piques, parte da estrada de Sorocaba (ATAS..., 1857, v. 43, p. 159). Em janeiro do ano seguinte, uma comissão de vereadores, encarregada de examinar as propostas para os consertos das ladeiras da Consolação (ou do Piques) e da Palha (ou da Memória), questionava a conservação do revestimento a pedregulho nessas vias, por ser muito frágil para suportar o trânsito pesado de tropas e carros de bois que por elas passavam diariamente. Também julgava de modo desfavorável a intenção de plantar árvores na rua do Piques, porque muitos proprietários se opunham a isso, com o fundamento de embaraçar a vista de suas casas e dar lugar a acidentes, provocados certamente pela estreiteza da via e pelo trânsito intenso existente no local (ATAS..., 1858, v. 44, p. 20). Na sessão subsequente, Porfírio apresentou a relação detalhada das obras a serem realizadas no revestimento da rua da Consolação, ocasião em que foi designado para fazer o respectivo orçamento (ATAS..., 1858, v. 44, p. 25). Em setembro de 1858, a Câmara deliberava pedir autorização ao governo provincial para demolir o pequeno paredão em frente à Pirâmide do Piques, o que parece significar que as obras de abaulamento e pavimentação, substituindo as velhas e frágeis pedras vermelhas do tradicional calçamento paulistano, estavam enfim em andamento (ATAS..., 1858, v. 44, p. 20 e 186). Meses mais tarde, no início de 1859, o revestimento das ruas mencionadas já estava em fase de conclusão (ATAS..., 1859, v. 45, p. 34).

No Piques, o engenheiro militar português Daniel Pedro Müller, em 1814, realizou a primeira intervenção paisagística da cidade de São Paulo. Responsável pela reconstrução da estrada de Sorocaba, Müller remodelou o trecho inicial dessa estrada: nivelou ambas as ladeiras e organizou uma praça triangular entre elas (futuro largo da Memória), de modo a disfarçar o desagradável efeito visual causado pelo fato de cada uma delas ter uma inclinação<sup>26</sup> (Figura 5). No alto, passava uma rua, aberta em 1808, para cuja sustentação fora construído um muro de arrimo de taipa<sup>27</sup>, substituído por outro de pedra durante os trabalhos de remodelação (REGISTRO GERAL..., 1824-1826, v. 18, p. 329). Na praça, gramada (REGISTRO GERAL..., 1814-1819, v. 15, p. 162 e 163), ergueu-se um obelisco, ou pirâmide como então se dizia, em *memória* à junta governativa provisória que exercia o poder na Capitania naquele momento<sup>28</sup>. Vem daí o nome que tomaram tanto a praça do Obelisco, quanto a ladeira que ia da ponte do Lorena, sobre o Anhangabaú, à rua da Palha. O monumento à junta governativa estava instalado no centro de uma bacia semicircular, rodeada por um gradil preso

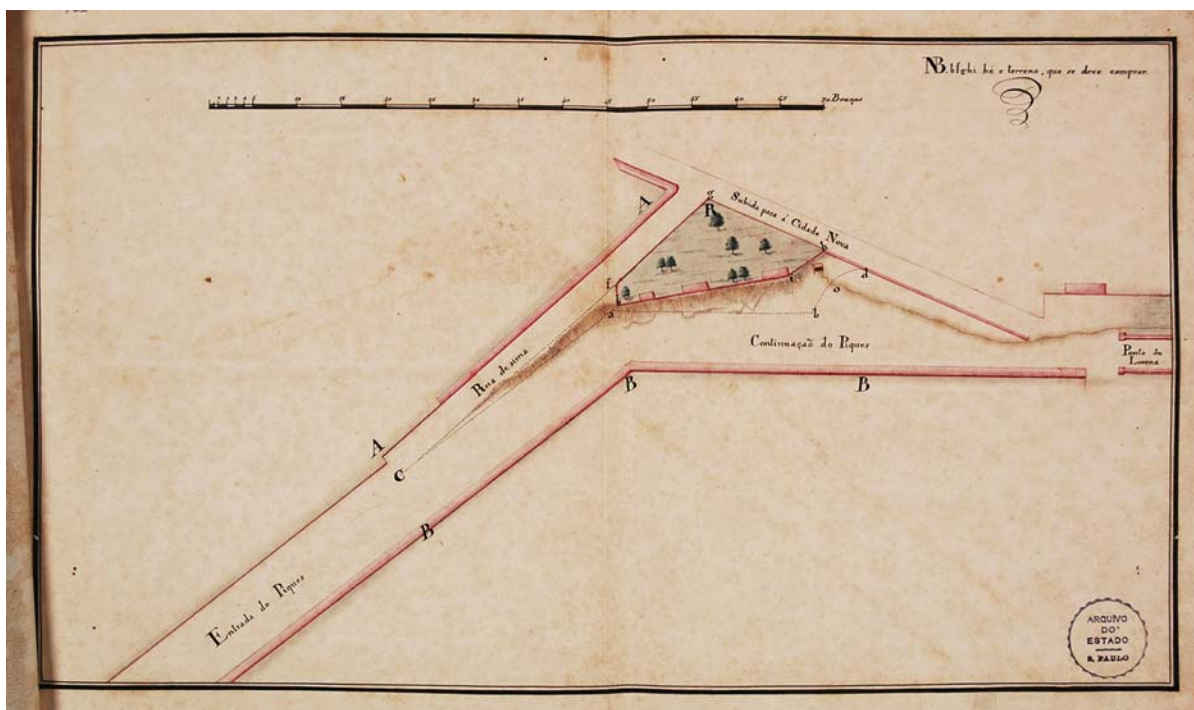


Figura 5 – Daniel Pedro Muller, engenheiro militar. Planta a Praça do Chafariz, localizada no Piquês, 18614, desenho aquarelado (acompanha documento assinado pelo autor, datado de 17 de outubro de 1814). Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

a pilares cuja forma reproduzia, em escala reduzida, a do Obelisco. A serventia tardia desse tanque achamos assinalada em manuscritos inéditos do Arquivo Público do Estado (Apesp); na década de 1840 servia, nada mais nada menos, para a lavagem de roupas dos habitantes das vizinhanças<sup>29</sup>. E esse uso é confirmado por fotos de Militão que mostram lençóis estendidos nas muretas que contornavam a praça do Obelisco.

Desde o início, essa bacia era alimentada por uma derivação do canal das águas do tanque Reúno, uma vala a céu aberto que, a partir de meados do século XVIII, conduzia o líquido a chácaras particulares situadas na parte norte da cidade, ao convento da Luz e, mais tarde, ao Jardim Público. A partir de determinada época, essas águas deixaram de ser potáveis. Para beber, então foi construído, no canto inferior da praça do Obelisco – não se sabe quando nem por quem, talvez pelo próprio Müller –, um chafariz alimentado por vertentes locais (REGISTRO GERAL..., 1824-1826, v. 18, p. 328 a 334). Esse chafariz deve ter sido irrelevante do ponto de vista arquitetônico, porque nenhum artista do século XIX se interessou em retratá-lo.

Portanto, é outro o chafariz visto na foto que aqui nos ocupa. Trata-se de uma reconstrução datada de 1844, o que o tornava uma edificação relativamente recente quando foi fotografado em 1862. Com referência a esta construção, têm sido cometidos tantos equívocos – pois especialistas chegaram

27. Cf. PAPÉIS avulsos (1808); e *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 19, p. 119, jan. 1936 (doc. 9 e 15).

28. Idem à nota 26.

29. Ver os manuscritos: *Relatório do Inspetor de Obras Públicas José Porfírio de Lima ao presidente da Província dando conta das obras sob seu encargo até o dia 10 de setembro de 1844* (SÃO PAULO (Estado), Apesp, Obras Públicas, 11 set. 1844) e *Relatório de Luís José Monteiro ao presidente da Província dando conta das obras sob seu encargo* (Id., 27 set. 1844; ordem 5144).

30. Cf. o manuscrito: *Ofício de José Porfírio de Lima, inspetor interino de Obras Públicas, ao presidente da Província*, 19 jun. 1844 (SÃO PAULO (Estado), Apesp, Obras Públicas; ordem 5144).

31. Cf. os manuscritos: *Relatório de Luís José Monteiro ao presidente da Província*, 27 set. 1844; e *Declaração*, de Cristiano Frank, anexa ao relatório (SÃO PAULO (Estado), Apesp, Obras Públicas; ordem 5144).

32. Cf. os manuscritos: *Férias dos trabalhadores empregados nas obras do chafariz do Piques referentes às semanas de 11 a 16 de novembro, de 18 a 29 de novembro, de 25 de novembro a 1º de dezembro, de 2 a 7 de dezembro, de 9 a 15 de dezembro, de 16 a 22 de dezembro de 1844*; e *Relatório de Luís José Monteiro dando conta do andamento da obra do chafariz do Piques relativo ao período de 19 a 30 de setembro de 1844*, 3 out. 1844 (SÃO PAULO (Estado), Apesp, Obras Públicas; ordem 5144).

a afirmar que fazia parte do conjunto original do Piques concebido por Müller –, que resolvemos incluir aqui algumas informações relativas à sua criação.

Em meados de 1844, todo o conjunto do Piques – encanamento do tanque Reúno, paredão, bacia da Pirâmide e chafariz – achava-se em péssimas condições de conservação. À vista disso, o inspetor interino de obras públicas engenheiro José Porfírio de Lima foi encarregado das respectivas obras de restauração<sup>30</sup>. Ele então deu início aos trabalhos, solicitando à Câmara os gradis que haviam sido removidos da bacia semicircular (ATAS..., 1844-1845, v. 35, p. 68 e 69; REGISTRO GERAL..., 1844-1845, v. 33, p. 69); contudo, cerca de dois meses depois, o desenvolvimento das obras sob sua responsabilidade revelou-se de tal forma insatisfatório, que o presidente da Província Manuel da Fonseca Lima e Silva (1844-1847) resolveu afastá-lo, substituindo-o pelo major Luís José Monteiro.

Na ocasião em que assumiu os trabalhos, a mando do presidente, Monteiro escreveu um longo relatório sobre o que observara no local, não poupando críticas ao que andara fazendo Porfírio: realizara obras custosas, desnecessárias e, o que era pior, inúteis, pois, durante o tempo em que estivera à testa das atividades de reconstrução, fora incapaz de solucionar os graves problemas de vazamentos e infiltrações que o encanamento apresentava. Só havia iniciado a construção de uma bacia de repuxos, “obra sem harmonia, nem proporções”, que, na opinião do major de Engenheiros, merecia ser desprezada. De fato, não se podia ao certo saber qual era a intenção do ex-diretor, pois este não mostrara nem ao seu mestre-de-obras o plano geral do que desejara fazer. Anexo ao relatório, Monteiro teve o escrúpulo de juntar a declaração do operário, em cuja assinatura trêmula reconhecemos o nome do alemão Cristiano Frank; no documento, Frank declarava nunca ter visto o plano de Porfírio, nem ter o menor conhecimento do que o engenheiro quisera realizar no Piques. A idéia de Monteiro era simplificar ao máximo os trabalhos: pretendia recuperar a bacia da Pirâmide e construir um chafariz com um reservatório, tal que pudesse juntar águas por meio de uma torneira que fechasse por si (algo ainda desconhecido em São Paulo, onde as águas dos chafarizes corriam livres pelas bicas numa demonstração de desperdício). As vertentes locais eram sobremodo minguadas e, sem ter suas águas acumuladas, não conseguiriam produzir uma vazão razoável<sup>31</sup>.

Através da seqüência quase completa de férias dos operários, hoje conservadas no Apesp, é possível acompanhar regularmente o andamento dos serviços executados por Monteiro. O chafariz, iniciado em princípios de outubro, teve o seu reservatório e fachada prontos em 1º de dezembro. Os paredões de arrimo – e talvez o próprio chafariz – estavam caiados de azul e branco e, no frontispício, lia-se uma inscrição singela que, durante muito tempo, os pesquisadores consideraram impossível de ser recuperada para a História:

2 de dezembro de 1844 – Ao Bem publico – edificado por ordem do Ilmo. Exmo. Snr. Presidente Manoel da Fonseca Lima e Silva<sup>32</sup>.



O presidente, em um de seus relatórios, ao referir-se a essa obra, denomina-a chafariz Dois de Dezembro, data sem dúvida escolhida para a inauguração por nela ser comemorado o aniversário natalício do jovem Imperador D. Pedro II (1825-1891) (ANNAES..., 1844-1845, p. 375).

Os trabalhos, no entanto, continuavam inconclusos. O major Monteiro foi substituído pelo major Carneiro Leão e este, por sua vez, pelo 1º tenente José Jacques da Costa Ourique. Em maio de 1845, confeccionava-se o gradil de madeira que na foto aparece à esquerda, preso aos pilares que margeiam a ladeira do Piques<sup>33</sup>. Ainda no mesmo ano, extinguíram-se as vertentes abastecedoras do chafariz, tornando-se preciso comunicá-lo com a derivação do encanamento do Jardim Público que enchia a bacia da Pirâmide (ANNAES..., 1844-1845, p. 567). Assim, o chafariz Dois de Dezembro, a maior construção desse tipo na cidade, passou a fornecer água imprópria ao consumo humano, ficando reduzido a dessedentar as bestas de carga das inumeráveis tropas que trafegavam no local (ANNAES..., 1857, p. 259).

Em que pese sua aparência grosseira, talvez possamos considerar sua frontaria coroada com um frontão triangular uma das primeiras construções paulistanas diretamente influenciadas pelo Neoclassicismo da Corte. Afinal, seu projetista era um engenheiro militar oriundo do Rio de Janeiro, de onde viera em 1841 para servir na Província por indicação do governo imperial e para onde retornaria por volta de 1860 (ANNAES..., 1842-1843, p. 102 e 121).

Todo o episódio que envolveu a construção do chafariz Dois de Dezembro revela os habituais desencontros cometidos por profissionais pouco idôneos que se dedicavam às Obras Públicas na São Paulo dos anos de 1840. O caso, lamentável, não seria esquecido facilmente e, mais de dez anos depois, era alvo de alusões irônicas nos debates da Assembléia Provincial. Ao discutirem sobre o plano de abastecimento de água potável para a Capital adotado pelo presidente Pereira de Vasconcelos (1856-1857), os deputados provinciais referiram-se ao absurdo de se encanar as águas do tanque de Santa Teresa, que secava no verão. O Sr. R. de Andrada simplesmente não acreditou no que se afirmava: "Não é possível que se trate de fazer chafarizes em lugares secos". Ao que observou o Sr. Queirós Teles: "Temos exemplo". E seu filho, o deputado Queirós Teles Júnior, completou: "Os chafarizes construídos no tempo do Sr. Manoel da Fonseca" (ANNAES..., 1857, p. 259).

A partir de 1860, na Assembléia Provincial, com os ânimos se acirrando entre os deputados conservadores e os liberais, a fração mais esclarecida e progressista da camada governante, representada em geral pelos liberais, inicia então uma campanha difamatória contra os engenheiros práticos ocupantes de cargos provinciais, entre os quais se encontrava José Porfírio de Lima, arquiteto medidor. Isto culminará na aprovação do artigo 13º da Lei nº 711, de 21 de abril de 1863. Esse dispositivo extinguirá os lugares dos engenheiros da Província, permitindo que, daí por diante, o governo contrate quaisquer outros engenheiros que venham a se mostrar suficientemente habilitados (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 84).

A verdade, no entanto, era que os engenheiros práticos não eram de todo responsáveis por sua insuficiência técnica, pois haviam se formado num momento que não conhecia outra saída para as Obras Públicas provinciais senão a de formar técnicos por meio de cursos rápidos e práticos. Havia sido instruídos na precariedade, com a falta quase total de meios, e tinham de recorrer ao seu próprio esforço para superar as lacunas de sua formação. Uma vez em seus cargos provinciais, muitas vezes tiveram de responder a solicitações que estavam muito acima do que lhes fora transmitido (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 84).

Retornemos, porém, à história do chafariz do Piques. Havia muito já estava velho e abandonado quando finalmente foi demolido, depois de a Câmara haver decidido, em 1888, transformar o largo da Memória, em que andavam jogando lixo, num local ajardinado e gradeado, como então se usava (ACTAS..., 1887, p. 270; 1888, p. 267; 1889, p. 90). Essa nova situação perdurou até 1919, ano em que Victor Dubugras (1868-1933), arquiteto francês radicado no Brasil, projetou a bela praça neocolonial até hoje existente. De todo o conjunto idealizado por Müller em 1814, só restou a Pirâmide, o mais antigo monumento da cidade. Incorporado no projeto de Dubugras, o velho obelisco vem resistindo aos freqüentes atos de vandalismo cometidos contra ele.

## Largos da cidade

Aqui serão abordadas questões ligadas à ampliação e regularização do traçado de logradouros públicos e ao alinhamento de edificações particulares, aspectos esses presentes em várias fotografias de Militão. Além disso, no âmbito das obras municipais, identificaremos, entre outras ocorrências, a construção de um portão na rua do Carmo e alguns gradeamentos de muros, um tipo de fechamento de terrenos que então começava a ser usado em São Paulo.

### Largo de São Bento

O pátio de São Bento datava do último ano do quinhentismo (1600), tendo surgido como adro de medíocres proporções. No século XIX, tornou-se o segundo logradouro de São Paulo a passar por uma remodelação urbanística, depois que o largo de São Francisco foi aumentado, em 1829, às custas do quintal do convento (TOLEDO, 1981, p. 6).

Em 1857, o vereador José Porfírio de Lima apresentou à Câmara uma indicação para que fosse solicitado ao abade de São Bento que, por ocasião da reedificação do muro do quintal do mosteiro, ampliasse e regularizasse o traçado desse antigo adro. A intenção era fazer recuar os limites da cerca do edifício conventual, ampliando as dimensões do logradouro (ATAS..., 1857, v. 43, p. 163).

Em dezembro de 1857, o barão do Tietê anunciava ter o abade concordado com a proposta, sendo necessário apenas que a municipalidade concorresse com a quantia de 600\$000 réis<sup>3</sup>. No mês seguinte, uma comissão de representantes da Câmara – formada pelo barão do Tietê, pelo Dr. Azevedo Junior e por José Porfírio de Lima – examinava e dava a melhor direção ao novo alinhamento do largo, para o lado da rua de São José (atual Líbero Badaró) (ATAS..., 1858, v. 44, p. 15).

De acordo com importante documento que hoje se encontra conservado no Arquivo Distrital de Braga, Portugal, podemos ter uma idéia do que existia nesse lado do adro de São Bento antes do alargamento proposto pela Câmara. Trata-se, o referido documento, de um desenho, anexo a um relatório datado de 1787 (REIS FILHO, 2004, p. 236, fig. 8). Nele se vê o projeto de um conjunto de pequenas casas a ser erguido em terrenos da ordem beneditina na cidade de São Paulo. A intenção era aproveitar a recente abertura da rua Nova de São Bento (então chamada da Alegria, futura Constituição, depois Florêncio de Abreu) para aumentar as rendas do mosteiro paulistano. As casas novas, que seriam aforadas, teriam os fundos voltados para o Tamanduateí, e, em frente a elas, do lado oposto do largo, dando para o ribeirão Anhangabaú, justamente no lado alargado em 1857, observamos que havia um muro de fecho para resguardo da clausura. Esse muro estava, na época, de forma simétrica, interrompido em três pontos. No centro havia uma construção destinada à enfermaria dos escravos do mosteiro. Do lado direito do observador, mais próximo do edifício conventual, havia um portão simples, coroado apenas com um frontão de gosto barroco, que dava acesso a carros conduzidos ao quintal da clausura, e, à esquerda, um outro portão semelhante, dando passagem à “d.<sup>ta</sup> Enfermaria” dos beneditinos. Em nossa opinião, foram essas as construções derrubadas em 1857 – ou o que sobrou delas –, quando o muro de fecho do quintal do mosteiro teve de ser recuado até o ponto desejado pela Câmara Municipal.

Dois anos mais tarde, chegou o momento de reconstruir a velha torre beneditina. Na ocasião, o vereador Sales Guerra propôs a desapropriação do terreno ocupado pela velha construção para alargar a embocadura da rua da Constituição (Florêncio de Abreu), muito estreita nesse ponto (ATAS..., 1860, v. 46, p. 7). O velho campanário, decerto o mesmo do tempo de Fernão Dias Pais (1650), rude e soturno, como se advinha por desenhos sumários executados no princípio do XIX, era “um pensamento pesado”, conforme a pitoresca expressão usada pelo engenheiro militar José Jacques da Costa Ourique, autor, em 1847, de um parecer sobre a solidez da edificação (BRUNO, 1954, v. 2, p. 484). Para que esse melhoramento público fosse executado, acabou sendo necessário derrubar também o puxado das tribunas da igreja, fato ocorrido no final de janeiro de 1860 (ATAS..., 1860, v. 46, p. 30).

Assim, ao serem fotografados por Militão por volta de 1862-1863, tanto o largo quanto o próprio mosteiro se apresentavam com a aparência recentemente renovada (Figura 6). Agora, o largo mostrava-se ampliado, e a torre nova, de silhueta esguia, harmonizava-se de modo admirável, em proporções e em estilo arquitetônico, com o frontispício da igreja. O desenho de 1787, a



Figura 6 – Militão Augusto de Azevedo. Largo de São Bento, 1862/1863, fotografia. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade / SMC, São Paulo.

34. Ver o artigo Festa de S. Pedro, em *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 29 jun. 1860; e, também, *Atas...* (1861, v. 47, p. 227) [S. Gonçalo]; *Atas...* (1863, v. 49, p. 116) [Santa Ifigênia]; *Atas...* (1858, v. 44, p. 112) [Rosário].

que nos referimos antes, também se mostra muito relevante, do ponto de vista documental, em relação à aparência da igreja beneditina, cuja reconstrução datava de 1756 (BAZIN, 1983, v. 2, p. 172). Sua fachada é habitualmente atribuída ao engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), sabidamente autor da capela-mor (1774-1775) (TOLEDO, 1981, p. 6). Mas, se o desenho do Arquivo Distrital de Braga tiver sido fiel ao aspecto externo da igreja, como supomos que o foi, devemos reconhecer que, em 1787, o frontão triangular ainda não estava ornado com os característicos óculos elípticos. É mais provável que tais aberturas tenham sido introduzidas no frontão da igreja entre 1797 e 1800, pois nessa época estava sendo reerguido o próprio edifício do mosteiro (TOLEDO, 1981, p. 6).

A Igreja de São Bento não foi o único templo paulistano a passar por alterações em meados de 1800, pois vários outros estavam em reformas naquele tempo: a igreja de São Pedro, por exemplo, ganhou suas torres gêmeas em fins da década de 1850, conforme pudemos apurar. Com relação à de São Gonçalo, tinham intenção de reerguer o campanário em 1861 (o que acabou não acontecendo); em 1863, eram acusadas extensas obras em Santa Ifigênia; e a Rosário dos Pretos ganhava nova fachada, desde as fundações, a partir de 1858<sup>34</sup>. Parte de todo esse processo de atualização da arquitetura religiosa

paulistana pode ser acompanhado por meio de fotos de Militão, como por exemplo naquela em que a igreja do Rosário aparece com seu frontispício recém construído e sem reboco, ainda apresentando os furos de andaimes.

### Largo de São Gonçalo, ou da Cadeia

Numa das sessões realizadas no final de 1857, o vereador e engenheiro José Porfírio de Lima apresentou uma indicação relativa ao calçamento de várias saídas da cidade, entre elas, a rua do Imperador (hoje lado esquerdo da praça da Sé):

[...] rua do Imperador, entrada principal da Capital, pelo lado marítimo, a qual se prende com a estrada de Santos á Campinas, e principalmte. com a q. comunica esta Prova. com a de Minas pr. Atibaia a Bragança, podendo por isso ser contemplada como huma sessão [sic] da estrada de Santos [...].

Logo adiante, ao tratar dos trabalhos de apedregulhamento e criação de passeios com lajes de pedra e guias de cantaria na rua do Imperador, ajuntou, à guisa de recomendação:

[...] e q. outrossim q. a obra comprehenda a parte q. cruza o largo da Cadeia, desde à esquina do Conego Ildefonso, ate o começo da mencionada rua [do Imperador], e desde este ponto ate o chafariz collocado na esquina da rua da Caza Santa [rua Riachuelo], lugares estes plos. quaes se faz gde. transito de tropas (ATAS..., 1857, v. 43, p. 160).

Assim, vemos que, na época, o percurso daqueles que chegavam de Santos incluía o largo de São Gonçalo, onde penetravam vindos da rua da Glória e do largo do Pelourinho. Depois de atravessar a apertada passagem observada no fundo da foto, que comunicava este último largo com o de São Gonçalo – entre a casa velha, térrea e provida de rótulas, pegada à Igreja dos Remédios, e a outra, à direita, de aspecto novo e também de um só piso –, as tropas cortavam o largo em sentido diagonal para entrar na chamada rua do Imperador (Figura 7). E, na foto de Militão que estamos a comentar, é possível reparar no chão apedregulhado do logradouro montes espaçados de excrementos, indicando o percurso das bestas de carga que acabamos de descrever. Quanto à casa térrea, nova, antes mencionada, era aí que morava o cônego Ildefonso Xavier Ferreira, destacado personagem da época da Independência; e, a respeito dessa construção e dos dois sobrados contíguos (de um dos quais só se vê uma pequena parte), encontramos algumas referências nas *Cartas de Datas de Terra* de 1857.

Em dezembro do ano anterior, Ildefonso, seu irmão capitão José Xavier Ferreira e o cônego Fidélis Álvares Sigmaringa de Moraes (juiz de paz do Distrito Sul da Capital no quadriênio 1857-1860), proprietários, respectivamente, das casas nºs 12, 13 e 14 do largo de São Gonçalo, haviam solicitado alinhamento para as reconstruções que pretendiam empreender nesse local, as quais formariam



Figura 7 – Militão Augusto de Azevedo. Largo de São Gonçalo, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

“uma parede de frente” alinhada pela Igreja de São Gonçalo, “formoseando deste modo o Pateo” (CARTAS DE DATAS..., 1854 a 1858, v. 17, p. 72 e 73).

A comissão encarregada de opinar acerca da questão mostrou-se indecisa quanto ao resultado do que estava sendo pedido: se, por um lado, o alinhamento regularizava a forma do logradouro, por outro, parecia estreitar, de modo muito inconveniente, o acesso ao largo do Pelourinho. No intuito de auxiliar na decisão, ordenou-se ao arruador e ao fiscal que se manifestassem, mas a resposta desses funcionários nunca foi publicada. É possível que a solicitação dos munícipes, de grande prestígio político e social, tenha gerado grande desconforto na Câmara, pois o que eles pediam provocaria um grave estrangulamento na saída mais importante da cidade, que conduzia ao porto de Santos. A ausência dos pareceres dos funcionários da Câmara é um forte indício de que o caso foi abafado, mas o alinhamento, ao que tudo indica, acabou sendo concedido de acordo com a solicitação dos três proprietários. E, nas *Atas* desse mesmo ano de 1857, já se faz menção à casa de sobrado que então estava sendo construída por Sigmaringa de Moraes.

Numa sessão de dezembro, foi proposto por um dos vereadores que se representasse ao governo provincial contra a transferência da Câmara Municipal e a conversão de sua sede em prédio da Cadeia. Na oportunidade, o edil sugeriu que o júri, a polícia e as audiências alugassem uma casa de

grandeza regular, convenientemente repartida, para assim evitar a mudança do corpo municipal, e, em defesa de sua tese, argumentou o seguinte:

[...] acontece que acaba de lhe ser offerecido [sic] [ao governo provincial] uma que se está edificando na praça de S. Gonçalo que reúne todas as proporções desejáveis. Agora he que começa a levantar-se o sobrado d'essa casa pertencente ao Conego Fidelis Alves [sic] Sigmaringa de Moraes; e por tanto os repartiamentos podem ser feitos como for mais conveniente, para que tenha o Jury no sobrado todos os commodos necessarios para suas sessões; e trabalhe a Policia com sua Secretaria; ficando o pavimento terreo pa. sallas de audiencias, e até para uma prisão Civil, a que se recolhão os indivíduos que se prenderem durante a noite [...] (ATAS..., 1857, v. 43, p. 170 e 173).

O sobrado aludido no trecho acima é muito provavelmente o que mal se vê na fotografia que aqui nos ocupa, à extrema direita, durante décadas domicílio do Dr. João Mendes de Almeida, nome que, em homenagem ao ilustre advogado, veio a ser conferido depois ao logradouro. Esse imóvel ainda existe, embora muito reformado e descaracterizado. Sabe-se até que suas paredes são de taipa, da mesma maneira que o sobrado vizinho, também sobrevivente até hoje e que, na foto, aparece provido de água-furtada no telhado. Este último foi desfigurado pelo proprietário em fins da década de 1980, quando se estudava a possibilidade de tombá-lo em nível municipal. Na época, a fachada do prédio já não era a primitiva, pois havia sido reformada durante o período do Ecletismo.

Mais tarde, todas as construções dessa face do largo passaram a apresentar um outro sistema de numeração, adotado na cidade a partir de 1865. A numeração não seria mais consecutiva; os números seriam separados em pares e ímpares, de acordo com o lado esquerdo ou direito da via pública (a partir de 1885, os números pares passariam a identificar as construções situadas no lado direito das ruas, coisa que permanece até hoje). A casa de Sigmaringa recebeu o nº 4, a de João Mendes de Almeida o nº 6, o sobrado contíguo era certamente o de nº 8, e a casa da esquina do largo com a rua da Liberdade, que seria de nº 10, era a que pertencia ao cônego Ildefonso (LUNÉ e FONSECA, 1985, p. 43 e 71), morto em 1871.

Essas construções formavam notável correr, exemplo inédito de cenografia urbana intencionalmente criada pela iniciativa particular em meados do Oitocentos. A comparação dessas três residências com as casas térreas contíguas, de ambos os lados, à Igreja dos Remédios – contemporâneas sem dúvida da construção do templo que, na chave do arco da porta principal, trazia gravada a data de 1825 (SANT'ANNA, 1937-1944, v. 3, p. 7) –, é bastante útil, pois torna flagrante a mudança do gosto arquitetônico ocorrida na cidade de São Paulo ao longo da primeira metade do Império. É inegável o ar de nobreza que emana das edificações de 1857, resultante da regularidade e simetria das construções, do elevado pé-direito e da modinatura de ligeira inspiração classicista a que se recorreu para a composição dos alçados (embasamento, pedestais, cunhais, cornijas etc.). A casa de Ildefonso persistia na tradição, surgida em fins do setecentismo, de empregar as vergas abauladas de tradição barroca, tão populares durante a primeira metade do século XIX; já

as outras exibiam vergas retas e arcos plenos, características da inflexão neoclássica que então começava a se disseminar na cidade. E quanto à proeminente água-furtada na cobertura do sobrado pertencente ao capitão José Xavier Ferreira, sabemos, por outras fotos, que o telhado do imóvel pegado à esquerda, onde morava o advogado João Mendes, também estava coroado por idêntico elemento arquitetônico.

Naquele tempo, outras iniciativas dos poderes públicos tenderam a dignificar o largo de que estamos tratando. Em 1858, haviam começado a edificar o Teatro de São José, na esquina da rua do Imperador, obra da maior relevância, de iniciativa do governo provincial, e, em 1860, o vereador Sales Guerra indicava a desapropriação dos prédios vizinhos à Igreja dos Remédios, pelo seu lado esquerdo. Isso reforça a nossa tese de que o alinhamento dado à nova casa de Ildefonso teria reduzido ainda mais a estreita passagem para a estrada de Santos, agora motivando a tentativa de corrigir o mal mediante a derrubada de casas velhas. Segundo a Comissão Permanente, favorável à desapropriação, eram essas casas que estreitavam (!) a entrada da cidade e enfeavam o pátio do Pelourinho. No lugar delas, deveria ser criado um outro logradouro a ser denominado praça da Alegria, nome que, no início do Oitocentos, havia sido conferido à atual praça da República (ATAS..., 1860, v. 46, p. 69, 85 e 87).

E mais, no ano subsequente, Porfírio propôs a expropriação de imóveis situados em dois pontos da cidade: inicialmente, na embocadura da rua do Rosário (atual 15 de Novembro) (ATAS..., 1861, v. 47, p. 162), e, poucos meses depois, na rua Detrás da Cadeia, quando aventou a criação de uma comissão para dar alinhamento à nova torre da Igreja de São Gonçalo, com o fito de ampliar a embocadura dessa via situada entre a igreja e a Casa de Câmara e Cadeia (ATAS..., 1861, v. 47, p. 210 e 227).

Das três propostas expropriatórias cogitadas, no entanto, só uma seria levada avante. A exemplo do que ocorrera em 1860 com a torre de São Bento, Porfírio demarcou o novo alinhamento no canto da Igreja de São Gonçalo em 1863 (ATAS..., 1863, v. 49, p. 219). E, quanto às outras sugestões, só se concretizariam muitos anos mais tarde: as casas vizinhas da Igreja dos Remédios seriam desapossadas por João Teodoro (1872-1875), e o alargamento da embocadura da futura 15 de Novembro no largo da Sé teria de aguardar o início do século XX (1907), no tempo de uma das administrações do Prefeito Antônio Prado (1899-1911).

### Largos do Carmo e de São Francisco

As imagens desses dois adros oferecem-nos a oportunidade de apreciar algumas obras públicas paulistas mencionadas na documentação camarária e cuja fatura não era muito anterior à época em que foram fotografadas por Militão.

A foto do largo do Carmo, por exemplo, permite a observação do primeiro lanço do famoso paredão, projetado em 1849 pelo engenheiro



municipal Alexandrino dos Passos Ourique (Figura 8). Os grossos pilares, entre os quais se alternavam grades de ferro fundido e bancos de alvenaria, foram executados pelo empreiteiro Marcelino Gerard, que concluiu os trabalhos correspondentes ao primeiro lanço em 1854 (ATAS..., 1850-1851, v. 38, p. 182; 1854 v. 40, p. 144 e 149).

A imagem seguinte, tomada a partir de um ponto localizado no eixo longitudinal da rua do Carmo, em direção à Igreja da Boa Morte (visível no fundo da fotografia), documenta uma obra extremamente singela mas bastante curiosa, também executada por Ourique. Tratava-se de um portão construído ao lado do Barracão do Carmo (Figura 9).

O Barracão, como seu nome diz, era uma edificação de caráter utilitário, erguida entre 1836 e 1838 na esquina da rua do Carmo com a ladeira do mesmo nome, para servir de mercado municipal (ATAS..., 1836, v. 29, p. 60, 93 e 101; 1837, v. 30; REGISTRO GERAL..., 1839, v. 28, p. 65). Obra tosca e de planta tão simples, que, quando perderam o seu risco, não foi considerado necessário providenciar outro. Foi construída sem acompanhamento técnico de engenheiro ou de mestre-de-obras, tratando os vereadores com o



Figura 8 – Militão Augusto de Azevedo. Largo do Carmo, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.



Figura 9 – À extrema esquerda desta fotografia, figura o portão construído pelo engenheiro municipal Alexandrino dos Passos Ourique em 1849 na rua do Carmo, próximo ao largo homônimo. Militão Augusto de Azevedo. Rua do Carmo, c.1862/1863, fotografia. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade / SMC, São Paulo.

prefeito (cargo de confiança da presidência da Província que, durante certo tempo, existiu na Câmara paulistana) e este último diretamente com os operários (ATAS..., 1836, v. 29, p. 93; 1837, v. 30, p. 82, 88 e 139; REGISTRO GERAL..., 1838, v. 27, p. 26).

Como o regulamento do mercado foi recusado pela Assembléia, tornou-se inviável que se desse a ele a finalidade inicialmente prevista pela edilidade. Acabou então sendo arrendado a particulares, que aí instalaram diferentes atividades e até o reformaram (ATAS..., 1839, v. 31, p. 29, 83 e 99; 1840-1841, v. 33, p. 138). Em 1857, o Barracão foi arrendado por 15 anos a Joaquim Marcelino da Silva, que mantinha cocheiras e cavalariças no prédio de propriedade municipal (ATAS..., 1857, v. 43, p. 22).

Em 1849, foi solicitado a Ourique que fechasse o beco existente ao lado direito do barracão, onde corria a canalização das águas servidas vindas do Recolhimento de Santa Teresa, causadoras da famigerada erosão conhecida como Buracão do Carmo (ATAS..., 1844-1845, v. 35, p. 114; 1848-1849, v. 37, p. 180, 182, 183, 187 e 204). O portão então erguido é o que se vê no primeiro plano da foto, à extrema esquerda. Chegou a ser confundido pelos

historiadores com um passo de Semana Santa, como ainda existem em algumas cidades antigas de Minas Gerais, por exemplo. Exibia verga em arco abatido e coroamento muito alongado, arrematado por pequena cornija, sobre a qual se equilibrava um pináculo em forma de pirâmide, coroamento que nos lembra as sobrevergas chamadas "à D. Maria I", e que então eram usadas em São Paulo (como, por exemplo, nas janelas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, em construção em 1831) (ATAS..., 1831, v. 20, p. 163, 171 e 232).

Na fotografia do largo de São Francisco, por sua vez, descobre-se, no fundo, à direita, mais uma construção de Alexandrino dos Passos Ourique: o gradeamento do muro de arrimo construído na frente da capela terceira franciscana (Figura 10). Trabalho igualmente iniciado em 1849 e concluído no ano seguinte pelo fiscal da Câmara (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 167, 168 e 173; 1850-1851, v. 38, p. 26 e 70). Tal como seria feito pouco anos depois no paredão do Carmo, havia nele robustos pilares de seção quadrada, providos de terminações piramidais, aos quais estavam chumbadas singelas grades de ferro.

Pelo que percebemos, a moda de fechar terrenos ou rematar muros de fecho com pilares e gradis difundiu-se na cidade de São Paulo durante a



Figura 10 – À extrema direita da fotografia, ao fundo, figuram pilares e gradil construídos pelo engenheiro municipal Alexandrino dos Passos Ourique (1849/1850). Militão Augusto de Azevedo. Largo de São Francisco, 1862/1863, fotografia. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus / DPH / SMC, São Paulo.

35. Ver o manuscrito *Ofício de Antônio Pádua Lisboa ao Coronel Peréia*, de 4 maio 1845 (SÃO PAULO (Estado), Apesp, Obras Públicas, ordem 5146); e *Atas...* (1844-1845, v. 35, p. 204).

década de 1840. Recordemo-nos que essa foi a maneira escolhida para cercar parcialmente a praça do Obelisco, no Piques, em 1845, e que desse mesmo ano data a menção feita nas *Atas* à solução similar – só que com grades de pau – adotada em casa particular situada na rua Alegre (Brigadeiro Tobias)<sup>35</sup>.

## Ruas da cidade

Nesta seção, atentaremos para a constituição do primeiro anel perimetral da cidade, para a elaboração de projetos de ocupação da Várzea do Tamanduateí e para a aparência modernizada de determinadas vias públicas, alcançada graças aos novos sistemas de revestimentos de leitos viários adotados e às novidades introduzidas no espaço urbano, como frades de pedra e postes de iluminação de ferro fundido, aspectos estes todos presentes nas fotografias de Militão realizadas na década de 1860.

### Rua Municipal

A vista apreciada nesta foto era, então, de recente configuração, pois remontava a 1849 a idéia de abrir a via pública que, a partir de 1855, recebeu o nome de Municipal (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 146, 176, 184, 192, 242, 245 e 248; 1855, v. 41, p. 56 e 57) (Figura 11).

Sua criação representou uma significativa etapa na ocupação da várzea do Carmo. Desde muito se cogitava o dessecamento dessa região, que antigos testemunhos garantiam nunca ter sido vulnerável a inundações até a construção da ponte do Carmo (1805-1808) (REGISTRO GERAL..., 1824-1826, v. 18, p. 18 a 21, 539 a 542). A primeira atitude concreta tomada nesse sentido foi a iniciativa provincial de cavar um canal que afastasse o rio Tamanduateí do sopé da colina em que se assentava a cidade, com o propósito de eliminar o rápido processo de erosão das encostas provocado pela presença das águas estagnadas. Trabalho que ocorreu também em 1849 (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 34, 35, 44, 45, 49, 56, 65, 72, 131, 179, 182 a 184, e 189).

A demarcação de uma via pública cortando o terreno do Palácio do Governo iria pôr em comunicação direta a planície atravessada pelo Tamanduateí e um dos principais logradouros de São Paulo, o largo de Palácio, "centro de maior commercio e população da Capital" (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 146). E tanto foi assim que, em 1856, após a abertura da rua, a Câmara solicitou ao engenheiro Carlos Rath que elaborasse uma proposta de arruamento no fundo da antiga cerca da extinta residência jesuítica, ora Palácio do Governo. O arruamento deveria constar de uma grande praça e diversas ruas (REGISTRO GERAL..., 1854-1856, v. 37, p. 136). Na época se acreditava que, com a ocupação, a várzea aos poucos se dessecaria e não mais seria atingida pelas inundações. Crença desmentida pelas décadas futuras, já que até fins do século XX seriam constantes as enchentes na região.



Figura 11 – Militão Augusto de Azevedo. Rua Municipal, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

Em 1857, Aquiles Martin d'Estadens pediu à Câmara a concessão de terrenos no fim da rua Municipal, próximo ao rio, para aí construir o edifício do gasômetro, uma vez que, na época, o engenheiro francês era o empresário da iluminação a gás (ATAS..., 1857, v. 43, p. 89). Dois anos depois, porém, o terreno solicitado por d'Estadens foi destinado à construção do futuro mercado municipal (1867-1869), sendo naquele mesmo ano apresentado pela comissão do melhoramento de edificações da cidade (da qual participava o engenheiro e vereador Porfírio de Lima) o novo plano de ocupação da várzea – que também não seria executado (ATAS..., 1859, v. 45, p. 23 a 25, 78 e 80). A rua Bela, futura 25 de Março, no entanto, a partir de 1858, ocuparia o antigo leito do Tamandatei, junto do sopé da colina histórica, e, em sua segunda etapa de construção, principiada em 1869, seguiria em direção à ladeira do Carmo (atual avenida Rangel Pestana).

Deve-se ao engenheiro da Câmara Alexandrino dos Passos Ourique o projeto da futura rua Municipal, cuja abertura ficou a cargo de Antônio Manuel Teixeira (ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 146, 182 e 248).

Por alguma razão desconhecida, uma vez pronta, a rua não foi entregue imediatamente ao público, e isso provocou o seu rápido arruinamento. Em 1852, a edilidade solicitava ao engenheiro Bastide que a refizesse, pois os trabalhos aí realizados demonstravam “imperícia e precipitação” (ATAS..., 1852, v. 39, p. 45 e 46).

Só em 1855 foi executado o cordoamento definitivo do lado esquerdo daquela via pública, para servir de base aos pedidos de alinhamento feitos por aqueles que quisessem ao longo dela edificar (ATAS..., 1855, v. 41, p. 55). Como era muito estreita, oficiou-se ao governo provincial no sentido de que fosse providenciado o alargamento pelo lado direito até a medida de 60 palmos ou 13,22 m, largura então entendida como ideal para as ruas paulistanas (ATAS..., 1856, v. 42, p. 64). A este pedido o governo provincial anuiu em 1857, ficando o mestre-de-obra (alemão ou talvez suíço) Cristiano Siegrist encarregado do desmonte do barranco existente no quintal do antigo convento dos jesuítas e da construção do respectivo fecho (ATAS..., 1856, v. 42, p. 64).

Como vimos antes, na seção *A cidade de São Paulo nos anos de 1850: a era dos "melhoramentos materiaes"*, a construção da rua Municipal fez parte de um importante conjunto de medidas de caráter viário tomadas na cidade a partir dos anos de 1850. Foi a primeira via a ser aberta na cidade naquela década, mas como os trabalhos tiveram de ser interrompidos em função de vários problemas, acabou concluída depois da rua Formosa (1855), esta última a primeira das ruas abertas com o objetivo de formar o anel viário com que se pretendia circundar a cidade, interligando as diferentes saídas das estradas. A Formosa uniu o Piques (saída de Sorocaba e Campinas), a oeste, com a rua do Seminário (que seguia em direção à Luz, ao norte, por onde se ia para Atibaia, Bragança e sul de Minas Gerais). As outras vias desse anel são posteriores: a rua Bela (25 de Março) – cuja primeira etapa é de 1858, e a segunda, de 1865 – poria em comunicação a saída norte representada pela rua da Constituição (atual Florêncio de Abreu), por meio de um beco em declive, depois denominado travessa 25 de Março (rua da Constituição), com a ladeira do Carmo, que era a saída leste, pela qual se ia ao Rio de Janeiro. A rua Riachuelo, de 1867-1868, por seu turno, interligaria o largo do Bexiga (atual praça da Bandeira), de onde partia a estrada de Santo Amaro (atual rua desse nome), por onde se tinha acesso ao Piques (saídas de Sorocaba e Campinas) e à saída de Santos, representada pela rua da Liberdade. Esta permitia que se atingisse, tomando-se à esquerda, a rua da Glória (antiga saída de Santos, pelo Cambuci e Ipiranga), e, seguindo em frente, a estrada do Vergueiro (atual rua dessa denominação), aberta às custas do fazendeiro José Vergueiro em 1863 (MOTTA, 1863, p. 7).

A continuação do anel viário foi obra muito tardia, ao serem abertas a rua do Hospício (1873) (XAVIER, 1875, p. 28), hoje rua Frederico Alvarenga, e a rua Conde D' Eu (1875), a atual rua do Glicério (XAVIER, 1875, p. 37). Em 1880, o anel seria definitivamente concluído com a rua Tamandaré (1880), que comunicaria a várzea do Tamanduateí com a rua da Liberdade (ATAS..., 1880, v. 66, p. 32, 39, 44). Foi aberta por um particular com autorização da Câmara, numa época em que já havia caducado a razão fundamental da criação do anel, pois, desde a inauguração das vias férreas paulistas, praticamente todo o transporte de mercadorias da Província passou a ser feito por trem e não, como antigamente, por meio de tropas que atravessavam as ruas da Capital.

Contudo, nos anos 1850 e 1860, antevia-se um papel importante a ser desempenhado pela rua Municipal, funcionando no futuro como uma via radial desse sistema viário radioconcêntrico em formação, sistema esse anterior em oitenta anos à proposta equivalente concretizada por Prestes Maia em meados do século XX. Em 1873, no tempo do presidente João Teodoro (1872-1875), a embocadura da rua Municipal nas proximidades da rua do Rosário (15 de Novembro) seria retificada e alargada, o que daria origem ao largo do Mercadinho, depois largo do Tesouro, atual praça Padre Manuel de Nóbrega (XAVIER, 1875, p. 28; ATAS..., 1873, v. 59, p. 47, 205 e 220).

A abertura da rua Municipal tem relevância também do ponto de vista da história da arquitetura paulistana, na medida em que permite datar as construções vistas à esquerda da fotografia. São residências modestas, erguidas na segunda metade da década de 1850. Quanto aos grossos pilares de tijolos aparentes que cercam o quintal do Palácio da Presidência, tal como o muro de arrimo de pedra que se vê à extrema direita, estavam, conforme as informações documentais, sendo construídos em 1857, sob a responsabilidade de um mestre-obras, Cristiano Siegrist, como vimos.

Por fim, devemos notar ainda que a rua Municipal já se encontrava devidamente apedregulhada em 1859, porquanto nas Atas desse ano aparece o seu nome constando de uma lista de vias públicas que necessitavam de serviços de manutenção (ATAS..., 1859, v. 45, p. 41 e 42).

### Rua Direita

Este é talvez o aspecto mais *moderno* da São Paulo dos anos 1860: a rua Direita, ladeada de lojas de artigos femininos, com peças que parecem ser lenços de seda, estampados com motivos orientais, e crinolinas (armações metálicas usadas para entufar as saias das mulheres de então) expostas nas portas, na parte externa dos estabelecimentos, de maneira a atrair as senhoras que, segundo conta Maria Pais de Barros, nessa época nunca adentravam em casas de negócios<sup>36</sup> (Figura 12).

Tudo nessa via era então muito recente: o calçamento, os postes de iluminação e o próprio casario.

Foi na sessão de 7 de junho de 1862 que a Câmara Municipal deliberou mandar publicar, por edital, a arrematação da calçada da rua Direita pelo sistema denominado macadame. Na sessão do dia 10 do mês seguinte, a Comissão Permanente deu parecer favorável à proposta de José de Freitas Ribeiro Júnior, que se obrigou a fazer o serviço pelo mesmo sistema empregado antes na rua São Bento (ATAS..., 1862, v. 48, p. 92 e 107). Supomos que Militão tenha fotografado a Direita logo depois de finalizadas as obras, o que deve ter ocorrido ainda no segundo semestre de 1862.

A primeira pavimentação moderna da rua Direita, principal via comercial da cidade, fora realizada entre 1855 e 1856 por Marcelino Gerard, empreiteiro de obras públicas, e era de iniciativa do governo provincial. O engenheiro militar tenente-coronel Luís José Monteiro, a serviço da Província,

36. Ver Barros (1998, p. 91). Contra a prática de pendurar objetos a serem comercializados nas partes externas das lojas posicionou-se o vereador Porfírio de Lima, que, na sessão de 1º de agosto de 1857, apresentou indicação de várias posturas. Entre elas, uma que regulava tal hábito (ATAS, 1857, p. 95 e 96), postura essa aprovada pelos edis na sessão de 3 de dezembro do ano seguinte (ATAS, 1858, p. 203). Porém, pelas fotos de Militão, observa-se que essa postura não vingou.



Figura 12 – Militão Augusto de Azevedo. Rua Direita, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

acompanhou os trabalhos então desenvolvidos, cuja técnica, idêntica à da ladeira do Carmo, tinha sido preferida à frágil macadamização (ANNAES..., 1856, p. 264 e 265). O próprio Monteiro estivera na Corte em 1854, por ordem do presidente Saraiva, para examinar os novos sistemas de calçamento empregados e dar informações a respeito (ANNAES..., 1855, p. 379).

No início de 1856, ele elaborou um parecer endereçado ao vice-presidente da Província sobre o andamento dos trabalhos e que, por ser curioso e inédito, reproduzimos abaixo, na íntegra:

Illmo. Exmo. Snr.

Sendo V. Exa. Servido encarregar me a 4 de Julho do anno proximo passado da direcção da calçada da rua Direita desta Cidade, de que he empresario Marcellino Gerard, devo significar a V. Exa. que o trabalho até hoje feito, tem sido conforme o contracto e a inda [sic] com algum aperfeiçoamento, pois que as pedras empregadas na construcção são em maior numero e quaze que aproximadas a cubos; e se houvesse o verdadeiro granito nesta Capital para o seu calçamento, ou se nas juntas ou intervallos destas mesmas pedras se enchesse com cimento de Portland, de que estão usando no Rio de Janeiro, e nas principaes Capitaes da Europa, como tive a honra de informar ao Exmo. antesseçor de V. Exa., eu me persuado que talvez esta calçada rivalizaria com as proximamente feitas na Corte.

Por estas razões e por conhecer o quanto V. Exa. he solícito nos melhoramentos materiaes da Província como seu digno administrador, julguei conveniente pedir a V. Exa. para que



haja de mencionar em seu Relatório á Assembléa Provincial, a utilidade de uma consignaço de tres conto de réis; nem só para solidificar e aperfeçoar mais a dita calçada, como para sua conservaço; se esta proposiço que subordino a consideraço de V. Exa. merecer a honra de sua approvaço, eu não duvido garantir que a duraço da calçada será duplicada, e maior do que se deve esperar do systema que se está empregando.

Deus Guarde a V. Exa.

São Paulo 17 de Janeiro de 1856.

Illmo.Exmo. Dor. Antonio Roberto d'Almeida,

Vice-Presidente da Provincia

O Tene. Corel. do Corpo de Engo.

Luiz José Monteiro<sup>37</sup>

37. Ver o manuscrito *Ofício do Ten. Cel. Luís José Monteiro ao vice-presidente da Província Antônio Roberto de Almeida*, de 17 de janeiro de 1856 (SÃO PAULO (Estado), Obras Públicas, ordem 904).

Como vimos, o documento acima transcrito é significativo sob mais de um aspecto, pois atesta também os primeiros momentos do uso do cimento *portland* nas obras cariocas.

Postura paulistana, de 14 de maio de 1855, aprovada pela Assembléa Provincial no dia seguinte, exigia que os passeios ao longo das testadas fossem executados pelos proprietários dos imóveis com lajes de Itu (varvito) ou "semelhantes de outro lugar" (ATAS..., 1855, v. 41, p. 64). Obrigação que depois seria estendida a outras ruas da cidade, à medida que fossem recebendo o novo calçamento.

Embora revestida com pedras em 1855, a rua Direita foi, como dissemos, macadamizada mais tarde, como muitas outras vias do Centro. Ao que parece, desde que o macadame foi adotado na rua de São Bento, em 1858 (ATAS..., 1858, v. 44, p. 28 a 31 e 145), o governo provincial optou por generalizar esse tipo de revestimento, por ser mais em conta.

Quanto ao lampião sobre o poste de ferro fundido, que se vê na foto, era uma novidade introduzida nas ruas e logradouros mais importantes de São Paulo a partir de 1862. Segundo as *Atas*, os primeiros lâmpões instalados sobre postes de ferro fundido foram os das ruas do Colégio e de São Gonçalo (do Imperador), no início desse ano (ATAS..., 1862, v. 48, p. 15). Na rua Direita foram implantados certamente depois de concluídos os trabalhos de macadamização. Esses postes, deslocados para a linha das guias, começavam a substituir os rústicos e antiquados esteios de "canela legítima", fincados junto das paredes das casas, em que eram presos os lâmpões de óleo usados desde 1841 (ATAS..., 1840-1841, v. 33, p. 190). Esse novo tipo de equipamento de iluminação, posicionado de modo a não atrapalhar o trânsito de pedestres, muito contribuía para conferir um aspecto cosmopolita e *civilizado* à pequena cidadezinha de então.

Com relação às construções da rua Direita, observamos que, de ambos os lados da rua, a maioria delas já era oitocentista. O alto pé-direito, as vergas em arco abatido, as janelas de abrir à francesa, os cunhais, as cimalthas e os profundos beirais guarnecidos de guarda-pó não deixam dúvidas quanto a isso. Somente uma, à direita, ainda ostentava balcões de rótula; as outras, ou tiveram esses elementos substituídos, ou já foram construídos com varandas de ferro. Esse

38. Já em 1836, uma loja de ourives no centro da cidade protegia-se com uma "tolda". Ver *Registro Geral* (1836, v. 25, p. 54 e 55).

sobrado de sacadas de caixão, por sua baixa altura, revela ser uma das construções mais antigas desse trecho da rua (MARINS, 1999, p. 220-221).

À direita, em primeiro plano, nota-se uma loja com mercadorias em exposição protegidas por "empanadas" ou "toldas" de cor clara, branca ou quem sabe no tom da lona crua. Na extrema direita da foto, vê-se um trecho de uma "tolda" listrada, provavelmente nas cores branca e vermelha, como então se usava. Em meados da década de 1840, a Câmara recebia denúncias de fiscais que as viam como objetos estorvantes. A municipalidade chegou a proibir esses dispositivos, mas o desenvolvimento posterior do comércio demonstrou sua conveniência, ao evitarem que o sol e a chuva danificassem os artigos à mostra; acabaram por tornar-se, assim, tal como as vitrinas, um símbolo da zona comercial da cidade<sup>38</sup> (ATAS..., 1844-1845, v. 35, p. 110; 1846-1847, v. 36, p. 21).

Ainda nesse prédio, é possível notar um frade-de-pedra, chantado junto do cunhal da construção. A instalação de semelhantes peças de cantaria foi permitida na sessão camarária de 26 de maio de 1859, segundo indicação do vereador e engenheiro Porfírio de Lima (ATAS..., 1859, v. 45, p. 111). O curioso é que era necessário adotar também nas esquinas o canto arredondado, o que neste caso não foi respeitado, apesar das características do terreno que aí formava um ângulo obtuso (lote hoje ocupado pelo prédio eclético da antiga Farmácia Amarante, na esquina da rua José Bonifácio).

No fundo, à esquerda, na esquina da rua do Rosário ou da Imperatriz (atual 15 de Novembro), vemos um belo e amplo sobrado de 12 janelas, cujo endereço mais tarde seria rua Direita, nº 1. Tratava-se do solar construído a partir de 1839 por seu proprietário, José Manuel da Silva, rico comerciante nobilitado com o título de barão do Tietê (LUNÉ e FONSECA, 1985, p. 113; ATAS..., 1839, v. 32, p. 98, 106 e 113; MARTINS, 1973, p. 206).

Ainda no fundo, no eixo da Direita, aparece um pequeno sobrado, onde funcionava a Livraria Garraux, fundada em 1860, primeira casa de negócios da cidade a comercializar livros e artigos finos de decoração. A fachada do imóvel encontrava-se, então, recoberta com pintura multicolorida imitando pedras de cantaria, muito comum naqueles dias na Corte.

Originalmente, morava no prédio o alferes Joaquim Ribeiro dos Santos, e a concessão de alinhamento para edificação de seu sobrado, efetuada em fins de 1823, mobilizou os "cidadãos republicanos" da cidade, convocados por meio de edital pela municipalidade paulistana (REGISTRO GERAL..., 1822-1824, v. 27, p. 316 e 317). A solução a ser dada não podia prejudicar o trânsito intenso do local, confluência da rua do Rosário com o largo da Sé e rua Direita, e hoje só nos é conhecida por meio de imagens da rara iconografia paulistana; no caso, uma aquarela de Debret datada de 1827 (Figura 13) e algumas fotografias oitocentistas ou do início do século passado, entre elas a que aqui retém nossa atenção. Essa solução consistiu na adoção de um canto cortado, certamente um dos primeiros exemplares desse tipo de agenciamento de esquinas na cidade de São Paulo. O sobrado foi obrigado a manter também um certo recuo na face que deitava para a rua do Rosário. E isso é perceptível na foto, porque um prédio térreo contíguo à esquerda está a lhe fazer sombra.



Figura 13 – À esquerda, em primeiro plano, figura a casa do Alferes Joaquim Ribeiro de Lima, localizada na esquina do largo da Sé com rua do Rosário. Jean-Baptiste Debret. St. Pedro, 1827, aquarela (J.B.DEBRET, 1984, p. 14). Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo.

Esta última edificação e a vizinha, erguida à sua direita, na esquina da travessa do Colégio (atual rua Anchieta), foram objeto das cogitações do engenheiro e vereador Porfírio de Lima, que desejava derrubá-las em 1861, para alargar o estreitíssimo trecho inicial da rua do Rosário. A idéia acabou sendo posta de lado porque o governo provincial afirmou não ter verbas para realizar a expropriação<sup>39</sup> (ATAS..., 1861, v. 47, p. 162, 237 e 238). Ao que parece, o primeiro projeto de retificação da futura 15 de Novembro só foi realizado no início da República (1890), quando a Câmara aprovou um plano urbanístico para essa rua. Foi ele em parte executado, mas, por ser a rua muito tortuosa, outro seria proposto e aprovado pela Lei nº 521, de 11 de junho de 1901. Em 1907, os dois sobrados que ladeavam a embocadura da 15 de Novembro no largo da Sé – o antigo solar do barão do Tietê e o prédio que, depois da Livraria Garraux, abrigou por vários anos o Café Girondino – acabaram por sofrer, finalmente, total reconstrução.

Para concluir, na foto de Militão, por detrás da Livraria Garraux, vemos os dois campanários da Igreja de São Pedro da Pedra, construída por volta de 1745. Na época em que Militão registrou a imagem, esses elementos arquitetônicos também eram recentes, pois a igreja setecentista fora reinaugurada com suas torres novas em 1860<sup>40</sup>. Antes da longa reforma por que passou, só

39. O recuo observado pelo imóvel do alferes Ribeiro dos Santos foi reproduzido com muita clareza numa planta executada por Carlos Daniel Rath, filho do engenheiro Carlos Rath, planta essa referente ao largo de Palácio e confeccionada para ilustrar um ofício do inspetor da Tesouraria de Fazenda da Província, datado de 2 de janeiro de 1883 (SÃO PAULO (Estado) Apesp, ordem 1669).

40. Ver o artigo Festa de S. Pedro, em *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 29 jun. 1860.

havia duas sineiras coroando o frontispício, as quais, no entanto, sabemos que não existiam inicialmente, conforme um risco datado de c. 1746 (REIS FILHO, 2004, p. 233). Os trabalhos de ereção dos campanários chegaram a ficar sob responsabilidade do engenheiro prático Porfírio de Lima, mas, segundo denúncias feitas na Assembléia em 1863, a torre erguida pelo engenheiro logo se inclinou. Teve de ser derrubada e reconstruída por um mero pedreiro (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 850).

#### Rua do Rosário, ou da Imperatriz

Depois de a Direita haver sido calçada com pedras, em 1855, foi a vez da rua de São Bento. Primeiro, o governo provincial pretendeu apedregulhá-la, mas, ante insistentes manifestações contrárias vindas da Câmara, exigindo um calçamento de melhor qualidade nessa rua importante, o governo acabou por revesti-la com macadame (ATAS..., 1858, v. 44, p. 37 e 38, 53 a 55, 74, 82 e 145). Para fazer o serviço, foram trazidos, em 1858, calceteiros especializados do Rio de Janeiro (ATAS..., 1858, v. 44, p. 181 e 182). A rua do Rosário, porém, só ganhou seu macadame entre maio de 1861 e março de 1862 (ATAS..., 1861, v. 47, p. 67, 73, 76, 82 e 93; 1862, v. 48, p. 47). Os passeios, como de hábito, deveriam ser feitos de pedra, marginados com guias de cantaria. Ao longo dessa vias, na ocasião também foram instalados lampiões sobre postes de ferro fundido, em substituição aos velhos, presos a esteios de canela.

Nessa época, a rua do Rosário – ou antes da Imperatriz (denominação que demorou a ser aceita pela população, conferida por ocasião da primeira visita do casal imperial à cidade de São Paulo, em 1846) – era inferior em importância à rua Direita e à de São Bento. Prova disso é o fato de haver sido a terceira via formadora do Triângulo a receber um novo tipo de calçamento. Seu traçado era extremamente irregular. Muito estreita na embocadura do largo da Sé, larga em seu trecho médio, e de traçado bastante tortuoso. Nos anos 1860, em meio a muitas residências, viam-se ao longo dela alguns destacados estabelecimentos comerciais, embora em menor número que na rua Direita. Casas muito velhas, com rótulas nas janelas e ar de abandono, figuravam ao lado de edifícios recentes (MARINS, 1999, p. 227-241). As construções mais novas, que eram ainda muito raras, deixavam-se traír não por linhas arquitetônicas inovadoras, mas pelo fato de já trazerem instaladas nos beirais calhas coletoras de águas pluviais. Por meio de condutores verticais, a água da chuva era despejada próxima do nível das ruas, em obediência a uma postura de 1860, confirmada pela Assembléia Provincial em 6 de abril de 1861.

Na rua do Rosário havia, entretanto, ao menos *um* edifício muito moderno. Tratava-se de um sobrado de três pisos, de estilo neoclássico, com fachada recoberta de azulejos amarelos (segundo depoimento dos que o conheceram pessoalmente). Nele havia envasaduras de arco pleno e aros de cantaria, crateras de louça na platibanda e lanternim cônico de vidro para a iluminação zenital da caixa de escada (CAMPOS, 1997, v. 4, p. 674). Na

primeira vez em que foi fotografado por Militão, o prédio tinha por endereço a rua do Rosário, nº 51 (Figura 14). Depois, aproximadamente entre 1865 e 1885, passou a ser rua da Imperatriz, nº 21; na passagem para o século XX, aí funcionavam o Café Americano e o atelier do fotógrafo Guilherme Gaensly. Foi com certeza a primeira construção de uso misto a ostentar o estilo neoclássico na cidade (havia um outro sobrado de dois andares na rua da Imperatriz, esquina da rua das Casinhas, de 1854, mas sua aparência era ainda muito conservadora). Provavelmente, o programa original da construção comportava uma casa comercial no térreo e dois apartamentos residenciais, um em cada andar, o que decerto constituía uma grande novidade tipológica na cidade. O historiador Nuto Sant'Anna afirmava, baseando-se talvez em tradição oral, que o seu construtor era Caetano Ferreira Baltar, de origem portuguesa, negociante de fazendas e empresário de obras públicas<sup>41</sup>.

No final da rua, onde ela se bifurcava, erguia-se a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Construída no começo do século XVIII, numa época em que a região era considerada bem distante da cidade, a capela dessa irmandade de negros teve sua frontaria reconstruída desde as fundações em 1858 (ATAS, 1858, v. 44, p. 112). Conforme assentamentos constantes no Arquivo Histórico

41. Ver a legenda da figura na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo, n. 5, p. 15, 1934.



Figura 14 – À direita desta fotografia figura o sobrado de azulejos amarelos e, ao fundo, a igreja do Rosário. Militão Augusto de Azevedo. Rua do Rosário, 1862/1863. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

42. Ver, à fl. 208 do manuscrito *Livro de lançamento dos autos de alinhamento, 1832-1863*, um lançamento, feito em 14 de agosto de 1858, em que é mencionado o nome do empreiteiro da obra (SÃO PAULO (Cidade), AHMWL).

Municipal, o responsável pela obra era, mais uma vez, Caetano Ferreira Baltar<sup>42</sup>. A fachada do templo, vista no fundo da foto de Militão, tinha sido feita havia apenas quatro anos, mas não ia durar muito (Figura 15). Exibia uma estranha mistura de elementos tradicionais barrocos com elementos originários de um mal digerido Neoclassicismo. A composição externa pouco feliz se evidenciava no frontão curiosamente escalonado e no óculo quadrado, disposto de forma a ficar com uma das diagonais na vertical. É provável que a nova fachada tenha sido recebida com muitas reservas pelos membros da Irmandade. Sete anos depois, ao passar por São Paulo, em 1865, a caminho da Guerra do Paraguai, o futuro visconde de Taunay registrou num desenho um outro frontispício, mais de acordo com o barroco provinciano em voga nos edifícios religiosos da cidade (TAUNAY, [1953-1955?], v. 2, fig. p. 24 e p. 26). Das volutas que emolduravam o frontão sinuoso, nasciam pequenas rosas, ingenuamente modeladas na espessura do reboco, aparência que perdurou até a demolição da igreja em 1904.

Como já vimos antes, as grandes irregularidades de alinhamento presentes na rua atraíram a atenção do vereador e engenheiro Porfírio de Lima, que procurou promover desapropriações no intuito de melhorar o traçado viário local. Preocupação que seria retomada e estendida para a via pública inteira no ano de 1890 e, novamente, no início do século XX, durante as administrações



Figura 15 – Militão Augusto de Azevedo. Rua do Rosário, com a igreja ao fundo, 1862/1863, fotografia. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo.

dos nossos primeiros prefeitos, Antônio Prado (1899-1911) e Raimundo Duprat (1911-1914). Mesmo assim, a regularização da rua 15 de Novembro não foi completa. Muitas de suas tortuosidades acabaram permanecendo até hoje, em função das vultosas somas necessárias ao pagamento das desapropriações.

## Esquinas da cidade

Serão examinadas agora duas soluções urbanísticas por vezes impostas pela Câmara Municipal às construções erguidas em esquinas, presentes em várias fotografias de Militão. Tratar-se-á também de questões de alinhamento e de algumas construções recentes, entre elas a Casa de Sotéia, em relação à qual levantaremos hipóteses acerca das técnicas construtivas nela empregadas.

Rua da Esperança com travessa de Santa Teresa  
e rua da Quitanda com rua do Comércio

As fotografias dessas duas ruas secundárias motiva-nos a abordar aqui dois tipos de agenciamento urbanístico então adotado pelo poder municipal em esquinas da cidade: o canto cortado, ou quebrado, e o canto arredondado.

Como já afirmamos na análise da foto da rua Direita, o primeiro canto cortado datável até o momento surgiu em 1824, ao ser construído o sobrado que mais tarde receberia o nº 1 do largo da Sé. Tratava-se, então, de caso de grande gravidade, pois a construção estava para ser erguida num ponto central da povoação, ao mesmo tempo terrivelmente estrangulado, herança da estrutura viária colonial.

Como nada de semelhante se encontra desde então nas *Atas*, deve ter constituído por décadas o único exemplar desse gênero de agenciamento na cidade. Só descobrimos outro canto cortado mais de vinte anos depois, em 1846, na esquina da rua da Esperança com travessa de Santa Teresa, atrás da Capela do Santíssimo Sacramento, construção anexa à Sé Catedral, pelo lado do Evangelho.

O parecer da Comissão Permanente, sobre o requerimento da Irmandade de Nossa Senhora das Dores que pedia alinhamento para esse local, foi dado nos seguintes termos:

Que se mande alinhar pelo destorcimto. Dos fundos do Edificio da Capella do S. S. Sacramento em conformide. Das Posturas, ficando na esquina da R<sup>a</sup>. de Sta. Theresa o canto oitavado e não em ângulo reto (ATAS..., 1846-1847, v. 36, p. 70).

A irmandade não se conformou com a decisão da comissão; sem dúvida porque com isso perderia alguns palmos quadrados de terreno. Requereu a revisão do alinhamento concedido e argumentou "q. nem uma necessidade," havia "pa. esse oitavado, antes" tirava "todo o aformoseamto. e semetria das 3

43. Ver figs. da p. 88 e 95 (SÃO PAULO (Cidade), 1979). Segundo fotos antigas, o estabelecimento chamava-se Padaria e Confeitaria de Santa Teresa, cujo endereço era rua de Santa Teresa, 9 (cf. JURNIUS, 1978, p. 42, n. 54).

44. Essa rua de Santa Teresa era às vezes denominada travessa de Santa Teresa para não ser confundida com a rua de Santa Teresa, também chamada rua do Carmo, hoje Roberto Simonsen.

esquinas". A Câmara acabou concordando secamente com a observação e deu um prazo de dez dias para que puxasse sobre o muro a construção existente no lote, sob pena de a irmandade perder o terreno e as benfeitorias, que a Câmara não era obrigada a indenizar (ATAS..., 1846-1847, v. 36, p. 78).

Pelo visto, a irmandade não obedeceu dentro do prazo previsto, ou porque não pôde ou porque não quis; tudo o que sabemos, com certeza, por meio de fotografias tomadas do local já nos primeiros anos do século XX, é que, de fato, aí existia um térreo humilde e muito velho, provido de canto cortado e ocupado por uma padaria (Figura 16)<sup>43</sup>.

Não deixa de ser intrigante constatar que esse canto quebrado era cego, isto é, sem abertura, quando sabemos que, desde o sobrado do largo da Sé, sempre havia na face voltada para a esquina uma envasadura para orná-la convenientemente.

E esse canto cortado datava realmente de muitos anos, pois em 1856, quando Demétrio da Costa Nascimento quis reconstruir na rua da Esperança esquina da de Santa Teresa<sup>44</sup>, foi dado alinhamento simétrico ao do edifício fronteiro, propriedade de Miguel Mugnaini, onde existia esse tipo de agenciamento de esquina. Esse Mugnaini devia ser um dos filhos da "Viúva



Figura 16 – Autoria desconhecida. Padaria de Santa Teresa, c.1910, fotografia. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus / DPH / SMC, São Paulo.



Mugnani[sic] & Filhos”, cuja padaria se situava na rua de Santa Teresa em 1857 (MARQUES e IRMÃO, 1856, p. 152). Padaria que sobreviveu até os primeiros anos do século XX, quando dois quarteirões contíguos foram arrasados para permitir a ereção da atual catedral.

Ao ser dado o alinhamento relativo ao futuro sobrado de Costa Nascimento, rico marchante da cidade (MARQUES e IRMÃO, 1856, p. 132 e 145), o vereador Dr. Brotero o fez baseado no parecer técnico do engenheiro prático Francisco Gonçalves Gomide, e estabeleceu como condição expressa “fazer o suplicante em sua futura casa uma esquina cortada, como se fez na casa fronteira, de Miguel Mugnaini; devendo ter o corte a largura precisa para a construção de uma porta nesse [sic] face” (CARTAS DE DATAS..., 1854 a 1858, v. 17, p. 130 a 132). Exigência que estranhamente, como notamos acima, não fora feita no caso do imóvel dos Mugnaini.

A foto que Militão tomou da rua da Esperança, depois lado direito da praça da Sé – desaparecido com a ampliação da praça ocorrida no tempo da construção da Estação Sé do Metrô, em 1978 –, mostra-nos um local com ar um tanto precário (Figura 17) . O que nos chama a atenção é o aglomerado de pessoas humildes, de ambos os sexos, que na rua, estáticas, encaram a



Figura 17 – Militão Augusto de Azevedo. Rua da Esperança, esquina da travessa de Santa Teresa, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.



Figura 18 – À direita, notar o sobrado de canto cortado, situado na esquina das ladeiras de Santo Antônio e do Ouvidor. Militão Augusto de Azevedo. Ladeira de Santo Antônio, c.1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

objetiva do fotógrafo: eram todas negras. Esse fato nos traz à lembrança um estudo historiográfico relativamente recente, que revela ter sido a rua da Esperança local de habitação de negros forros ao longo da segunda metade do século XIX (WISSENBACH, 1998, p.188). Também devemos notar que o leito da rua ainda não havia sido renovado. Ao contrário das ruas modernizadas, onde o leito carroçável era abaulado, na rua da Esperança mantinha-se convexo, feito a tição, com pedras de forma irregular, cheias de arestas, e com o escoadouro das águas pluviais correndo pelo meio da via, como era costume se fazer na antiga pavimentação. A Câmara deliberou mandar passar edital pondo em arrematação o calçamento da rua da Esperança, entre outras vias, na sessão de 23 de agosto de 1862 (ATAS..., 1862, v. 48, p. 137), data que nos serve de ponto de referência para deduzir mais ou menos quando foi tomada a foto ora em análise.

A casa de Demétrio, com seu canto cortado, é vista em primeiro plano, à direita da imagem. Pelo que se vê, tratava-se de um sobrado de aluguel, pois o endereço do marchante nesses anos era na rua do Bexiga, atual rua Santo Amaro. A construção tinha muito da aparência típica das novas construções daquele tempo: de taipa certamente, com as aberturas ornadas com frontão de gosto neoclássico, entalhado na própria madeira da verga das janelas. Além disso, a fotografia também registrou bandeiras de gosto neoclássico nas janelas, balcões corridos de ferro e buzinotes de metal no beiral, todos eles elementos que atestavam a modernidade da construção e seu vínculo com o que se fazia

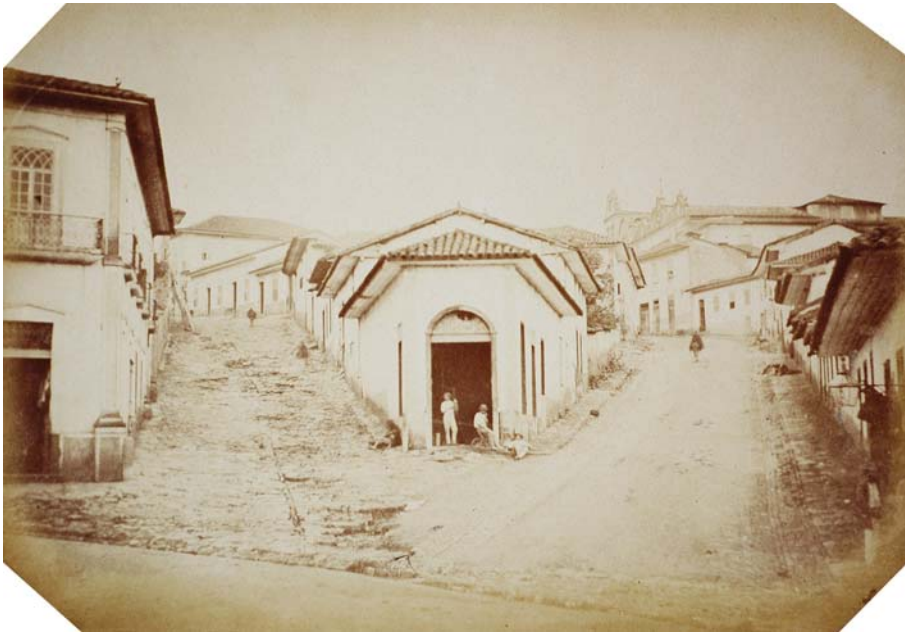


Figura 19 – No centro, notar edifício térreo de canto cortado, situado na esquina das ladeiras do Ouvidor e de São Francisco. Militão Augusto de Azevedo. Ladeira de São Francisco, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

na Corte. As platibandas, entretanto, ainda não existiam demonstrando ser o edifício um exemplar de transição.

Outras fotos de autoria de Militão permitem-nos observar como a esquina cortada principiava a tornar-se popular na capital paulista, substituindo – por razões de segurança, visibilidade e estética – os desgraciosos e incômodos ângulos agudos e obtusos do casario colonial. Essa prática fazia parte da política de realinhamento geral da malha viária do centro da cidade que, naquele tempo, intentava-se levar avante pelo método lote a lote.

Nos registros fotográficos da década de 1860 encontramos, ao menos, quatro outros exemplos de esquinas chanfradas: na casa Bresser, depois Hotel Palm, no largo do Capim (1851); no solar do senador Sousa Queirós, erguido na confluência da rua de São Bento com a rua do Ouvidor, e em mais duas construções erguidas nas extremidades dos quarteirões situados entre as três ladeiras que desciam ao Anhangabaú: de Santo Antônio, do Meio ou do Ouvidor, e de São Francisco (Figuras 18 e 19). Essa constância em documentar estes cantos cortados, ou quebrados, inseriu-se certamente na intenção de Militão de enfatizar, nas fotografias, essas novidades arquitetônicas da cidade.

Por outro lado, naquela mesma época, Militão perpetuou na rua da Quitanda outra solução de esquina, então única em São Paulo: o canto arredondado (Figura 20).

Se no caso do canto cortado, cujo primeiro exemplo datável remonta a 1824, é impossível descobrir se havia por trás dessa idéia a presença de algum engenheiro, no caso do canto arredondado, ao contrário, sabemos com



Figura 20 – Militão Augusto de Azevedo. Confeitaria do Leão, tomada entre 27 de setembro e meados de outubro de 1862, fotografia. Acervo da Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo.

45. Ver o anúncio: Confeitaria e Padaria do Leão, em *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 27 set. 1862.

segurança quem foi o introdutor desse novo modelo de esquinas: o engenheiro prático e vereador José Porfírio de Lima, que, em 1859 teve uma indicação aprovada nesse sentido (ATAS..., 1859, v. 45, p. 111).

A Confeitaria e Padaria do Leão obedeceu, portanto, a essa postura ou, então, trouxe para a Paulicéia uma moda arquitetônica que estava em vigor no Rio de Janeiro. O edifício, completamente reformado, reabriu suas portas em 27 de setembro de 1862<sup>45</sup>. E sua imagem deve ter sido registrada por Militão por ocasião dessa reinauguração. Notemos que, na foto, a rua que se vê à direita ainda não estava em obras para a execução do novo calçamento. Só na sessão camarária de 25 de setembro de 1862 é que seriam abertas duas propostas para os consertos da rua da Quitanda (ATAS..., 1862, v. 48, p. 168). Os trabalhos devem ter começado de imediato, porque estavam praticamente prontos quando, na sessão do dia 5 de dezembro, leu-se um ofício do responsável pelos serviços de calçamento (ATAS..., 1862, v. 48, p. 217). Este solicitava ser indenizado por ter sido obrigado a acatar uma ordem da comissão de nivelamento da Câmara, que exigiu o desmanche completo do piso da rua da Quitanda para que outro nivelamento fosse adotado. Todo o serviço de calçamento teve, naturalmente, de ser refeito, sendo dado aviso de que estava finalmente concluído na sessão camarária de 28 de março de 1863 (ATAS..., 1863, v. 49, p. 83).

Vemos, assim, que a rua da Quitanda esteve em obras desde outubro de 1862, mais ou menos, até fins de março de 1863, o que reforça a hipótese de ter sido fotografada entre 27 de setembro de 1862 e os primeiros dias de outubro desse ano, pouco antes de terem sido iniciados os trabalhos de recuperação viária. Essa hipótese, a nosso ver, difere um tanto daquela segundo a qual Militão só se teria transferido definitivamente do Rio de Janeiro após o batizado do filho, ocorrido nessa cidade em meados de outubro de 1862. Provavelmente, chegara algumas semanas ou mesmo uns meses antes, sem a família, dando logo início ao trabalho de registrar os principais aspectos paulistanos, na qualidade de aprendiz da Galeria Explêndida, de Carneiro & Smith, estabelecida em São Paulo desde agosto de 1862 (GOULART; MENDES, 2007, p. 84). Caso os fatos tenham realmente acontecido como imaginamos, conseguimos realizar um feito historiográfico bastante importante, pois datamos com precisão ao menos uma das fotos de Militão Augusto de Azevedo, o que até hoje nenhum pesquisador havia feito ou tentado fazer.

O fotógrafo carioca deve ter ficado muito impressionado com a nota dissonante que a sede da confeitaria produzia na paisagem provinciana da cidade, tanto pelo ineditismo da atividade comercial que se desenvolvia no prédio, quanto por sua aparência externa. Fixou-a em duas imagens, em que se observa a decoração neoclássica pretensiosa do predinho, a qual não disfarçava o fato de ele ser originalmente uma singela e antiquada construção térrea. O cunhal arredondado, os vários painéis de faiscado multicolorido, as portas transformadas em vitrinas e a platibanda pontuada de crateras e leões deitados, de faiança portuguesa – elementos decorativos, cuja presença justificava por certo o nome dado ao estabelecimento comercial –; tudo isso fora visto certamente na Corte e estava sendo meticulosamente reproduzido aqui, para o gáudio novidadeiro dos paulistanos.

Rua do Ouvidor com Largo do Capim  
e rua do Ouvidor com rua de São Bento

Aos 5 de julho de 1851, para a devida apreciação, era encaminhado pela Câmara à Comissão Permanente o pedido de alinhamento referente a um terreno localizado na rua do Ouvidor (atual José Bonifácio) esquina do largo de São Francisco – também conhecido naquele tempo como largo do Capim e, mais tarde, largo do Ouvidor. O alinhamento solicitado teve seu deferimento baseado no parecer do, então funcionário da Câmara, engenheiro prático João José Soares. Ao dar seu parecer, Soares assim se expressou, conforme consta nas *Cartas de Datas de Terra* publicadas pelo Departamento de Cultura:

Ilmo. e Exmo. Sr. Prese. e ms. Vereadores da Camara. – Tenho a honra de fazer regressar as mãos de V. Exa. o incluzo requerimento de C. A. Bresser em que pede alinhamento para poder reedificar uma casa que possui na rua do Ouvidor, esquina do Pateo de S. Francisco, acompanhado da minha oppinião a respeito. O risco que acompanha o requerimento [atualmente perdido] he tão exacto, que despensou-me de organizar outro, e por elle V. Exa. pode ver que o terreno pedido pelo proprietario Bresser, he muito pequeno, e que mto.

lucra o publico em se lhe fazer doação d'esse terreno; por que d'ahi resulta maior grão de formozura para a rua, privando que o novo predio que ahi se pretende levantar, faça com o primeiro plano o cotovello que representa o dezenho: e mmo. porque supponho que o proprietario não poderá construir o seu predio sem se sujeitar ao alinhamento pedido, afim de poder marchar de conformidade, com as Posturas da Camara. – Tem 18 ½ palmos a baze do triangulo A, B, C: sendo BC, o lado pedido, que julgo se dever conceder. No entanto V. Exa. determinará aquillo que julgar mais conveniente. Deus guarde a V. Exa. e aos mais membros da Camara. S. Paulo 4 de Agosto de 1851. – Illmo. E Exmo. Sr. Prezide. e mais Vereadores da Camara. – O Engenhero. Civil – João José Gomes [sic, por Soares] (CARTAS DE DATAS..., 1851 a 1853, v. 16, p. 36).

Na sessão ordinária do dia 30 de agosto de 1851, o ofício do engenheiro com seu parecer entrou em discussão. Posto a votos, foi aprovada a concessão da nesga de terreno solicitada pelo engenheiro Bresser para poder construir no largo do Capim, ficando assim suprimido um desvio de alinhamento até então existente nesse logradouro (CARTAS DE DATAS..., 1851 a 1853, v. 16, p. 37). O *croquis* usado para a concessão do alinhamento não sobreviveu, mas, como veremos a seguir, outro seria feito mais tarde, e esse, sim, esclarece o que estava acontecendo no largo do Capim.

Pouco depois de Bresser ter feito sua solicitação, foi a vez do chapeleiro João Pedro Schwindt requerer alinhamento para construir no terreno sito na esquina da rua do Ouvidor com a de São Bento, em frente à casa do senador Queirós, ou seja numa outra esquina do mesmo largo do Capim. Seu requerimento foi devidamente acompanhado de um parecer do engenheiro Soares, e esta manifestação foi apreciada pelo vereador Luís Pereira Machado, que redigiu o texto a seguir:

A vista da informação do engenheiro a [sic, por da] Camara, e do exame occular a que procidi no terreno de que trata o requerimto. de João Pedro Sechewend [sic], pedindo o alinhamto., acho que não pode elle ter lugar como elle suppe. requer, ps. alem das razões apresentadas pelo mmo. engenheiro; é ainda opinião minha q. qdo. mmo. o Marques de Vallença, tivesse de reconstruir o seu predio, nunca se lhe deveria dar o alinhamto. pedido; ps. q. elle importaria o escandalo de arrancar-se, o Cruzeiro, monumto. de nossa relegião, e q. devemos conservar intacto, como nos foi legado pr. nossos ant'passados [sic], e ir ferir o arco do centro do templo de S. Franco., tirando, ou acanhando assim a vista do melhor e mais importante edeffiçio [sic] publico d'esta capital; estreitando a rua na embocadura do pateo, sem q. com isso ficasse elle retame. alinhada [sic], e tudo isto sem a menor utilide. publica: pr. to. sou de parecer, que se de o alinhamto. no terreno do suppe. pa. reconstruir o seu predio, não como elle pede, mais [sic] sim nhuma linha recta, q. deve partir da casa do Senador Queiros, a esquina da casa do Marques de Vallença, emfrente ao Cruzeiro, sendo essa linha recta na frente corresponde. a rua de S. Bento, como vai demonstrado com um traço a lápiz na planta q. devolvo. P. da C. 22 de 9bro de 1851. Perra. Maxo. (CARTAS DE DATAS..., 1851 a 1853, v. 16, p. 73 e 74).

Em seguida, o parecer do vereador foi discutido e aprovado, e a planta aludida em seu parecer era a que havia sido confeccionada pelo engenheiro Soares em 11 de novembro de 1851. Ao contrário da planta mencionada antes, este documento gráfico ainda perdura, achando-se hoje

depositado no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís<sup>46</sup> (Figura 21). É, ao que parece, o único documento em seu gênero que chegou a nossos dias: um *croquis* de alinhamento feito por um engenheiro prático municipal em meados do século XIX.

46. Cf. o manuscrito *Risco do pátio de S. Francisco e algumas ruas que lhe são confluentes*, datado de 11 de novembro de 1851 e assinado pelo engenheiro civil (municipal) João José Soares (SÃO PAULO (Cidade), AHMWL, O. Pu. Praças, Largos, Jardins e Parques. VIII, H8. Mapoteca 5, Gaveta 5).

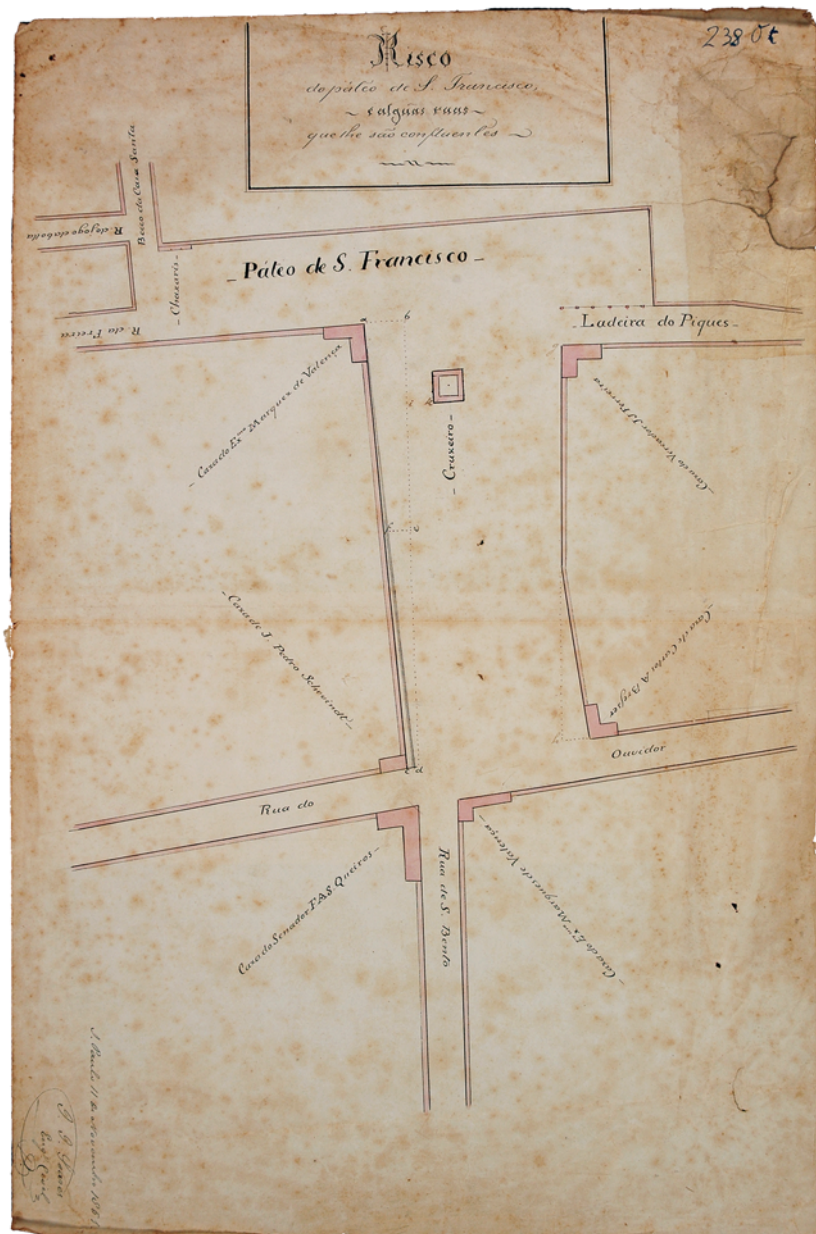


Figura 21 – João José Soares, engenheiro civil municipal. *Risco do pátio de S. Francisco e algumas ruas que lhe são confluentes*, 11 de novembro de 1851, desenho aquarelado. Acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luiz / DPH / SMC, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

Analisando o citado documento, observa-se que, naquele momento, o que se buscava era retificar um espaço urbano que não apresentava paralelismo algum entre seus quatro lados. À direita do observador, nota-se a solução aprovada pela Câmara para o terreno de esquina da futura Casa de Sotéia, de propriedade do engenheiro alemão Carlos Augusto Bresser, e, à esquerda, o alinhamento concedido para o lote de esquina do futuro sobrado do chapeleiro João Pedro Schwindt. No caso de Bresser, o solicitante pôde incorporar na sua propriedade uma nesga de terra de formato triangular, eliminando um “cotovelo” preexistente naquele lado do logradouro. Quanto à proposta de alinhamento feita pelo solicitante Schwindt, segundo parecer do vereador Luís Pereira Machado, ela acarretava, como consequência inevitável, o fato de mais tarde ter de ser removido o venerável cruzeiro existente no local. A alternativa encontrada pelo vereador, aceita por seus pares e acatada por Schwindt, é a que está assinalada em planta: na testada que dava para o largo, o alinhamento do futuro sobrado de Schwindt seria tirado a partir do prolongamento da rua de São Bento, o que fazia com que à propriedade de Schwindt fosse anexada também uma pequena área triangular. O efeito positivo desses dois alinhamentos concedidos no largo do Capim em 1851 era que o logradouro resultava aparentemente regularizado, ficando os seus lados maiores quase paralelos, mas essa solução, em contrapartida, acentuava a descentralização do cruzeiro franciscano, que foi fotografado por Militão nos primeiros anos da década de 1860 (Figura 22). Era esse o preço a pagar, numa época em que a regularização viária promovida pela administração municipal se fazia lote a lote, às custas de pequenas doações do terreno público e sem haver possibilidade de desapropriação de propriedades privadas por falta de suficientes recursos municipais ou provinciais.

A tentativa de conservar o velho cruzeiro, porém, não daria frutos duradouros. Em 1870, um estudante irreverente subiu num dos braços do monumento de cantaria para discursar; não suportando o peso do rapaz, a peça partiu-se e por isso foi removida do local (NOGUEIRA, 1953-1955, v. 1, p. 203). Tal fato que não deixa de assumir uma dimensão emblemática, já que, dos anos de 1870 em diante, velhas tradições paulistanas, sobretudo de caráter religioso, classificadas então como manifestações de atraso cultural, começaram a desaparecer rapidamente da cidade, em consequência dos embates irresistíveis da “modernização”. A eliminação do cruzeiro franciscano constitui, assim, um importante marco no crescente processo de secularização do espaço público paulistano, logo seguido pela supressão dos passos da paixão (1878) e, mais tarde, pela derrubada de algumas igrejas de aparência humilde erguidas no centro da cidade.

Retornando, porém, à análise do *croquis* de 1851, cumpre chamar a atenção para a existência de algumas discrepâncias entre o que foi graficamente registrado por Soares e o que se vê em fotos de Militão datadas de quase onze anos depois.

No *croquis* de 1851, observa-se que, ao conceder o alinhamento para a casa de Carlos Augusto Bresser, na esquina da rua do Ouvidor (atual





Figura 22 – Militão Augusto de Azevedo. Convento de São Francisco, com cruzeiro em frente, 1862/1863, fotografia. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus / DPH / SMC, São Paulo.

José Bonifácio) com largo do Capim, a Câmara não exigiu que se fizesse o canto cortado que aparecia na construção de fato realizada. Isso só foi possível perceber por meio do confronto com fotos, principalmente com as tomadas por Militão em 1862 (Figura 23).

Aliás, a casa de Bresser era uma construção que apresentava particularidades muito dignas de atenção. Tratava-se de um modesto sobrado de uso misto, com comércio no térreo e habitação no pavimento superior. Na época, era conhecida nos jornais como “casa de sotéa” por ter sido originalmente concebida com um terraço coroando o primeiro andar. Em 1856, Bresser anunciava nos jornais da cidade que seu comércio de molhados e gêneros da terra passaria a funcionar também como restaurante:

#### ANNUNCIOS

Para satisfazer o desejo de alguns Srs. Estudantes que morão longe da aula [da Academia de Direito], e para o interesse pecuniario, e comodidade de muitos Srs solteiros me resolvi a mandar fazer almoço de manhã, q’ tera lugar de 9 horas até meio dia, conforme o costume e gosto, inglez, francez, alemão, ou brasileiro: principiando no dia 14 de março, na casa de sotéa no sobrado n.22 largo de S. Francisco.[...]

C. A. Bresser<sup>47</sup>

47. ANNUNCIOS. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 8 mar. 1856.



Figura 23 – Militão Augusto de Azevedo. Hotel Palm, 1862/1863, fotografia. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade / SMC, São Paulo.

48. CASA de Sotéa. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 13 ago. 1857.

Após a morte de Bresser, ocorrida nesse mesmo ano de 1856, o sobradinho abrigou o *Hotel do Lion d'Or*, inaugurado em julho de 1856, e o *Hôtel des Voyageurs*, em atividade no ano subsequente (CAMPOS, 1997, v. 2, p. 380). No pouco tempo em que este último estabelecimento funcionou no pequeno edifício, seu proprietário, Pedro Imbert, fez publicar no *Correio Paulistano* uma série de reclames em que vinha estampada uma gravura com a primitiva feição da Casa Bresser: não havia telhado; a cobertura toda da construção era tomada por um terraço, rodeado de balaustrada (Figura 24). No anúncio publicitário, Imbert chegava a afirmar a certa altura:

O local deste novo Hotel, é sem duvida, um dos mais aprazíveis não só pela excelente vista que oferece a Sotéa, mas ainda pela salubridade do lugar, além de ficar no centro da Cidade [...]<sup>48</sup>

Aparentemente foi uma falha na construção da sotéia, favorecendo infiltrações, que levou o terceiro dono do edifício, o alemão Carlos Palm, a desmanchar o terraço e substituí-lo por um telhado convencional, elidindo assim

## HOTEL DES VOYAGEURS.



### Casa de Sotéa—proximo á Academia.

**PEDRO IMBERT**, tem a honra de participar ao Respeitavel Publico, e em particular a seus amigos, que acaba de estabelecer em a Cidade S. Paulo, um Hotel denominado—HOTEL DES VOYAGEURS—onde os Srs. viajantes, tanto Nacionaes como Estrangeiros, encontrarao sempre todo o bom acolhimento, e a mais agradavel hospedagem.

O local deste novo Hotel, é sem duvida, um dos mais agradaveis nao só pela excellente vista que offerece a Sotéa, mas ainda pela salubridade do lugar, além de ficar no centro da Cidade.

Ninguem contestará, que uma das primeiras necessidades em os estabelecimentos desta ordem, é uma bem dirigida e acciada cozinha, e neste sentido, o proprietario se ufana de haver feito a melhor acquisição a desejar, pois tem incumbido a direcção da mesma a um habil e proveccto Chefe, que outr'ora já occupou este lugar, em algumas das principaes casas da Aristocracia Europeá.

O proprietario, nao tem poupado esforços e despezas, afim de tornar o seu estabelecimento digno da concurrencia dos Srs. viajantes, offerecendo-lhes a maior somma de commodidades, com o menor dispendio possivel.

A experiencia, será a melhor garantia em favor deste novo estabelecimento, e o proprietario confia, que os seus bons desejos serão completamente realisados.

N. B. tambem se incumbe de quaesquer encomendas de jantares, ceias, massas, etc., precedendo ajuste, e a necessaria antecedencia. O Hotel será aberto por este 15 dias. 1—20

Figura 24 – Anúncio do Hotel des Voyageurs – Casa da Sotéa. Correio Paulistano, São Paulo, 13 de agosto de 1857, p.4. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

49. Ver o manuscrito *Ofício de Henrique Hinrichsen à Câmara da cidade de São Paulo*, solicitando nesga de terra para acertar o alinhamento de seu terreno, pois pretendia reconstruir sua casa destruída na enchente de 1850 (SÃO PAULO (cidade), AHMWL; CMSP, Conselho de Vereadores, Solicitações de Datas [s. l.], [s. d.]); Também em Sant'anna (1937-1944, v. 1, p. 168 e 169).

para a posteridade a relevância, do ponto de vista técnico-constutivo da edificação em tela. O agenciamento de terraços no alto de edifícios pressupõe a execução de abóbadas de tijolos, e isso, para a São Paulo de 1851, representava uma verdadeira proeza técnica. Sem dúvida, havia um desafio difícil de ser superado, sim, mas não intransponível para um profissional experiente como Bresser, o primitivo proprietário, construtor e – podemos acrescentar também – projetista, o que alça o predinho que estamos analisando à condição de um dos mais antigos edifícios paulistanos a ter conhecido o nome de seu idealizador.

Carlos Augusto Bresser era, de fato, como documentos recentemente vindos à luz revelaram, um engenheiro prático alemão, contratado na Europa pelo governo provincial paulista para vir dirigir uma turma de operários portugueses e alemães na construção da futura estrada da Maioridade (CAMPOS, 2004, v. 2, p. 206). Segundo o contrato que assinou, deveria, entre outras responsabilidades, ocupar-se da construção de olarias, que produziriam os tijolos a serem empregados na obra da rodovia que ligaria a Capital ao porto de Santos. Seu desempenho na direção das obras foi considerado decepcionante e, por isso, acabou afastado desse trabalho. Foi, porém, mantido sob contrato pelo governo provincial até sua morte e, ao que parece, soube desempenhar a contento suas futuras tarefas.

Baseando-se em nossa pesquisa de doutorado (CAMPOS, 1997, v. 2, p. 379 e 380), Carlos Lemos anunciou que esse edifício do largo do Capim podia ser, em sua opinião, o primeiro edifício paulistano inteiramente executado de acordo com a técnica construtiva da alvenaria autoportante de tijolos (LEMOS, 2004, p. 370). De acordo com nossa maneira de ver, essa afirmação é arriscada, porque, nos anos de 1850, nas construções da cidade ainda predominava o emprego simultâneo de diferentes técnicas construtivas, e o uso da alvenaria de tijolos de forma estrutural nas paredes externas da edificação não implicava necessariamente o emprego desse recurso em paredes internas, tal como ficou evidente num estudo de caso que fizemos em artigo recente publicado nos Anais do Museu Paulista (CAMPOS, 2005, figs. 7 e 8 [fotos referentes à demolição da casa de José Maria Gavião]). De acordo ainda com nossa tese de doutorado, existe mesmo a possibilidade de uma outra construção erguida com a alvenaria autoportante de tijolos ter vindo à luz na região do Anhangabaú *antes* da Casa Bresser, como resultado da enchente de 1850.

Depois do sinistro, um dos primeiros moradores a querer reconstruir sua casa destruída pelas águas foi o empreiteiro de origem alemã Henrique Hinrichsen, o primeiro arrematante da reconstrução da ponte da Abdicação, ou do Acu, que também fora levada pela inundaçãõ. Hinrichsen solicitou à edilidade paulistana uma data de terra para reerguê-la e o faria em melhores condições, garantindo que com ela "O lugar [ficaria] aformoseado por um edifício novo, de uma construção especial, e ainda não vulgarizada nesta Cidade"<sup>49</sup>.

Para nós essa "construção especial" acima mencionada, a ser realizada por engenheiro estrangeiro, faz supor o emprego da alvenaria autoportante de tijolos, ao menos nas paredes principais, técnica ainda não

usada em São Paulo, mas cuja adoção havia sido recomendada à Câmara, em 8 de janeiro de 1850, pelo engenheiro polonês Cristino Wyzenski.

Voltando à Casa Bresser, porém, e perscrutando sua imagem tomada por Militão com mais cuidado, percebemos outras particularidades que saltam à vista quando a comparamos com qualquer outro edifício paulistano contemporâneo. Enquanto o resto do casario da cidade era edificado de modo rotineiro por mestres-de-obras brasileiros formados na tradição e no empirismo – duas características do ofício artesanal –, este pequeno sobrado apresentava certos detalhes construtivos inovadores e verdadeiramente incomuns, tais como: vidraças fixas na parte superior das janelas de guilhotina, ocupando um terço da altura do vão; bacia de sacada com uma forma arredondada peculiar que fugia do desenho tradicional; vergas de portas providas de chaves de caráter ornamental; pilastras inseridas regularmente entre as janelas e portas além de um detalhe técnico, ressaltado por Carlos Lemos: o modo de fixação reentrante dos aros das envasaduras nas fachadas (algo também até então inusual). Pode-se conjecturar, ainda, ser o beiral muito estreito do telhado (que, como dissemos antes, não era um elemento construtivo original) um outro indício suposto do emprego da técnica de construção com tijolos na fatura das paredes externas desse prédio. Recordemos que, ao contrário da taipa, o tijolo, por ser um elemento construtivo impermeável, não precisava de beirais tão largos para protegê-lo da água das chuvas.

Outra foto da autoria de Militão, focalizando desta vez a esquina da rua do Ouvidor com rua de São Bento, brinda-nos com a imagem de dois sobrados envolvidos no caso da concessão de alinhamento feita a João Pedro Schwindt (Figura 25). À esquerda, temos o belo e amplo sobrado do senador Queirós e, à direita, deparamo-nos com a própria casa de Schwindt. Construído a partir de 1851, o sobrado do chapeleiro alemão demonstrava ser uma construção de linhas tradicionais mescladas a singelos elementos decorativos de gosto neoclássico, como, por exemplo, os frontões triangulares sobre as janelas e os pinásios das bandeiras das aberturas do primeiro andar a entrecruzarem-se em diagonal.

Quanto à casa do senador Francisco de Sousa Queirós, edificada na esquina da rua do Ouvidor com a de São Bento, nada mais era, supomos, do que o resultado de uma reforma conduzida na antiga morada do pai – o brigadeiro Luís Antônio de Sousa, morto em 1819 –, tida por viajantes estrangeiros, já no tempo do falecido proprietário, como uma das melhores residências de São Paulo. Segundo pesquisa recente, a casa do brigadeiro foi construída depois de 1809, pois nesse ano havia apenas um modesto prédio de comércio no local (BUENO, 2005, p. 86). Embora representada de modo sumário, a casa de Luís Antônio aparece no fundo de uma vista paulistana desenhada por Charles Landseer, datada mais ou menos de 1826 (MOURA, 1998, p. 363, fig. 89). Possuía dois pavimentos, e oito janelas dando para a rua de São Bento, e estava, parece, desprovida das vistosas sobrevergas barrocas nas janelas e dos imponentes cunhais feitos com pedras de cantaria à mostra,



Figura 25 – Notar à direita o sobrado do senador Queirós e, à esquerda, o de João Pedro Schwindt. Militão Augusto de Azevedo. Rua do Ouvidor, esquina com Rua São Bento, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

com os intervalos tomados por rejuntamentos em ressaltos, detalhes bem visíveis nas fotos de Militão.

Observando o *croquis* executado por Soares em 1851, também verificamos não existir na projeção horizontal dessa construção o canto cortado que aparece na imagem de 1862: ou o sobrado paterno foi alterado depois de 1851, ou o engenheiro municipal, por distração, não reproduziu em planta o tipo de canto aí existente, hipótese, entretanto, que nos parece bem mais difícil de aceitar. Podemos afirmar que, em relação a esse pormenor arquitetônico, o engenheiro municipal cometeu uma grave distração, não reproduzindo em planta o tipo de canto aí existente, pois esse importante agenciamento urbanístico já aparecia no original da planta cadastral executada pelo engenheiro Bresser entre 1844 e 1847, hoje conservado na Biblioteca Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Só nos resta saber se o canto quebrado já existia originalmente na casa do brigadeiro Luís Antônio ou se foi introduzido na construção numa reforma posterior. Em nossa opinião, a vista de Landseer não é suficientemente clara a esse respeito.

## Edifícios da cidade

Nesta parte do artigo, voltaremos nossa atenção para certos detalhes técnico-construtivos visíveis em fotografias de algumas edificações paulistanas. Características estilísticas também serão consideradas, especialmente quanto à adoção de princípios neoclássicos em imóveis registrados por Militão.

### Seminário da Luz

Fundado pelo bispo D. Antônio Joaquim de Melo, o Seminário da Luz tinha por missão proporcionar uma formação apropriada ao notoriamente deficiente clero paulista. O edifício, na época considerado um dos maiores da Capital, começou a ser erguido em 1853, num grande terreno desmembrado da Chácara Episcopal, antiga de Miguel Carlos. Para se responsabilizar pela construção, foi trazido de Piracicaba um renomado mestre carpinteiro de nome Benedito Morato (JORGE, 1988, p. 76). As obras se desenvolveram em duas etapas. A primeira ala, localizada na esquina da atual rua São Caetano, foi inaugurada em 1856, quando ainda estava inacabada a capela do Seminário (ARROYO, 1954, p. 267). Mais tarde, os trabalhos continuaram, já decerto sob orientação dos capuchinhos europeus trazidos por D. Antônio para comporem o corpo docente da instituição.

Temos por seguro que a segunda fase de construção do edifício ficou sob a supervisão do reitor D. Eugênio de Rumilly. Sabemos que esse religioso tinha interesse em arquitetura (PUPO, 1969, p. 157) e foi provavelmente ele quem fez concluir a capela, conferindo-lhe pormenores fortemente europeizados. Foto de Militão nos faz constatar que essa construção se diferenciava da restante arquitetura religiosa paulistana de então (Figura 26). Seu frontispício, estilisticamente um tanto dúbio, fazia concessões ao gosto conservador dos paulistanos. O seu severo frontão triangular, de linhas neoclássicas, convivia com envasaduras de arco abatido e sineiras de ondulado perfil barroco. A parte interna, porém, possuía abside e intradorso de cúpula iluminada por lanternim, elementos arquitetônicos que claramente fugiam da tradição morfológica das igrejas luso-brasileiras (CAMPOS, 2004, p. 209). Esses aspectos modernizantes foram, sem dúvida, os responsáveis pelo prestígio social desse pequeno templo, onde, durante muito tempo, foi habitual a celebração de elegantes cerimônias de casamento. A esses aspectos se juntava a presença de altares ingenuamente neogóticos e bancos para assistência, os primeiros instalados numa igreja paulistana, já que, até então, durante a missa, as mulheres se aboletavam no chão das naves dos templos, enquanto os homens permaneciam de pé e apartados delas. Por certo foram justamente esses aspectos inovadores que seduziram Militão, levando-o a registrar a imagem do altar-mor da capela, até hoje a única foto conhecida do interior de um edifício tomada pelo famoso fotógrafo carioca (Figura 27).



Figura 26 – Militão Augusto de Azevedo. Seminário Episcopal, 1862/1863, fotografia. Acervo da Biblioteca Mário de Andrade / SMC, São Paulo.

Os trabalhos de expansão do Seminário foram retomados com a construção do segundo lanço (1858-1860), que se projetava para o sul. Enquanto o primeiro, destinado aos alunos leigos, fora erguido conforme o sistema construtivo típico da região paulista, a taipa de pilão, o segundo, que abrigava os alunos devotados à vida clerical, encontrou condições favoráveis para que fosse executado de acordo com uma técnica construtiva que, naquele momento, começava timidamente a ser adotada: a alvenaria autoportante de tijolos (CAMPOS, 2004, p. 210). Não há, ao que se saiba, documentos escritos que comprovem o sistema construtivo empregado na parte nova do edifício. Mas as fotos tomadas do Seminário por Militão são contundentes a esse respeito. Ao ser fotografada, entre 1862 e 1863, a fachada do prédio ainda continuava despida de revestimento e isso nos possibilita verificar que nas paredes havia fiadas de tijolos de dois tons contrastantes, donde se conclui que ao menos dois fornecedores contribuíram para as obras dessa edificação. Por uma questão de coerência, a ala recente, na parte que olhava para a rua do Comércio da Luz (avenida Tiradentes), tinha a mesma aparência da primeira, erguida entre 1853 e 1856. Um longo sobrado, com largos beirais e sucessivas janelas retangulares, em cujos aros de madeira estavam grosseiramente talhados frontões de modesta inflexão neoclássica (CAMPOS, 2004, p. 210).

Contudo, era possível notar algumas novidades na extremidade esquerda do edifício: aí foi erguido um pequeno torreão coberto por terraço, para ser usado como observatório astronômico do frei Germano d'Annecy e





Figura 27 – Militão Augusto de Azevedo. Interior da capela do Seminário Episcopal, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

50. Após a expulsão dos capuchinhos do Seminário em 1879, o edifício foi reformado, reabrindo suas portas no dia 20 de abril desse mesmo ano (cf. [BOURROUL], 1879, p. 59).

como mirante, de onde se gozava uma bela vista sobre São Paulo. Na fachada do torreão voltada para a cidade, viam-se janelas de arco pleno, grande óculo circular e, no alto, parapeitos de singelo desenho neoclássico. Além disso, foto de Militão tomada de outro ângulo permite-nos apreciar a parte posterior da ala nova, o que nos faz descobrir outros tantos pormenores inesperados (Figura 28). E tudo isso nos leva a constatar que quem construiu a parte mais recente do Seminário não estava nem um pouco interessado em perpetuar a tradição construtiva da arquitetura paulista.

Após a expulsão dos capuchinhos, ocorrida em 1879<sup>50</sup>, o prédio foi reformado, sendo demolido o torreão de frei Germano, aparentemente por não ter mais serventia. No início do século passado (1906), toda a extensa edificação acabou refeita externamente, ganhando a configuração eclética cujos traços essenciais se mantêm até hoje. Intervenções realizadas posteriormente, no entanto, atingiram seriamente o conjunto arquitetônico, do qual só se sobressai restaurada a antiga capela, atual matriz dedicada a São Cristóvão.

É inegável que o prédio do antigo Seminário da Luz hoje ocupa um lugar de destaque na história da arquitetura paulistana oitocentista – lugar até há pouco insuspeitado –, devido ao fato de ter sido edificado durante uma



Figura 28 – Militão Augusto de Azevedo. Seminário Episcopal, visto dos fundos, 1862/1863, fotografia. Acervo de Eudes Campos, São Paulo.

importante fase de transição técnico-construtiva e estilística da arquitetura da cidade (1850-1870). Por ocasião de seu tombamento estadual, os técnicos infelizmente não souberam valorizar a construção da maneira devida. Há cerca de vinte e cinco anos atrás, o órgão de preservação cultural responsável por sua salvaguarda concordou com a destruição dos interiores de sua ala mais antiga e a execução, nessa parte do edifício, de um arremedo de restauração externa, conduzida de maneira completamente ignóbil. A ala da esquerda, por sua vez, seccionada com a abertura da rua Rio de Janeiro em 1927, praticamente desapareceu. Dela apenas se conserva um pequeno trecho do outro lado da esquina, também há muito tempo desfigurado para a adaptação de um estabelecimento comercial.

Em setembro de 1997, investigações arqueológicas levadas a efeito na rua Rio de Janeiro confirmaram o fato de as paredes da ala nova do Seminário da Luz, à esquerda da atual Igreja de São Cristóvão, terem sido originalmente constituídas de tijolos sobre fundação de pedra, segundo informações que nos foram prestadas pela arqueóloga Lúcia Juliani, na época técnica do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH).

Os tijolos burros, sem marca, de 14 cm x 29 cm x 5 cm, estavam dispostos de modo a fazer com que a parede ficasse com 70 cm de espessura, sobre fundação de 80 cm de profundidade, executada com pedras de granito, assentadas com cal e areia. Dois tipos de tijolos foram encontrados nas prospecções: um bem queimado, de cor clara, e outro escuro, arroxeadado, com restos de minério de ferro (laterita), de consistência facilmente esboroável. Estes dois tipos de tijolos, como vimos acima, aparecem claramente em foto de Militão.

Segundo Juliani, o tijolo de baixa qualidade, com restos de laterita, devia ser proveniente de olaria disposta em alto de morro, onde esse material é encontrável em São Paulo, enquanto o outro, de boa qualidade, deve ter sido fabricado numa olaria adequadamente instalada em alguma várzea de rio nos arredores da cidade.

### Teatro de São José

A história do Teatro de São José acha-se intimamente ligada à controvertida vida profissional do capitão da Guarda Nacional Antônio Bernardo Quartim (1822-1888). De acordo com o que conseguimos apurar, Quartim, detentor do cargo de administrador do Jardim Público da Luz desde a morte do pai, ocorrida em 1846, e negociante de fazendas, iniciou sua carreira de empreiteiro de obras públicas no princípio da década de 1850, ao se prontificar a recuperar o Teatro de Ópera, mesquinho edifício em adiantado estado de ruína situado no largo de Palácio. Com os reparos que empreendeu nessa casa de espetáculos, adquiriu o direito de usufruir o teatro pelo espaço de catorze anos (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 209 e 210).

A seguir, ofereceu-se para construir o novo teatro provincial, que vinha sendo objeto de cogitações por parte do governo desde 1852, quando chegou a ser elaborado um projeto a ser executado no mesmo local do antigo, de autoria

51. Ver o artigo Falla, de 1º de maio de 1852 (ANNAES, 1852-1853, p. 182).

52. Ver o artigo O-Y ao -Z, II. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 1, 19 jul. 1854.

do “habil engenheiro Major Henrique de Beaurepaire Rohan”<sup>51</sup>. Esse plano, porém, foi logo abandonado, certamente porque o terreno em que seria realizado não oferecia condições de acolher a construção de um teatro provincial que estivesse à altura desse nome.

O assunto ficou esquecido durante certo tempo, mas a paulatina formação de uma mentalidade de traços burgueses entre os mais altos círculos sociais da Capital levou cidadãos a reivindicarem, por meio da imprensa diária, a construção de um teatro provincial. Visto como uma manifestação superior de arte e cultura, além de um lugar privilegiado para o desenrolar de importantes ritos sociais, o teatro era agora tido como “um ornamento, um elemento civilizador e uma necessidade pública”<sup>52</sup>.

A pedido de Antônio Bernardo Quartim, o alferes José Porfírio de Lima, engenheiro prático, concebeu o segundo e o terceiro projetos do teatro provincial (1854), destinados a locais mais uma vez considerados impróprios: o terreno ocupado pelo Buracão do Carmo, na ladeira do Carmo, e um lote sito no largo de São Francisco, respectivamente. O terceiro projeto, feito para o largo de São Francisco, chegou a ser remetido, a mando do presidente da Província, a um profissional radicado na Corte para a devida apreciação. O perito, que supomos tratar-se do renomado arquiteto Manuel Araújo Porto Alegre, então diretor da Academia Imperial das Belas-Artes, não hesitou, contudo, em reprovar o plano apresentado, que, conseqüentemente, foi em seguida recusado pelo governo paulista (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 74).

Segundo julgamos, o projeto definitivo do teatro provincial foi elaborado pelo paulista, então coronel do Estado Maior do Exército, Francisco Antônio de Oliveira (1796-1871). O nome desse engenheiro militar apareceria no contrato de construção, posteriormente lavrado, na condição de “Engenheiro por parte do Empresário”, para fazer o acompanhamento técnico das obras. O quarto e último projeto para o teatro provincial paulista só seria analisado e aprovado pelo pintor e arquiteto Araújo Porto Alegre, já então ex-diretor da Academia das Belas-Artes, em 1858 (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 81; v. 2, p. 258).

Figura exponencial do panorama artístico da Corte (antigo discípulo de Debret e de Montigny), Porto Alegre vinha sendo, estranhamente, sondado com freqüência pelas autoridades da Província de São Paulo. Ainda em 1854, antes de o governo mandar avaliar a qualidade do projeto de Porfírio, ao qual já fizemos referência, surgiu um interessado em encarregar-se da construção de uma das versões do futuro teatro provincial – Joaquim Lopes de Barros, membro substituto da Academia das Belas-Artes, do Rio de Janeiro –, e o governo mostrou-se tão cauteloso em relação a esse assunto que resolveu solicitar, reservadamente, o parecer do Ministério dos Negócios do Império sobre a capacidade profissional do pretendente. A informação desabonadora foi prestada pelo próprio diretor da Academia, Porto Alegre, que, como era de esperar em função do eminente cargo que ocupava, mostrou-se intransigente em relação aos que se arriscavam de modo indevido no campo da arquitetura, sobretudo teatral, intransigência de fundo corporativo, é certo, e nada compatível com a situação econômica, social e cultural então vivida pela realidade brasileira (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 81 e 82).

Em resposta à consulta realizada sobre Lopes de Barros, fulminou Porto Alegre:

Reservado. Illm.<sup>o</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. O Substituto da aula de desenho elementar, Joaquim Lopes de Barros, he um pintor de scenographia, e não fez ainda um theatro em toda a sua vida. O theatro de Pernambuco he feito por um Engenheiro francez, discipulo da Escola Politechnica de Paris; e o theatro Provisorio he uma má copia do theatro real de Turim, feita por um curioso para servir ao mestre Vicente Rodrigues, que ousou emprehender uma tal construcção ignorando tudo o que se pode ignorar a respeito de um theatro. As habilitações de Joaquim Lopes de Barros se limitão á decoraçõa interna e ao scenario, por que não me consta, tendo sido meo discipulo, e conhecendo o bem, que elle se tenha applicado a este genero de construcções o mais difficil em architectura. Deos Guarde a V.Ex.<sup>a</sup> por muitos annos. Academia das Bellas Artes em 2 de Setembro de 1854. Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Luis Pedreira do Coutto Ferraz. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio. Manoel de Araujo Porto Alegre - Director. (AMARAL, 1979, fig. entre p. 61 e 63).

Pouco depois era certamente ele mesmo, Porto Alegre, quem condenava o projeto do teatro provincial paulista de autoria do engenheiro Porfírio de Lima, mas, em compensação, três anos mais tarde, aprovou um outro plano para esse mesmo edifício, elaborado desta feita por um projetista anônimo – que devia ser o engenheiro Francisco Antônio de Oliveira, conforme presumimos (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 211; v. 2, p. 258).

Após marchas e contramarchas, deu-se finalmente início à construção do novo teatro, em abril de 1858, num terreno situado no largo de São Gonçalo (praça João Mendes), no local hoje ocupado pela abside da Catedral Metropolitana. Segundo o contrato assinado entre as partes – de um lado, o governo provincial e, de outro, o empresário Antônio Bernardo Quartim –, o edifício deveria ser executado de acordo com o sistema construtivo mais avançado na época: a alvenaria autoportante de tijolos sobre alicerces de pedra nas suas paredes externas; e “estruque” (estruturas de madeira recobertas com gesso, misturado a material impermeabilizante) nas empenas (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 81; v. 2, p. 379).

O registro fotográfico do edifício feito por Militão por volta de 1862 ou 1863 revela que suas linhas arquitetônicas, embora modestas, acompanhavam de perto o estilo neoclássico que então imperava na Corte, tendo a edificação resultado numa obra deturpada e inacabada, por culpa da incompetência e desonestidade do seu construtor Antônio Bernardo Quartim (Figura 29).

O responsável pelo canteiro de obras era o mestre-de-obras alemão Pedro Zapp, para quem o engenheiro fiscal do governo, alferes José Porfírio de Lima, só tinha palavras elogiosas. Quando surgiram rumores sobre a má construção das fundações do teatro, Porfírio de Lima apressou-se em dissipar as dúvidas das autoridades, assegurando que os alicerces tinham sido abertos “pelo mais habil mestre pedreiro que se acha nessa Capital, o alemão Pedro Zapp” (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 211).

A verdade é que, na qualidade de engenheiro fiscal do governo, Porfírio de Lima acabou se deixando levar pelos interesses da mesquinha política



Figura 29 – Militão Augusto de Azevedo. Teatro de São José, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

53. O THEATRO em construção. *O Publicador Paulistano*, São Paulo, p. 4, 8 jun. 1859.

local, caracterizada pelos eternos embates entre conservadores e liberais. Como o empresário da construção do teatro era o capitão da Guarda Nacional Antônio Bernardo Quartim, membro do Partido Conservador, seu correligionário e provavelmente amigo, Porfírio fez vista grossa aos sucessivos defeitos de construção, freqüentemente denunciados por terceiros. Quando ressurgiram denúncias, pois até mesmo a composição da argamassa empregada se mostrava inadequada, erro pelo qual foi responsabilizado de novo o "operario director dos trabalhos", Porfírio, que ainda detinha o cargo de fiscal do governo, veio mais uma vez em socorro de Quartim, atestando a solidez da fábrica do teatro e a capacidade profissional do mestre-de-obras por ele contratado:

Este operario não póde ser julgado empirico, quando sempre foi reconhecido por todos os engenheiros nesta capital, como o melhor mestre da profissão que exerce, como pedreiro, e concededor dos desenhos de planos das obras; vindo nesta qualidade contractado da Europa para essa provincia, por conta do governo, ha muitos annos<sup>53</sup>.

Com a persistência das irregularidades, o engenheiro militar Francisco Antônio de Oliveira, escolhido por Quartim para auxiliá-lo na condução dos trabalhos, preferiu afastar-se, pois não quis continuar a responder pelos constantes defeitos e vícios de construção (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 212). A partir de então, Quartim assumiu sozinho a direção geral da obra, embora, a crer nas

denúncias feitas pelos seus opositores políticos, não tivesse as mínimas condições para isso.

Para a execução da cobertura do edifício, foi mandado buscar no Rio de Janeiro Antônio Joaquim; segundo o empresário, hábil carpinteiro que trabalhara nas coberturas do São Pedro de Alcântara e do teatro de Porto Alegre (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 175). O trabalho desse profissional também seria depois julgado insatisfatório, sendo apontada a estrutura superdimensionada do telhado como a responsável pelos recalques que as fundações do prédio começaram a apresentar.

O teatro, que conforme a imprensa vinha funcionando desde 1861, foi finalmente inaugurado três anos mais tarde, apesar de continuar inacabado. E assim permaneceu em mãos do famigerado empresário Quartim, que o explorava comercialmente, até ser encampado pelo governo provincial em 1875 (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 212).

Observando a foto de Militão, podemos ter uma idéia do estado de incompletude em que se encontrava o edifício, às vésperas de sua inauguração. A fachada estava sem revestimento, deixando ver os tijolos empregados em sua técnica construtiva. Na fotografia, este estado de nudez revelava, entretanto, também um sinal da prosperidade, pois documentava que um dos maiores edifícios da cidade já abandonara o uso da taipa de pilão. A adesão à linguagem neoclássica, embora tímida, denotava, além disso, a sincronia possível com as modas arquitetônicas da Corte.

Poucos anos depois de Militão fotografar o teatro, o estado de conservação do edifício tornara-se crítico. Em seu relatório de 2 de fevereiro de 1868, o presidente Saldanha, de tendência liberal, mostrou-se escandalizado com os privilégios de que vinha, desde muito tempo, gozando o administrador do Jardim Público. Irritação maior, no entanto, causou-lhe o “embrulhado negocio do Theatro de S. José”. Após repassar sucintamente todos os fatos relacionados com aquela edificação, observou que o empresário ainda não a tinha concluído, nem prestara contas das somas recebidas pelo governo para a finalização das obras (MARINHO, 1868, p. 79 e 84). Nomeada uma comissão para examinar o caso, esta descobriu que nem plano completo e exato do edifício havia. A planta que fora apresentada pelo empreiteiro não era validada com a assinatura das partes contratadas e estava longe de refletir o que fora executado. Os defeitos de construção então notados eram sobejamente conhecidos: alicerces formados por pedras de dimensões inconvenientes, assentadas com uma argamassa que, de tão ruim, permitia que as pedras fossem destacadas à mão; fendas nas paredes, causadas pelo imperfeito alicerçamento da obra e pelo mau engranzamento dos tijolos; e utilização de mão-de-obra que, de tão má, parecia não ter sido dirigida por alguém que entendesse da arte. Enfim, o teatro era um “pessimo artefacto”, com madeiramento ruim e esquadrias toscamente executadas<sup>54</sup>.

Diante de tanta improbidade, Saldanha Marinho determinou que o procurador fiscal do tesouro tomasse as providências necessárias para rescindir o contrato de Quartim. Finalmente, a lei provincial nº 22, de 19 de abril de

1870, no seu artigo 1º, determinou a encampação do teatro. Contudo, só três anos mais tarde, sob a administração do presidente João Teodoro – ironicamente um conservador e amigo de Quartim –, é que foram adotadas as primeiras medidas práticas nesse sentido (AMARAL, 1978, p. 82 e 83).

Em 1873, novo parecer sobre a construção do São José foi emitido pelos engenheiros provinciais João Pedro de Almeida e Antônio Cavalcante de Sousa Raposo. As críticas então se renovaram. Entre tantos outros defeitos, foi mencionada a estrutura do telhado, que, como vimos acima, por “excesso de solidez”, aumentava o peso geral do edifício e com isso comprimia o solo. Os engenheiros aproveitaram a ocasião para esclarecer às autoridades certas atribuições de sua categoria profissional:

Como a principio dissemos, é irregular a construcção do Theatro, e seja-nos permitido apontal-a como a lição da experiencia, que nos está aconselhando que em materia pertencente á arte de construir se procure um engenheiro, exactamente como se procura um competente profissional na materia pertencente a qualquer outra arte [...]⁵⁵.

Um ano depois, em nova vistoria, engenheiros provinciais verificaram que o corpo da frente do teatro necessitava, simplesmente, ser demolido e reconstruído (XAVIER, 1875, p. 123 e 124).

Uma vez encampado, o teatro passou para as mãos de outro empresário, o Dr. Antônio da Silva Prado. Bacharel em Direito, rico fazendeiro de café, dinâmico empresário e político não menos ativo, Antônio Prado arriscou-se a reformar e concluir o Teatro de São José, na condição de arrendatário. O estilo da construção continuou neoclássico, sendo acrescentadas ao edifício apenas as marcas exteriores mais distintivas desse estilo: platibandas a toda volta do telhado e frontão triangular coroando o frontispício (Figura 30). No ano subsequente (1876), estava sendo decorado internamente pelo pintor e “arquiteto” catalão José Maria Villaronga (c. 1819-1894), muito conhecido por seus trabalhos no Vale do Paraíba e em Campinas, desde o ano anterior estabelecido na capital paulista, onde sabidamente ornamentou, na mesma época, o salão nobre da Academia de Direito e o interior do Teatro Provisório Paulistano (CAMPOS, 1997, v. 1, p. 213).

O Teatro de São José, cujo nome era uma homenagem ao presidente José Joaquim Fernandes Torres (1857-1859), que o mandou edificar, continuou a funcionar normalmente até 1898, ano em que foi demolido, após ter sofrido violento incêndio. Para substituí-lo, a administração estadual e a municipal tiveram de entrar em entendimentos, e disso resultou a ereção do atual Theatro Municipal (1903-1911), localizado na praça Ramos de Azevedo.

#### Casas de José Maria Gavião Peixoto e de seu irmão Camilo

No transcorrer do trabalho de documentação urbana levado a efeito em São Paulo entre os anos de 1862 e 1863, raras vezes Militão se dignou a voltar a lente de sua câmera para exemplares de arquitetura doméstica existentes na cidade. Esse desinteresse, no entanto, é compreensível, pois, afinal, recém-





Figura 30 – Autoria desconhecida. Teatro de São José, c.1876, fotografia. Acervo da Divisão de Iconografia e Museus / DPH / SMC.

chegado da Corte, centro político e cultural do País, quase só encontrou na pequenina e provinciana Capital casas modestas e mal conservadas, de aparência antiquada, ou uns poucos edifícios recentes, que também não se destacavam em absoluto por suas linhas arquitetônicas. Daí a razão de se ter deixado impressionar pelas casas do major José Maria Gavião Peixoto e de seu irmão Camilo: eram exemplares residenciais de estilo *moderno*, quer dizer, de estilo neoclássico, que predominava na Corte. Coisa até então nunca vista na Paulicéia.

Construídas no final dos anos de 1850, essas duas moradias eram contemporâneas de um amplo sobrado de mesmo estilo arquitetônico, que o tenente-coronel Fidélis Nepomuceno Prates estava erguendo nos campos da Luz. O sobrado, depois conhecido como solar do marquês de Três Rios, foi muito provavelmente fotografado também naquela mesma época por Militão, mas essa imagem, ao que tudo indica, infelizmente não se conservou. Restou-nos apenas uma foto tomada de longe, em que se vê à direita o convento da Luz, e à esquerda o aludido sobrado, resplandecente ao fundo, com a aparência fresca e luminosa de estar então recém-concluído.

Moradias pertencentes a representantes das elites aburguesadas em formação, essas construções pioneiras correspondiam em vários aspectos aos

novos valores, novos hábitos e novas necessidades de representação social de seus proprietários, que, de acordo com o estado atual de nossos conhecimentos, devem ser apontados como os introdutores do Neoclassicismo cortesão na arquitetura residencial paulistana.

A exemplo do que vinha ocorrendo nas partes mais importantes do Império e no Exterior, as elites paulistanas começavam a sentir também a premente necessidade de exteriorizar o seu *status* socioeconômico através da aparência externa de seus domicílios. Perscrutando a foto da casa de José Maria tomada por Militão, podemos perceber que o major fizera algo inédito na cidade (Figura 31): no tímpano do frontão de sua moradia mandara reproduzir o que só podia ser o brasão de armas familiar, já que o proprietário era descendente de ilustre família fidalga portuguesa, com direito ao uso de brasão de armas. Entre duas cornucópias, símbolos da abundância, e espiralados ramos vegetais, via-se em relevo o escudo dos Gavião Peixoto, descrito pelo genealogista Silva Leme (LEME, 1903-1905, v. 2, p. 262). Como timbre, omitido pelo linhagista, é possível distinguir a figura de um pássaro em repouso, sem dúvida o cormorão dos Peixotos (de Gomes Peixoto), de acordo com o *Armorial Português*, de C. L. dos Santos Ferreira (Lisboa, 1920). O timbre dos Gavião era um exemplar desta última espécie, voante, muito diferente portanto da ave em repouso que se vê



Figura 31 – Militão Augusto de Azevedo. Casa de José Maria Gavião Peixoto, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

no frontão da casa de José Maria. Motivo equivalente parecia ornar o tímpano curvo da residência vizinha, pertencente a seu irmão Camilo.

Essas três residências paulistanas de estilo neoclássico foram concebidas como sedes de chácaras, situadas no subúrbio da Luz e imediações, na então freguesia de Santa Ifigênia. A escolha do local para a sua construção torna patente uma preferência que entre as camadas superiores da cidade tendeu, com o tempo, a se difundir rapidamente, qual seja, a de viver afastado do centro urbano, em propriedades semi-rurais estabelecidas nos arredores da Capital, movimento no qual a região em direção à Luz é certamente a concentração pioneira (CAMPOS, 2005). Pelo almanaque de 1858, editado no ano anterior, sabemos que, antes de se transferir para as suas novas moradas, Fidélis habitava na rua do Ouvidor (atual José Bonifácio) e José Maria Gavião Peixoto no largo do Colégio – em pontos, como se vê, bastante centrais (MARQUES e IRMÃO, 1857, p. 108).

A despeito da natureza semi-rural dos imóveis em que se achavam implantadas, foram concebidas de acordo com a tipologia das residências urbanas. Edificadas em esquina, tanto a casa de Fidélis, quanto a de José Maria avançavam sobre as divisas dos terrenos e mantinham a entrada principal deitando diretamente para a via pública. A casa de Fidélis, no entanto, apresentava recuo unilateral do lado oposto ao canto da rua, onde foi agenciado um jardim de aparência romântica. Ao modo das casas de subúrbio, ou de chácara, a casa de Camilo, por sua vez, também não dispunha de recuo frontal, mas a entrada estava voltada para a lateral. Como particularidade diferencial, apresentava-se flanqueada de jardins, de ambos os lados (Figura 32).

O pedido de alinhamento da casa de Fidélis remontava a 1857, enquanto o referente à casa de José Maria, que na época exercia o cargo de chefe da Polícia da Capital, datava do ano seguinte (CARTAS DE DATAS..., 1854 a 1859, v. 17, p. 102, 119 a 121). Segundo Yan de Almeida Prado (PRADO, 1960, p. 13), o palacete de José Maria trazia na cartela inserta no friso do entablamento a data de 1860, ano em que, sabemos pelas *Atas da Câmara*, ainda se construía o solar de Prates (ATAS..., 1860, v. 46, p. 54). Diante desse fato, só nos resta admitir que a residência de José Maria, por ter sido concluída antes, merece ser considerada a primeira casa plenamente neoclássica da cidade de São Paulo, já que a de Camilo, sua contemporânea, nada mais era que a pequena sede reformada da antiga chácara paterna.

A chácara do brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, pai de José Maria e Camilo, resultara, presumimos, da partilha das terras de seu avô materno, o ilustre brigadeiro Joaquim José Pinto do Rego de Moraes Leme (MARQUES, 1980, v. 1, p. 134), fidalgo, cavaleiro da Casa Imperial, morto em 1831. Em fins do século XVIII, a propriedade estendia-se para o norte a partir do sopé do morro de São Bento, tendo como limite meridional o ribeirão Anhangabaú<sup>56</sup>. A oeste, limitava-se com o caminho da Luz (Brigadeiro Tobias), a leste, com a futura rua da Constituição (Florêncio de Abreu), então recém-aberta, e a norte, com o largo do Comércio da Luz. Após o falecimento da mãe de Bernardo José, D. Maria da Anunciação (MARQUES, 1980, v. 1, p. 133; ATAS..., 1848-1849, v. 37, p. 85), cuja casa se localizava na rua Alegre,

56. Nuto Sant'Anna transcreveu interessantes documentos relativos à questão de divisas surgida entre os proprietários da Chácara das Palmeiras, localizada na "rua que por detrás do Mosteiro de São Bento seguia para o convento da Luz" (futura rua da Constituição), e seu vizinho, o Brigadeiro Pinto. Essa documentação nos dá pistas a respeito dos limites das terras pertencentes a este último personagem. A Chácara das Palmeiras ficava à direita da futura Constituição, devendo atingir o Tamanduateí. Em 1784, os proprietários da Chácara das Palmeiras desmembraram uma gleba que daria origem à Chácara de Miguel Carlos (cf. SANT'ANNA, 1937-1944, v. 1, p. 284).



Figura 32 – Militão Augusto de Azevedo. Casa de Camilo Gavião Peixoto, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

segundo as *Atas* (ATAS..., 1840-1841, v. 33, p. 187), a propriedade deve ter sido repartida entre os herdeiros, cabendo a porção mais ao norte ao próprio brigadeiro Gavião Peixoto, o que já aparece em planta da cidade datada de 1842, executada pelo engenheiro militar José Jacques da Costa Ourique (SÃO PAULO (Cidade), 1954, planta 4).

Em 1858, o brigadeiro, conforme documentos relativos ao pedido de alinhamento do futuro sobrado neoclássico (CARTAS DE DATAS..., 1854 a 1858, v. 17, p. 119 a 121), cedeu a seu filho José Maria um terreno nos fundos de sua chácara, na rua Alegre (hoje Brigadeiro Tobias), terreno esse de esquina com “a rua que vai sahir em frente ao Palácio Episcopal” (atual rua Washington Luís) (CARTAS DE DATAS..., 1854 a 1858, v. 17, p. 120). Recorrendo do alinhamento dado pela Câmara, o filho do brigadeiro relata que lhe haviam sido cedidos terrenos por seu pai e pela edilidade (essa última o fizera em consequência do alinhamento ora contestado), “á fim de que o supplicante podesse construir nesses terrenos uma boa casa” (CARTAS DE DATAS..., 1854 a 1858, v. 17, p. 120).

Essa frase nos faz crer que o projeto da casa de José Maria, talvez, já estivesse em mãos do encomendante, tal como, quem sabe, o projeto de

reforma da pequena e velha sede da chácara, cuja projeção horizontal já aparecia assinalada em planta da cidade datada de 1810.

Falecido o brigadeiro Gavião em 15 de junho de 1859 (MARQUES, 1980, v. 1, p. 133), o modesto térreo passou ao mais moço dos filhos, Camilo, enquanto a parte voltada para os lados do largo do Comércio da Luz coube ao mais velho deles, Bernardo Avelino, desembargador e sócio de Camilo na primeira casa bancária da cidade (LUNÉ e FONSECA, 1985, p. 110; GRAZIERA, 1979, p. 111), da qual participava também o cunhado de ambos, dr. José Ribeiro da Silva (MARQUES, 1980, v. 1, p. 134; RIBEIRO, 1899-1901, v. 2, parte 1, p. 558).

Com relação às três casas de que estamos tratando, existia até há pouco tempo um ponto bastante obscuro, cujo esclarecimento era de muita importância para a história da arquitetura da cidade: qual seria o sistema construtivo empregado nessas construções?

Carlos Lemos (1985, p. 105), referindo-se certa feita à casa de José Maria, aventou como uma das possibilidades a de nela haverem sido usadas técnicas diversas: as paredes feitas com a taipa de pilão tradicional e as platibandas necessariamente executadas com tijolos. De nossa parte, observamos que muito provavelmente uma técnica construtiva empregando tijolos também se fazia presente nos elementos arquitetônicos formadores das açotéias que encimavam os corpos laterais da residência – as abóbadas que constituiriam o piso dos terraços. Suposição que nos fez preferir a hipótese mais simples, de que o palacete neoclássico talvez tivesse sido *integralmente* construído de tijolos (CAMPOS, 1997, p. 382). Com relação à casa de Camilo, porém, era fácil constatar que se tratava de uma construção tradicional de taipa, à qual haviam sido acrescidas apenas platibandas de tijolos. Por outro lado, a casa de Fidelis sempre nos pareceu ser uma obra inteiramente feita com esses elementos construtivos, porque sabíamos ter o proprietário adquirido uma olaria pouco antes de iniciar a construção.

Afinal, o novo método de construir, a alvenaria autoportante de tijolos, estava começando a se disseminar em São Paulo nos anos de 1850. Introduzido por engenheiros e por empreiteiros oriundos da Corte e do Exterior, vinha obtendo tamanho sucesso em obras municipais e provinciais na cidade, que um vereador, o já bastante citado José Porfírio de Lima, na sessão camarária de 7 de novembro de 1857, chegou a requerer que se nomeasse uma comissão para apresentar com brevidade um projeto de padrão edilício baseado no sistema construtivo empregado nos edifícios públicos – ou seja, na alvenaria autoportante de tijolos (ATAS..., 1857, v. 43, p. 142). De acordo com informação de 1856 (MARQUES e IRMÃO, 1857, p. 149), havia, ao menos, nove olarias estabelecidas nas proximidades da Capital, principalmente ao longo da várzea do rio Tietê. Entre elas, achava-se a da Viúva Andrade & Filhos, firma que, dois anos mais tarde, solicitou à Assembléia Provincial privilégio para a instalação na cidade de uma máquina a vapor para o fabrico de telhas e tijolos (ANNAES..., 1858, p. 385). Esta olaria, que seria a maior da Capital – vindo depois a pertencer ao Dr. José Ribeiro da Silva, cunhado de dois dos irmãos Gavião –, sediava-se na chácara

do Bom Retiro (ATAS..., 1859, v. 45, p. 47 e 63). E, pelo que se infere do famoso depoimento de Esequias Galvão da Fontoura (ANNAES..., 1874, p. 320), foi ela quem propiciou as condições para que desde então a transição técnica da arquitetura paulistana se fizesse rapidamente. Apenas quinze anos depois, na Assembléa Legislativa já aludiam à taipa como sendo coisa do passado; testemunho importante, comprovando que o abandono da velha técnica ocorreu em prazo surpreendentemente curto – antes mesmo da chegada dos imigrantes italianos<sup>57</sup>.

Recentemente, porém, em estudo de nossa autoria publicado nos *Anais do Museu Paulista*, divulgamos duas fotos da demolição da casa de José Maria Gavião Peixoto, ocorrida em novembro de 1958 (CAMPOS, 2005, figs. 7 e 8). Essas fotos, hoje conservadas no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, constituem documentos de grande relevância, pois revelam que, de fato, na casa de José Maria, haviam sido empregados, além da alvenaria de tijolos, outros sistemas construtivos (à exceção da taipa), o que, aliás, devemos admitir, era de esperar que ocorresse nas construções de meados do século XIX. Há indícios de que as paredes externas teriam sido construídas de tijolos de maneira estrutural, pois eram elas que recebiam os maiores esforços da construção. Pelas fotos, nota-se que as paredes secundárias internas eram seguramente feitas com estrutura autônoma de madeira e vãos preenchidos com tijolos compridos de grandes dimensões, enquanto as paredes de simples vedação seguiam a técnica das chamadas “paredes francesas”, ou seja, eram estruturadas de madeira e os vãos tapados com ripas recobertas com argamassa.

Essas fotos reveladoras, que descobrimos e publicamos, comprovam assim que, nas construções paulistanas, durante o período de transição técnica (1850-1870), usavam-se tijolos de diversas maneiras, conjuntamente com sistemas construtivos que simplesmente não os empregavam. Na realidade, até o início do século XX isso ocorria com frequência nas casas do período do Ecletismo; embora sistematicamente construídas de tijolos, não raro nelas se encontravam paredes francesas servindo de divisórias. Tudo isso nos induz, hoje, a supor que tenha sucedido algo semelhante na casa de Fidélis Nepomuceno Prates (1857-1861?); quer dizer, o solar da Luz também não fora inteiramente construído de tijolos, como pensávamos inicialmente, mas teriam convivido em sua fábrica diferentes técnicas construtivas, entre as quais a alvenaria autoportante de tijolos, de que seriam feitas, certamente, as paredes principais (mais espessas) tanto externas quanto internas.

Retornando à casa de José Maria, reparamos que nela o que mais nos atrai é a correta composição de sua fachada principal: o equilíbrio de suas partes componentes, o rigor da ordenança clássica e o apuro dos ornatos. Detalhes que podem ser examinados com o auxílio de uma lente de aumento nas reproduções oitocentistas, de admirável nitidez, ou por meio de sucessivas ampliações dessas reproduções feitas por processo digital, como as que Pedro Corrêa do Lago recentemente publicou. Na fachada da casa havia até um delicado cromatismo: o friso do entablamento e o tímpano do frontão eram um pouco mais escuros que as paredes brancas do resto da construção, o que nos

sugere terem sido esses elementos arquitetônicos pintados de alguma cor, talvez azul, moda neoclássica diretamente inspirada na antiga arquitetura greco-romana. O vocabulário decorativo era típico do estilo, tal como interpretado pela arquitetura luso-brasileira: envasaduras de vergas em arco pleno; sutis bossagens nos paramentos do nível térreo; frontão triangular; platibanda interrompida nas prumadas das pilastras toscanas por pedestais a suportar elementos decorativos de remate.

Também a planta da casa parece ter sido tão caracteristicamente neoclássica, quanto a sua feição externa. No rés-do-chão, entretanto, as janelas escancaradas vistas na foto de Militão fazem-nos supor que todo o térreo fosse dedicado a serviços, e não a peças secundárias de recepção ou de uso familiar, como já era habitual. A porta central daria passagem a um vestíbulo, iluminado pelas duas janelas que ladeavam a entrada; a esse recinto se seguiria um corredor, conduzindo diretamente ao saguão, onde se posicionava a escada de madeira em espiral, vista numa das fotos datadas do tempo da demolição da casa. No primeiro andar, o saguão de distribuição – cuja posição central é traída pelo lanternim cônico que se vê próximo do ponto mais alto do telhado –, inundado pela luz vinda da clarabóia, permitia o acesso aos vários compartimentos desse nível: na frente, como sempre, o salão nobre, correspondente aos três vãos centrais da fachada e talvez ladeado por duas pequenas peças; depois, alcovas e quartos, e, no fundo, certamente, a sala de jantar de cerimônia; a cozinha, a sala de jantar íntima e as demais dependências deviam ficar nos baixos, na parte posterior da construção.

Alguns sérios defeitos, porém, contrapunham-se às qualidades estéticas reconhecidas na composição da fachada principal do solar, chegando a ameaçar o resultado final da obra face aos rígidos princípios neoclássicos. Um deles era, sem dúvida, oriundo da forma irregular do terreno, que obrigou o corpo térreo situado na esquina a ter sua parede lateral convergente ao corpo principal; isso destruía a pureza geométrica dos volumes rigorosamente empregados nas construções neoclássicas, introduzindo uma falsidade de cenário. Essa má impressão era agravada, ademais, pela presença, em continuação ao corpo principal do sobrado, de um apêndice de serviço despido de toda a decoração, com declarado ar de anexo, que se projetava para o fundo, acompanhando a rua Episcopal (atual Washington Luís). Esse prolongamento fora prudentemente excluído do enquadramento da foto feita por Militão, mas a parte superior do telhado que o cobria, visível numa outra imagem da rua Alegre feita pelo fotógrafo carioca, comprova que essa parte era contemporânea do resto da construção. Imagens datadas já do século XX também confirmam a aparência rudemente utilitária do anexo, em total desacordo com a parte da frente do sobrado, incoerência que, em nossa opinião, dificilmente pode ser atribuída ao projetista do palacete. Deve ter sido motivada ou pelas adaptações que o mestre-de-obra local se viu obrigado a fazer na hora da execução do projeto (esse parece ser o caso do corpo de esquina, que teve de adaptar-se a um canto do terreno com um ângulo menor do que 90°) ou, quem sabe, provocada pela mentalidade mesquinha do próprio dono da casa, que pode muito bem ter pretendido diminuir

os gastos no último minuto, desistindo de dar tratamento fachadístico à parte externa da ala de serviço.

De qualquer modo, e a despeito desses senões, o que mais nos impressiona no sobrado de José Maria e na casa vizinha pertencente a Camilo, é a atualidade dos elementos ornamentais empregados na composição dos respectivos frontispícios fotografados por Militão. O frontão semicircular da casa de Camilo, por exemplo, embora grande demais para um térreo de pequenas proporções, tinha o mesmo modelo daqueles exibidos pelos recém-construídos pavilhões do hospital da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro, projeto datado de 1859, da autoria de Luís Hoxe.

Esse andar em dia com a arquitetura cortesã leva-nos à hipótese de que os Gavião Peixoto encomendaram, no Rio de Janeiro, a algum profissional então bastante conhecido os projetos de ambas as casas. Carlos Lemos (1987, p. 72), com muita propriedade, vinculou o nome dos Gavião Peixoto ao do pouco conhecido arquiteto Manuel Gonçalves da Silva Cantarino, cuja procedência lusa nos faz ver nesse projetista antes um mestre-de-obras de muitas luzes e algum talento, que um verdadeiro arquiteto formado em alguma escola de Belas-Artes. Como tivemos oportunidade de descobrir nos jornais da época<sup>58</sup>, Cantarino era muito conhecido nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, sendo possível que tenha sido contatado pelos Gavião Peixoto, se não no Rio, em alguma cidade do Vale do Paraíba talvez. É bem provável que tenha trabalhado nas cidades do vale antes de vir fixar-se, por volta de 1866, naquela que era a cidade mais promissora da Província, Campinas, então florescente com as lavouras de café e de algodão.

Para encerrar, notemos, ainda na foto de Militão, que a casa de José Maria apresentava mau estado de conservação. A imagem foi colhida pouco tempo depois de a construção ter sido terminada, e já grandes manchas de umidade enegreciam as superfícies externas das paredes, a ponto de deteriorar parte do revestimento da platibanda. Sem dúvida, uma conseqüência direta do clima extremamente úmido e chuvoso que então predominava na cidade. Quanto à aparência da casa térrea de Camilo, nela o que mais nos chama a atenção é o grande número de peças decorativas com que o banqueiro mandou povoar a platibanda da casa e o alto dos pilares dos muros de fecho: estátuas, cachorros e pinhas aglomeravam-se numa manifestação ostensiva – e um tanto ridícula – de afirmação social.

## Chácaras da cidade

Por fim, serão analisadas aqui, por meio das fotos de Militão, duas construções paulistanas erguidas nas proximidades da cidade. De origem rural ou semi-rural, ambas já apresentavam novidades, tanto do ponto de vista técnico quanto estilístico.



## Chácara Sharpe, ou do engenheiro John Henderson

Alguns dos registros fotográficos realizados entre os anos de 1862 e 1863 por Militão Augusto de Azevedo em São Paulo tinham por tema casas de chácaras estabelecidas nas circunvizinhanças da cidade. A maioria delas, porém, apresentava características de casa rural, por estarem implantadas de forma isolada no interior das propriedades. E, entre elas, chama-nos a atenção a sede da Chácara Sharpe, anteriormente chamada Chácara do Campo Redondo, localizada na região hoje correspondente ao bairro de Campos Elísios. O fotógrafo carioca fez questão de tomar a imagem dessa casa de uma certa distância, a fim de abranger todo o complexo rural, constituído de habitação, edifícios anexos, pátios cercados por muros de taipa, portões, cercas feitas de paus roliços, porteiras e até um lago, no centro do qual duas pitorescas construções de madeira, pintadas de branco, acessíveis por meio de estreitos passadiços, parecem ter servido de cabanas individuais para banhos (Figura 33). Nesse lago, aliás, pescavam-se bagres, segundo nos conta José Luís Almeida Nogueira, conhecido memorialista da Academia de Direito.



Figura 33 – Militão Augusto de Azevedo. Chácara Sharpe, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

A casa de morada apresentava, então, a peculiaridade de estar provida de um amplo mirante, quase do porte de um andar inteiro, com duas janelas em cada face – corpo talvez acrescentado ao térreo primitivo em algum momento hoje impossível de determinar. As janelas do piso superior apresentavam proporções distintas das aberturas inferiores e estavam protegidas por folhas inteiriças (escuros) de abrir para fora, o que não ocorria com as demais, de guilhotina; indícios que confirmam a nosso ver a ulteriores dessa parte da edificação. Deve-se notar também que, à direita do observador, havia um alpendre a proteger um dos lados não visíveis da construção, o que pode ser identificado com o auxílio de uma lupa. Sob esse alpendre devia estar abrigada a entrada principal da habitação.

Tradicionalmente conhecida como Chácara do Campo Redondo, a propriedade pertenceu ao empreiteiro de obras Francisco Taques Alvim, filho natural de Pedro Taques de Almeida Alvim (1781-1869), tenente-coronel da Cavalaria das Milícias e Cavaleiro da Ordem de Cristo, várias vezes levado a ocupar cargos eletivos em Campinas (LEME, 1903-1905, v. 2, p. 475 a 477). Francisco transferiu-se de Porto Feliz para a Capital em 1854 e, em São Paulo, veio morar durante algum tempo na Chácara do Campo Redondo, onde mantinha uma olaria, segundo o almanaque de 1857 (editado no ano anterior) (MARQUES e IRMÃO, 1957, p. 149). No *Correio Paulistano* há o anúncio que segue:

Francisco Taques Alvim tendo-se retirado de Porto Feliz, e, vindo residir nesta capital aqui oferece seus prestimos aos seus amigos de Itu, Capivari e Pirapora, aos quaes não se despedio por inconvenientes<sup>59</sup>.

Com a chegada dos ingleses para a construção da estrada de ferro *San Paulo Railway*, a propriedade foi ocupada pelos donos da companhia empreiteira Robert Sharpe & Sons – Robert e os filhos Paul Wallace e William John (CYRINO, 2004, p. 83) –, que moraram no imóvel durante alguns anos, alterando-lhe então o nome para Chácara Sharpe.

Depois de 1863, Militão parece ter abandonado o trabalho de documentação fotográfica da cidade, passando a dedicar-se com exclusividade à atividade de retratista (LAGO, 2001, p. 20). No entanto, não sabemos por que razão, voltou a fotografar construções paulistanas por volta de 1868, data que aparece mencionada em seu álbum comparativo de 1887. Entre as casas cujas imagens foram fixadas nesse ano, contava-se a da Chácara Sharpe, que na época já estava em outras mãos. Uma das fotos tomadas da propriedade, ainda identificada com o seu antigo nome, foi incluída no álbum comparativo de 1887 (Figura 34). Revela-nos outro ângulo do imóvel, diametralmente oposto ao mostrado em 1862 ou 1863. No centro da imagem, em plano médio, vemos um largo portão de entrada, feito de madeira e preso a grossos pilares de tijolos à vista, ladeado por dois homens: à direita, um senhor de meia idade, e, à esquerda, um homem jovem, coberto com um pequeno chapéu de copa redonda. No fundo, divisamos do edifício-sede apenas o telhado novo, assomando por



Figura 34 – Militão Augusto de Azevedo. Portão da Chácara Sharpe, atribuída por nós ao ano de 1867, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

cima da vegetação circundante e com a forma piramidal que tomou depois da demolição do mirante antes existente.

A reforma empreendida no prédio confundiu Pedro Corrêa do Lago, que foi incapaz de reconhecê-lo em outras imagens tomadas na mesma época pelo fotógrafo carioca. Em seu livro dedicado à obra de Militão, foram publicados três aspectos da casa renovada, e neles aparecem os mesmos personagens masculinos vistos diante do portão da chácara (LAGO, 2001, p. 218 e 219). Analisando aqui uma dessas fotos, observamos que, em algum momento, um dos sucessivos moradores havia decidido reformar a construção (Figura 35). O velho alpendre, a custo observado na foto de 1862 – e certamente executado de acordo com o sistema tradicional –, fora substituído por uma varanda inteiramente feita de tábuas. Na frente, a varanda exibia arcos abatidos, enquanto nas laterais se viam arcos apontados, que devem ser interpretados sem dúvida como um toque de vago medievalismo, moda arquitetônica então recentemente introduzida pelos estrangeiros que moravam na Capital. Embora encoberta pelo elemento supletivo de madeira, é possível reparar que a fachada principal tivera suas janelas originais substituídas. As comuns, de guilhotina, permaneciam nas



Figura 35 – Notar a suposta família do engenheiro John Henderson na varanda da antiga Chácara Sharpe. Militão Augusto de Azevedo. Vista da casa da Chácara Sharpe, atribuída por nós ao ano de 1867, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

demais fachadas, mas as da frente haviam sido trocadas por altas janelas com bandeiras basculantes e folhas decoradas com pinásios formando caprichosos entrelaces. No lugar dos vidros transparentes, fulguravam nos caixilhos vidros de cores contrastantes. Esse frontispício novo, de caráter postiço e quase improvisado, em razão da pouca durabilidade do material empregado na execução da varanda, denunciava o conflito que se ia estabelecendo na arquitetura paulistana do período, a partir do momento em que a tradição construtiva local começou a ser preterida perante a necessidade de modernização e a presença de modismos estrangeiros. Os jardins que circundavam a habitação eram igualmente recentes, pois sabemos, pela foto de 1862/1863, que naquela altura ainda não haviam sido criados.

Quem teria sido o promotor de tais alterações, transformando uma rústica construção rural luso-brasileira numa confortável casa de subúrbio de ar vagamente europeizado? Ou Robert Sharpe e seus filhos, ou então alguém que morou na casa depois deles. No caso da segunda hipótese, a resposta a essa pergunta se encontra nas folhas dos jornais da época. No início de 1867, no

*Correio Paulistano*, um anúncio de leilão dava a conhecer que estava prestes a deixar a cidade o mais recente morador da Chácara do Campo Redondo, o engenheiro John Henderson<sup>60</sup>. Ele viera da Inglaterra em 1860 para trabalhar na companhia empreiteira e, certamente, ocupou a chácara depois da partida de Robert Sharpe (CYRINO, 2004, p. 83, 167). Como de praxe, o conteúdo inteiro da casa iria em breve à hasta pública, por isso todos os itens existentes foram a seguir arrolados de modo minucioso, cômodo por cômodo. Podemos verificar, assim, que a moradia comportava os seguintes compartimentos: sala nobre, duas alcovas, dois gabinetes, grande sala de jantar, cozinha, quarto de banho (talvez externo), e quarto de variedades (depósito). Havia ainda cocheira – certamente uma construção anexa –, alpendre, que era sem dúvida o elemento arquitetônico feito de tábuas acima referido, e corredor. O centro do jardim estava, por seu turno, ornado com um bonito caramanchão de madeira, havendo também uma pequena peça de salvar, isto é, um pequeno moinho, sem dúvida acionado toda a vez que era recebido um visitante ilustre.

De todos os pertences do engenheiro Henderson que iam a leilão, os mais intrigantes para nós são os apetrechos de higiene que aparelhavam o seu quarto de banho. Aí se viam “machina para banhos chamados de chuva [chuveiro acionado por meio de bomba manual, que utilizava a água da própria banheira], dita para ditos a vapor, dita para lavar roupa, diversas banheiras, e tudo o mais correspondente”. Modernos e pouco conhecidos, devem ter provocado espanto nos paulistanos mais desinformados ou tradicionalistas, pois somente com a inauguração da casa de banhos *Sereia Paulista*, em 1865, é que os habitantes da cidade começaram a ter contato com chuveiros e banhos de imersão. Para quem estava acostumado a tomar banho assentado numa pequena gamela no quarto de dormir, chuveiros e banheiras constituíam novidades surpreendentes, que expunham os raros usuários a situações a um tempo cômicas e embaraçosas, conforme as charges do *Diabo Coxo* e do *Cabrião*<sup>61</sup>. Os objetos de higiene arrolados no anúncio indicam ter sido o Sr. Henderson um inglês bem educado, muito cioso das comodidades criadas pela Revolução Industrial de seu país de origem. E embora não cultivando, provavelmente, hábitos cotidianos de asseio, característica que prevalecia entre os europeus da época, não abria mão de seus exóticos requintes de conforto e higiene, nem quando estabelecido em remotas cidades da América do Sul.

A nossos olhos, só um estrangeiro em dia com as mais recentes conquistas materiais do mundo industrializado europeu se teria dado ao trabalho de aparelhar e embelezar uma tosca construção rural, que não seria ocupada senão durante uns poucos anos. À vista disso, chegamos a pensar que a família fotografada na varanda fosse justamente a do engenheiro Henderson, composta de um senhor maduro, barbado, sua esposa, que aparece acomodada numa grande cadeira de braços, e um homem jovem, talvez o filho do casal, coberto com um pequeno chapéu informal, de tipo inglês, cujo modelo acabava de entrar em moda na Europa: o *bowler* ou *chapeau melon* (chapéu-coco). Militão garantiu que essas fotos datavam de 1868, um ano após a partida do requintado engenheiro inglês, mas é admissível que o fotógrafo tenha datado as imagens

60. IMPORTANTÍSSIMO leilão... *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 4, 1º jan. 1867.

61. Cf. anúncios em *Diabo Coxo* (São Paulo, p. [4], 6 out. [1865]) e *Cabrião* (1982, p. 213).

tardiamente, em 1887, fazendo-o de maneira aproximada, tal como o fez com as fotos datadas por ele de 1862, das quais algumas parecem ter sido tomadas no ano seguinte, entre elas, a foto da rua da Cruz Preta, por exemplo.

Já parcialmente arruada em 1859 (ATAS..., 1859, v. 45, p. 75 e 76), a Chácara do Campo Redondo veio a pertencer mais tarde ao visconde de Mauá, que lhe conferiu um novo nome, Chácara Mauá; em 1873, aí morou o bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (1873-1894) e depois nela se estabeleceu o Colégio Ipiranga (MARTINS, 1973, p. 163). Por estar situada muito próxima da Capital acabou adquirida por um comerciante alemão residente na Corte, Frederico Glette, em 1879. Arruada e loteada, deu origem, como dissemos antes, ao atual bairro de Campos Elísios (MARTINS, 1973, p. 163).

### Chácara Bresser

Na presente fotografia de Militão, vemos a imagem da chácara de propriedade do agrônomo Carlos Abraão Bresser, localizada na região do Marco de Meia Léguas, na Freguesia do Brás (Figura 36). Era aí que o alemão e sua mulher, Ana Clara, cultivavam frutas e hortaliças que vendiam na Casa de Sotéia, situada no Largo do Capim.



Figura 36 – Militão Augusto de Azevedo. Chácara Bresser, 1862/1863, fotografia. Acervo do Museu Paulista da USP, São Paulo. Reprodução de José Rosael.

Como podemos ver, tratava-se de uma construção que seguia a tipologia da casa suburbana luso-brasileira (CAMPOS, 2005, p.17), com a fachada erguida junto da estrada que de São Paulo ia para a freguesia da Penha e para a corte do Rio de Janeiro, e com a porta de ingresso deitando, certamente, para o jardim ou horta lateral.

Como afirmamos antes, Militão andou fotografando algumas casas de chácara situadas nos arredores de São Paulo. A maioria delas com aparência bastante despretensiosa, de acordo com a tradição construtiva local e sem nenhuma intencionalidade plástica consciente. Em geral eram térreas, esparramadas, com vários anexos cujos panos de telhado se voltavam para diferentes direções, formando conjuntos atraentes em razão de sua pitoresca desordem.

Concebidas com alguma intenção estilística, só a velha casa do coronel Luís Antônio Neves de Carvalho, localizada na bifurcação da rua Alegre com rua de Santa Ifigênia, e a casa de chácara de Miguel Carlos, erguida na ladeira do mesmo nome, depois rua da Constituição e hoje Florêncio de Abreu, ambas do final do século XVIII (CAMPOS, 2005, p.16-18). Ou então as casas, recentes e bastante pretensiosas, do tenente-coronel Fidélis Nepomuceno Prates (1857-c.1861), situada na Luz, e de José Maria Gavião Peixoto (1858-1860), edificada na rua Alegre. Por já estarem diretamente influenciadas pelo Neoclassicismo cortesão, delas emanava uma imponência e ostentação mais apropriada a solares ou a palacetes que a meras casas de chácara (CAMPOS, 2005, p.19-23). Havia também a morada do comendador Santos Silva, futuro barão de Itapetininga, na rua de São José (atual Líbero Badaró), e a do futuro barão da Limeira, na rua da Casa Santa (hoje Riachuelo), duas residências amplas, ricas e de sólida construção. Com todas as características arquitetônicas e de implantação das casas urbanas, essas duas últimas sedes de chácaras haviam sido construídas anos antes da chegada de Militão, e, parece, não atraíram muito a atenção do fotógrafo, que só tomou as imagens dessas casas de longe, integradas no conjunto urbano circundante.

Dentre as casas de campo de tamanho médio então existentes nos arrabaldes de São Paulo, era a de Bresser que mais se destacava, além da sede da Chácara Sharpe, que acabamos de analisar por meio da foto de Militão. Esta última, porém, estava, de início praticamente despida de intenção estética consciente, só plenamente assumida durante a reforma por que passou em meados da década de 1860.

Salvo engano, a concepção e construção da casa da Chácara Bresser deve ser creditada a seu proprietário, que, como referido em outro ponto deste artigo, era agrônomo de formação, embora sempre considerado em São Paulo como engenheiro civil.

Bresser mudara-se para o Brasil em 1838, depois de ter sido contratado para dirigir trabalhadores europeus na construção de uma estrada de rodagem até Santos, e entre os trabalhos que deveria realizar se achava a construção de olarias, onde seriam cozidos os tijolos necessários para as obras viárias. Isso não quer dizer, todavia, que, em São Paulo, Bresser só tenha edificado com

tijolos. Foi obrigado a se adaptar às circunstâncias locais: o matadouro municipal, de 1849-1853, por exemplo, era uma construção utilitária de aparência rústica e feita de taipa de pilão (CAMPOS, 1997, v.1, fig. 7).

Já existente em 1854 (ATAS..., 1854, p. 190), a sede da Chácara Bresser foi construída, provavelmente, segundo a tradicional técnica da terra socada. Embora não possamos descartar totalmente a hipótese de que nela hajam sido empregados tijolos também. Pois, afinal, para o seu primeiro proprietário e construtor, um “engenheiro” alemão, a maior dificuldade na adoção da estrutura autoportante de tijolos não residia propriamente no aspecto técnico desse sistema construtivo, mas, sim, na obtenção de material de boa qualidade e na cuidadosa seleção da mão-de-obra, de que São Paulo ainda tanto carecia. Obstáculos que naquela altura podiam ser mais facilmente superados por um profissional experiente do que pelo resto da população paulistana.

De fato, vários pormenores técnicos e estilísticos presentes na parte externa do edifício denunciavam o desejo de alcançar certo esmero construtivo.

O que mais nos chama a atenção na foto que estamos apreciando é o fato de a casa haver sido erguida sobre porão, ou *caixa de ar*, como era tecnicamente chamado. Naquela altura, 1862/1863, raras eram as edificações da cidade que traziam esse aperfeiçoamento. Em São Paulo, os primeiros exemplares arquitetônicos providos de porão só podem ser surpreendidos em fotos de Militão datáveis do princípio dos anos de 1860, exemplares esses com características arquitetônicas de meados do século XIX. As caixas de ar, ou porões, deixavam-se trair então pela grande diferença de altura existente entre as soleiras das portas de entrada e os peitoris das janelas ou pelas esporádicas e minúsculas aberturas vazadas nos embasamentos, as quais não participavam da composição arquitetônica dos frontispícios. Numa outra foto de Militão, surpreendemos uma pequena casa de ligeira inflexão neoclássica onde se vêem uns rapazes à porta e à janela, decerto estudantes de Direito moradores de uma das várias repúblicas existentes na rua da Constituição – nessa casa só o desnível existente entre a soleira de entrada e o assoalho interno indicam que a construção possuía porão. Em outra imagem, descobrimos uma construção residencial localizada na antiga rua das Flores (atual Silveira Martins), com pequenos respiradores na parte inferior da fachada.

Essas moradias, nem térreas nem de sobrado, eram então chamadas *assobradadas* ou *abarracadas* (CAMPOS, 1997, v.3, p.487-489, nota n.2). E constituíam uma novidade que aos poucos se divulgava na capital paulista. Um tipo de edificação intermediário, que veio dignificar o habitar em casas de um só pavimento, próximo do chão, mas não em contato com ele.

Mais tarde, os respiradouros se incorporariam na composição arquitetônica das fachadas; tornar-se-iam maiores e de formato circular, sempre providos de aros de cantaria e rosetas de ferro fundido (CAMPOS, 1997, v.3, p.428-429).

Naquele tempo a cautela médica recomendava a adoção de porões. Numa época em que prevalecia a *teoria miasmática de contágio*, a principal razão para não se viver junto ao solo era a constante exposição à



umidade que se originava do lençol freático, provocadora de perigosas emanações telúricas de caráter deletério. Segundo se acreditava, a umidade, aliada à falta de ventilação das madeiras, apodrecendo rapidamente o vigotamento do assoalho, contribuía para tornar insana a habitação térrea, ficando a saúde dos habitantes sob risco de inúmeras doenças. Nas casas assobradadas, porém, as caixas de ar ventiladas por respiradouros evitavam a deterioração das madeiras do piso, assim como impediam que a umidade por capilaridade, e as invisíveis exalações que as acompanhavam, atingissem o interior das residências. Essas medidas eram levadas muito a sério e médicos sanitaristas, de todo o Brasil, alertavam pelos jornais para o perigo de se morar em casa térreas, como é o caso do dr. Carolino Francisco de Lima, que redigiu um artigo sobre esse assunto no *Diario de Pernambuco*, em 15 de agosto de 1855 (FREYRE, 1981, v. 1, p.307, nota n. 40).

Além dos discretos respiradouros circulares existentes no embasamento da casa da Chácara Bresser, vemos em seu exterior outros pormenores não desprovidos de interesse, que traíam um incipiente gosto neoclássico, tais como: cunhais canelados, empena lateral imitando frontão, decorada com óculo elíptico, e até mesmo cortinas nas janelas, a conferir um ar de aconchego europeu no meio do prosaico Brás.

À extrema direita da foto, observa-se um trecho de muro de tijolos à vista que contrasta com o de fecho da propriedade, feito de taipa e coberto com telhas de canal. Parece recém-feito e provavelmente sua execução estava relacionada com o pedido de alinhamento solicitado à Câmara pela viúva, Ana Clara Bresser, em março de 1862, tal como se lê nas Atas desse ano (1862, p. 47).

## Conclusão

### *Os melhoramentos materiaes*

*É este um assumpto com o qual hoje muito se occupa a attenção publica, ou, melhor diremos, pretende-se fazer occupar a attenção do povo. Todos fallam em melhoramentos materiaes, – os homens que governão, os que legislão, os jornalistas, os commerciantes, os lavradores, os empresarios, os contractantes, e ate os tractantes; mas fica tudo em palavras; e é bem certo que palavras não adubam sopas. Nada se inicia, e o que por ventura se começa não se conclue; em fim tudo fica em palavrório e grandes planos, dando se ainda graças a Deus, quando este palavrório e planos gigantescos não custão largas sangrias aos cofres publicos.*

*Falla-se muito no progresso Européo; quer-se muito imitar o que por lá se faz; macaquea-se, mesmo o que de máo há no estrangeiro, mas o resultado de todas [sic] esta phantasmagoria é negativo; a realidade é a mais completa esterilidade, fazendo-se sentir o tam apregoado progresso e os celebres melhoramentos materiaes somente na corrupção dos costumes, na falta absoluta de educação moral e religiosa para o povo. E a consequencia não pode ser outra; desde que só se trabalha para melhorar a materia, a moral fica esquecida. [...]*

(OS MELHORAMENTOS materiaes. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 17 maio 1861.)

Ao examinar algumas fotos paulistanas tomadas por Militão Augusto de Azevedo durante a década de 1860, tivemos por objetivo fundamental apontar os mais recentes e notáveis aspectos urbanos naquela altura apresentados pela cidade: adoção de novos sistemas de revestimento dos leitos viários das ruas, e expansão, alargamento e retificação do traçado viário existente. Além disso, abordamos também os tímidos avanços da nova arquitetura que aí se introduzia, denunciada pelo emprego da alvenaria autoportante de tijolos, pela adoção de porões, pela nova aparência das construções influenciadas pelo Neoclassicismo da corte do Rio de Janeiro e pelos novos tipos edificatórios, então representados pelo teatro provincial, pelo Seminário Episcopal, pelo sobrado de azulejos amarelos da rua do Rosário e até pela Confeitaria do Leão.

Estamos certo de haver conseguido demonstrar que as elites de São Paulo daqueles anos buscavam com todas as suas forças modernizar a cidade, empenhando-se em investir contra tudo aquilo que mantinha a população paulistana aferrada a seu modo de vida tradicional. Esforços tantas vezes acerbamente criticados nos jornais – e, talvez, por vezes criticados com certa razão, como verificamos pelo teor da epígrafe acima.

Tudo nos leva a crer que detectar e fixar os indícios do *progresso material* paulistano era, sem dúvida, uma das metas desse que foi um dos nossos primeiros fotógrafos urbanos, meta que parece ter sido tão insistentemente perseguida quanto a de perpetuar a aparência dos pontos mais característicos da cidadezinha de então.

## REFERÊNCIAS

### **Documentação primária manuscrita**

SÃO PAULO (Cidade). AHMWL. *Livro de lançamento dos autos de alinhamento, 1832-1863*. f. 208 [São Paulo: s.d.].

\_\_\_\_\_. *Ofício de Henrique Hinrichsen à Câmara da cidade de São Paulo, solicitando nesga de terra para acertar o alinhamento de seu terreno, pois pretendia reconstruir sua casa destruída na enchente de 1850*. [s.l: s.d] (assinado por Henrique Hinrichsen; CMSP Conselho de Vereadores. Solicit. de Datas).

\_\_\_\_\_. *Postura aprovada pela Assembléa Provincial em 6 de abril de 1861* (artigo único; livro CM-1-39).

\_\_\_\_\_. *Posturas de 14 de maio de 1855, aprovadas pela Assembléa Provincial em 13 de maio do mesmo ano* (artigo 1º; livro CM-1-39).

\_\_\_\_\_. *Posturas confeccionadas em 9 de abril de 1850 e publicada por editaes em 16 de abril de 1853* (artigo 6º; livro CM-1-39).

\_\_\_\_\_. *Risco do pátio de S. Francisco e algumas ruas que lhe são confluentes*. São Paulo, 11 nov. 1851 (assinado pelo engenheiro civil [municipal] João José Soares; O. Pu. Praças, Largos, Jardins e Parques. VIII, H8. Mapoteca 5, Gaveta 5).

SÃO PAULO (Estado). Apesp. Obras Públicas. *Férias dos trabalhadores empregados nas obras do chafariz do Piques referentes às semanas de 11 a 16 de novembro, de 18 a 29 de novembro, de 25 de novembro a 1º de dezembro, de 2 a 7 de dezembro, de 9 a 15 de dezembro, de 16 a 22 de dezembro de 1844; Relatório de Luís José Monteiro dando conta do andamento da obra do chafariz do Piques relativo ao período de 19 a 30 de setembro de 1844*. 3 out. 1844 (ordem 5144).

\_\_\_\_\_. *Lista dos alumnos do 1º anno do Gabinete Topographico com todas as notas e materias que cursarão*. 11 set. 1844 (assinada pelo 1º ten. engenheiro José Jacques da Costa Ourique, diretor; ordem 5144).

\_\_\_\_\_. *Ofício de Antônio Pádua Lisboa ao Coronel Peréia*. 4 maio 1845 (ordem 5146).

\_\_\_\_\_. *Ofício de Antônio Pádua Lisboa ao Coronel Peréia*. 24 maio 1845 (ordem 5146).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Ofício de José Porfírio de Lima, inspetor interino de Obras Públicas, ao presidente da Província*. 19 jun. 1844 (ordem 5144).

\_\_\_\_\_. *Ofício do Ten. Cel. Luís José Monteiro ao vice-presidente da Província Antônio Roberto de Almeida*. 17 jan. 1856 (ordem 904).

\_\_\_\_\_. *Planta de autoria do engenheiro militar Daniel Pedro Müller para a Praça do Chafariz, localizada no Piques*. Desenho aquarelado. Acompanha documento assinado pelo autor, datado de 17 outubro 1814 (ordem 241).

\_\_\_\_\_. *Planta que mostra a posição que deve ter o novo edifício da Thesouraria da Fazenda de S. Paulo*. Assinada por Carlos Daniel Rath e datada 1882. Acompanha ofício de n.1 assinado pelo inspetor Joaquim de [...] Marqs. (?). (ordem 1669) .

\_\_\_\_\_. *Relatório do Inspetor de Obras Públicas José Porfírio de Lima ao presidente da Província, dando conta das obras sob seu encargo até o dia 10 de setembro de 1844*. 11 set. 1844 (ordem 5144).

\_\_\_\_\_. *Relatório de Luís José Monteiro ao presidente da Província dando conta das obras sob seu encargo*. 27 set. 1844 (Declaração de Cristiano Frank, anexa ao relatório; ordem 5144).

### **Documentação primária impressa**

*ACTAS das Sessões da Camara Municipal de São Paulo, 1887*. São Paulo: Typ. Espindola, 1906.

*ACTAS das Sessões da Camara Municipal de São Paulo, 1888*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira, 1908.

*ACTAS das Sessões da Camara Municipal de São Paulo, 1889*. [São Paulo: s.n., 190-].

*ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*: reconstituição desde 1835 a 1861. Org. por Eugenio Egas e Oscar Motta Mello. São Paulo: Typ. Piratininga; Secção de Obras d'“O Estado de São Paulo”; Soc. Imprensa Paulista. 1923-1930. 30 v

*ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*: sessão de 1863. São Paulo: Typ. Imparcial, 1863. v. 2.

*ANNAES da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo*: primeiro anno da vigésima Legislatura, sessão de 1874. São Paulo: Typ. Americana, 1874.

ANNEXO n. 30. p. 223 a 225. In: XAVIER, João Theodoro. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr. Dr... em 5 de Fevereiro de 1874*. São Paulo: Typ. Americana, 1874.

*ATAS da Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Archivo Municipal de S. Paulo; Departamento de Cultura, 1914-1951. 72v. (volumes consultados: 20, 25, 29, 30 a 49, 59, 63 e 66).

*CARTAS de Datas de Terra*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1939. 19 v. (volumes consultados: 6, 8, 16 e 17).

LIMA, José Porfírio de. Informação acerca do estado das obras do novo Theatro de S. José. 4 de janeiro de 1861. (anexo 5). p. 22. In: [ANEXO ao relatório de 2 de março de 1861 do Presidente da Provincia de São Paulo, Antônio José Henriques, com documentos datados de 1859-1861]. São Paulo: Typ. Imparcial, 1861.

MARINHO, Joaquim Saldanha. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo na primeira sessão da décima oitava legislatura no dia 2 de Fevereiro de 1868 pelo presidente da mesma provincia, o conselheiro...* São Paulo: Typ. do Ypiranga, 1868.

MENDONÇA, F. M. S. Furtado de. Minucioso exame nas obras do edificio do Theatro de S. José. 9 de Abril de 1868. (Annexo n° 2). P.[2] e 4. In: MARINHO, Joaquim Saldanha. *Relatorio com que S. Exc. o Sr. Presidente Conselheiro... passou a administração da Provincia de S. Paulo a 24 de Abril de 1868*. São Paulo: Typ. do Ypiranga, 1868.

MENDONÇA, João Jacyntho de. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia de São Paulo na 1ª Sessão da 14ª Legislativa pelo Presidente Doutor...* São Paulo: Typ. Imparcial, 1862.

\_\_\_\_\_. *Relatorio com que o Illmo. E Exmo. Senhor Doutor... entregou a Presidência da Provincia de S. Paulo ao Illmo. E Exmo. Senhor Conselheiro Dr. Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, 1º Vice-Presidente da mesma Provincia no dia 24 de setembro de 1862*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1862.

MOTTA, Vicente Pires da. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo Conselheiro Dr... Presidente da mesma provincia no dia 2 de fevereiro de 1863*. S. Paulo: Typ. Imparcial, 1863. p. 7.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado. Quadro estatístico demonstrativo da importação de mercadorias na Provincia de São Paulo, e da exportação de generos da mesma Provincia nos oito annos financeiros abaixo mencionados... I n: *DOCUMENTOS com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Roberto d'Almeida... instruiu o relatorio da Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1856*. São Paulo: Typ. Dous de Dezembro, 1856.

PAPÉIS avulsos (1808). *Revista do Archivo Municipal*, São Paulo, v. 19, p. 119, jan. 1936 (doc. 9 e 15).

RAPOSO, Antonio Cavalcante; ALMEIDA, João Pedro. [Anexo n.30. p.223 -224] In: XAVIER, João Theodoro. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S.Paulo pelo Presidente da Provincia, o Exm. Sr.Dr....em 5 de Fevereiro de 1874*. São Paulo:Typ.Americana, 1874.

*REGISTRO GERAL da Camara Municipal de São Paulo*. São Paulo: Archivo Municipal de S.Paulo; Departamento de Cultura, 1917-1946. 38 v. (volumes consultados: 15, 17, 18, 20, 22, 27, 28, 33, 35, 37 e 38).

XAVIER, João Theodoro. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S.Paulo pelo Exm.Sr.Dr...., Presidente da Provincia, no dia 14 de fevereiro de 1875*. S. Paulo:Typ. do "Diario", 1875.

\_\_\_\_\_. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S.Paulo pelo Presidente da Provincia D.Exm. Sr.Dr.... em 5 de fevereiro de 1874*. S. Paulo:Typ. Imparcial, 1874. p. 28.

### **Jornais**

ANNUNCIOS. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 4, 8 mar. 1856.

CABRIÃO. ed. fac-similar. São Paulo: Imesp/Apesp, 1982.

HOTEL des Voyageurs - Casa de Sotéa. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 4, 13 ago. 1857.

CAMPINAS. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 4, 9 fev. 1867.

CONFETARIA e Padaria do Leão. *Correio Paulistano*. São Paulo, 27 set. 1862.

DIABO Coxo. São Paulo, p. [4], 6 out. [1865].

FESTA de S. Pedro. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 2, 29 jun. 1860.

FRANCISCO Taques Alvim... *Correio Paulistano*. São Paulo, 12 out. 1854.

IMPORTANTISSIMO leilão... *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 4, 1º jan. 1867.

MELHORAMENTOS materiaes. *O Doze de Maio*. São Paulo, p. 3 e 4, 8 jun. 1863.

O - Y ao - Z, II. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 1, 19 jul. 1854.

OS MELHORAMENTOS materiaes. *Correio Paulistano*. São Paulo, p. 3, 17 maio 1861.

O THEATRO em construcção. *O Publicador Paulistano*. São Paulo, p. 4, 8 jun. 1859.

### **Almanaques**

*ALMANACH da Provincia de S.Paulo para o anno bissexto de 1884*. 2º anno. São Paulo: Jorge Seckler, 1883.

[BOURROUL], Estevam Leão. O Seminario Episcopal. In: *Almanach litterario de São Paulo para o anno de 1880*. 5º anno. São Paulo:Typ. da "Provincia", 1879.

LUNÉ Antonio J. B. de; FONSECA, Paulo D. *Almanak da Provincia de São Paulo para 1873*. ed. Fac-similar. São Paulo: IMESP, 1985.

MARQUES & IRMÃO. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1857*. 1º anno. São Paulo: Typ. Imparcial, 1856.

\_\_\_\_\_. *Almanak administrativo, mercantil e industrial da Provincia da S. Paulo para o anno de 1858*. São Paulo: Typ. Imparcial, 1857.

### **Livros, revistas e teses**

AMARAL, Antônio Barreto do. *História dos velhos teatros de São Paulo*. São Paulo: Governo do Estado, 1979.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1954.

AZEVEDO, Álvares de. *Cartas de Álvares de Azevedo*. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1976.

AZEVEDO, Militão Augusto de. *Álbum comparativo da cidade de São Paulo, 1862-1887*. Textos Benedito Lima de Toledo, Boris Kossoy e Carlos A. C. Lemos. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 1991.

BARROS, Maria Pais de. No tempo de dantes. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida cotidiana em São Paulo no Século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998. p. 79-140.

BASTOS, Sênia. *A cidade por seus moradores*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BLAKE, Augusto V.A. Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro*. v. 3 e 5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. 7 v.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. v. 2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 3 v.

\_\_\_\_\_. *Memória da cidade de São Paulo*. São Paulo: DPH, 1981.

BUENO, Beatriz P.S. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo, Museu Paulista, v. 13, n. 1, p. 59-97, jan.-jun. 2005.

CAMPOS, Eudes. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana. *Anais do Museu Paulista: história e cultura material*. São Paulo, Museu Paulista, v. 13, n. 1, p. 11-57, jan.-jun. 2005.

\_\_\_\_\_. São Paulo: desenvolvimento urbano e arquitetura sob o Império. In: PORTA, Paula (Org.) *A história da cidade de São Paulo*. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2004. 3 v. p. 187-249.

\_\_\_\_\_. *Arquitetura paulistana sob o Império: aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. 4 v. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CYRINO, Fábio. *Café, ferro e argila - a história da implantação e consolidação da San Paulo (Brazilian) Railway Company Ltd. através da análise de sua arquitetura*. São Paulo: Landmark, 2004.

FONTOURA, Ezechias Galvão da. *Vida do Exmo. E Revmo. Sr. D. Antonio Jose de Mello, bispo de São Paulo*. São Paulo: Salesiana, 1898.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

\_\_\_\_\_. *Sobrados e mucambos*. 6ªed, v.1. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1981.

GRAZIERA, Rui G. *A Guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1979.

GOULART, Paulo César A.; MENDES, Ricardo. *Repertorio geral da photographia paulistana, 1839-1900*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo; Imprensa Oficial, 2007.

IANNI, Octavio. A idéia de Brasil moderno. *Resgate*. Campinas, v. 1, p. 19-38, 1990.

J. B. DEBRET - Aquarelas. São Paulo: Museu da Casa Brasileira/DEMA/SEC, 1984.

JORGE, Clóvis de Athaide. *Luz*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988.

JUNIUS (Firmo de Albuquerque Diniz). *Notas de viagem*. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

LAGO, Pedro Corrêa do. *Militão Augusto de Azevedo*. Rio de Janeiro: Capivara, 2001.

LEME, Luiz Gonzaga da S. *Genealogia paulistana*. v. 2. São Paulo: Duprat, 1903-1905. 9 v.

LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria Burguesa*. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. Ecletismo em São Paulo. In: FABRIS, AnnaTeresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1987. p. 69-103.

\_\_\_\_\_. Cinquenta anos de perplexidade. In: CAMPOS, Candido M.; GAMA, Lúcia H.; SACCHETTA, Vladimir. *São Paulo, metrópole em trânsito*. São Paulo: Senac, 2004. p. 31-37.

MARQUES, Manuel E. de Azevedo. *Apontamentos históricos... da Província de São Paulo*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. 2v.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula - sociedade e arquitetura urbana no Brasil, sécs. XVII-XX*. 1999. 2v. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARTINS, Antonio E. *São Paulo antigo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

MENDES, Ricardo. São Paulo e sua imagens. *Cadernos de fotografia brasileira*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, n. 2, p. 381-487, 2004.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

MOURA, Carlos Marcondes de. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

NOGUEIRA, José L. de Almeida. *A Academia de São Paulo*. 2ª ed. v. 1. São Paulo: Arcadas, 1953-1955. 7 v.

Annals of Museu Paulista. v. 15. n.1. Jan. -July 2007.

- \_\_\_\_\_. *A academia de S. Paulo: tradições e reminiscências*. v. 8. São Paulo: [s. n.], 1907-1910. 9 v.
- PRADO, Yan de Almeida. Apontamentos para uma história da arquitetura em S. Paulo: escrito a pedido do GFAU, em 1957. In: *Depoimentos-1*. São Paulo: Grêmio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1960. p. 11-26.
- PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campineira de Letras, 1969
- REIS Filho, Nestor Goulart. *São Paulo vila cidade metrópole*. São Paulo: Via das Artes, 2004.
- REVISTA do Arquivo Municipal de São Paulo*. São Paulo, n. 5, p. 15, 1934.
- RIBEIRO, José Jacintho. *Chronologia paulista*. São Paulo: Diário Oficial, 1899-1901. 2 v. em 3.
- SANT'ANNA, Nuto. *São Paulo histórico*. v. 1 e 3. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937-1944. 6 v.
- SÃO PAULO (Cidade). Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. São Paulo: 1954. plantas n. 4 e 10.
- \_\_\_\_\_. Departamento do Patrimônio Histórico. *Museu histórico da imagem fotográfica da cidade de São Paulo*. São Paulo: 1979.
- SÃO PAULO (Estado). Divisão de Arquivo do Estado. *São Paulo em três tempos: álbum comparativo da cidade de São Paulo (1862-1887-1914)*. São Paulo: Casa Civil; IMESP; Secretaria da Cultura; Arquivo do Estado, 1982.
- SILVA, Janice Theodoro da. *São Paulo, 1554-1880*. São Paulo: Moderna, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. São Paulo: Vozes, 1983.
- SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C. F. P. von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. v. 1. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. 3 v.
- TAUNAY, Affonso de E. *História da cidade de São Paulo*. v. 5 e 6. São Paulo: Divisão do Arquivo Histórico, 1949-1977. 6 v.
- \_\_\_\_\_. *Velho São Paulo*. v. 2 e 3. São Paulo: Melhoramentos, [1953-1955?]. 3 v.
- TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.
- WISSENBACH, Maria Cristina. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Artigo apresentado em 12/2006. Aprovado em 4/2007.